



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega das novas instalações da Rádio Nacional do Rio de Janeiro

Brasília-DF, 02 de julho de 2004

Queria pedir para o Gilberto Gil vir aqui. Eu ia pedir para você cantar, porque tem alguém com um violão que já está afinado, mas pedir um monte de coisas, vai complicar a tua vida.

Eu quero dizer a todos vocês que eu não vou fazer o pronunciamento, porque eu penso que o Eugênio Bucci falou o que a alma do governo pensa sobre a recuperação da Rádio Nacional. Eu penso que o Gushiken mostrou esse sentimento.

A governadora Rosinha mostrou, aqui, que a reinauguração de uma rádio, a recuperação de uma rádio como essa não é de interesse dessa ou daquela pessoa, desse ou daquele grupo ou daquele partido, mas é uma coisa que transcende, muitas vezes, a pequenez do ser humano e atinge a totalidade das pessoas que fazem arte, que fazem cultura no nosso país.

A querida Daise falou, aqui, que começou em 52. Nós temos uma pequena diferença de idade, mas não temos nada de diferença de sentimento porque quando você estava começando, eu estava chegando em São Paulo, vindo de Pernambuco, exatamente em 1952.

Mas eu quero dizer a todos vocês que são coisas simbólicas como esta que vão construindo a alma de um povo, o pensamento de um governo, e que vão consolidando uma política cultural no nosso país.

Eu vi, na cara dos funcionários que cumprimentei, o orgulho. Eu vi, na cara dos funcionários que eu cumprimentei, aqui, uma espécie de um saudosismo gostoso, ou seja: “agora nós voltamos a ser o que já fomos”.



Imaginem a Daise lembrar de quando ela esteve aqui, em 1952 e, agora, voltar com o mesmo espírito, 52 anos depois.

Quero dizer para vocês que eu estou vendo essas cadeiras, aqui – inclusive eu vi um pequeno auditório lá – e eu espero, Eugenio, Cristiano e companheiros da Rádio Nacional, que a gente consiga fazer um jornalismo mais vivo, que a sociedade fosse mais envolvida, que pudesse vir aqui debater. Sabem por quê? Porque, hoje, muita gente faz programa de rádio com jornal na mesa, então, é só repetir o que já está no jornal.

Eu acho que é importante colocar: está faltando um pouco de criatividade no nosso país. Criatividade é a palavra para fazer com que as coisas aconteçam. O rádio nunca vai perder a sua importância. Nunca! Eu acho que o rádio, em alguns lugares do Brasil, tem mais importância, até, do que a televisão, porque tem lugar onde a televisão não chegou ainda, mas o rádio está em todo lugar.

Eu sou do tempo do “rádio espiga”, ou seja, um radinho que a gente carregava no bolso, que a gente ouvia. Na fábrica era proibido ouvir rádio e a gente colocava um negocinho no ouvido e trabalhava ouvindo, até que o chefe não descobrisse, porque a gente poderia deixar de prestar atenção na peça que estava fazendo.

Meus parabéns. Eu queria, Gilberto Gil, que essa inauguração não pudesse prescindir de uma pequena fala do nosso Ministro. Não precisa ler o meu discurso. Uma pequena fala do ministro da Cultura, porque, possivelmente, nós temos, em outros estados, rádios historicamente importantes como essa, que estão precisando de um pequeno pontapé, de um pequeno incentivo de alguém, quem sabe de uma Petrobrás, que também não pode assumir a responsabilidade por todas as rádios. Mas tem outras instituições, o BNDES está aqui, o Banco do Brasil está aqui. Tem sempre uma possibilidade de uma pequena ajuda.



E, às vezes, o que se gasta em dinheiro é infinitamente menor do que aquilo que a gente ganha para a cultura e, sobretudo, aquilo que a gente ganha em auto-estima para o nosso povo.

Então, eu queria terminar passando a palavra para o Gilberto Gil.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de inauguração da mina de cobre do Sossego**

Canaã dos Carajás-PA, 02 de julho de 2004

Excelentíssimo senhor Simão Jatene, governador do estado do Pará,
Meu companheiro José Dirceu, ministro-chefe da Casa Civil da
Presidência da República,

Minha companheira Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia,

Minha querida companheira, senadora Ana Júlia,

Meu querido senador Luiz Otávio,

Meus queridos companheiros deputados,

Professor Luizinho, líder do governo na Câmara dos Deputados,

Asdrúbal Bentes, José Geraldo, Paulo Rocha,

Meu caro prefeito de Canaã dos Carajás, Anuar Alves,

Meu querido companheiro Edmilson Rodrigues, prefeito de Belém,

Meus queridos companheiros prefeitos e prefeitas aqui presentes,

Meu caro companheiro Roger Agnelli, presidente da Companhia Vale do
Rio Doce e sua esposa Andréa Agnelli,

Meu querido companheiro Sérgio Rosa, presidente da Previ e presidente
do Conselho de Administração da Vale do Rio Doce,

Meus companheiros e companheiras diretores da Vale do Rio Doce,

Empregados, trabalhadores e trabalhadoras da Vale do Rio Doce,

Meus queridos companheiros do Primeiro Emprego, vocês vão ver como
vai ser bom receber o primeiro salário. Vocês vão perceber que não vai dar
para pagar todas as dívidas que vocês contraíram por conta do primeiro
emprego. De qualquer forma, um dos prazeres inesquecíveis do ser humano é
quando ele recebe o seu primeiro salário, resultado do seu trabalho. Por isso



meus parabéns à Vale do Rio Doce por essa oportunidade. Mas nem tudo é alegria, meus amigos.

Eu quero pedir um minuto de silêncio, porque a vereadora Tereza Cristina, de São João do Araguaia, que vinha para esta cerimônia, o carro dela sofreu um acidente com o carro dela e faleceu. Então, eu quero pedir um minuto de silêncio em homenagem à nossa vereadora Tereza Cristina.

Meus amigos e minhas amigas,

Meus companheiros e minhas companheiras

Aqui em Carajás, debaixo deste solo, existem riquezas imensas que têm contribuído muito para o desenvolvimento e o progresso social do nosso querido Brasil. A produção daqui e, em breve, das outras minas que integram o projeto, vai levar o Brasil à auto-suficiência em cobre e ampliará, mais ainda, a nossa capacidade exportadora no setor mineral.

A Vale, como vocês sabem, além de ser uma das maiores mineradoras do Planeta, é também a maior exportadora nacional, responsável por 14% do saldo comercial do Brasil no ano passado. O setor mineral, como um todo, responde por cerca de 30% desse resultado.

A alavanca exportadora, uma das mais destacadas prioridades do nosso governo, tem alcançado objetivos extraordinários. O superávit crescente em nossa balança comercial – 24 bilhões e 800 milhões de reais em 2003 – comprova o acerto desse caminho.

E isso não vem ocorrendo por acaso. Trata-se de uma forte ação estratégica composta pela agenda criativa de nossa diplomacia e por nossa presença ousada no comércio exterior.

É assim que o Brasil tem enfrentado graves pontos de estrangulamento da economia, o que não vinha sendo feito nos últimos anos, procurando diminuir em especial a nossa vulnerabilidade. E é importante dizer, aqui, governador, prefeitos, de que nos últimos doze meses, o Brasil bateu um novo



recorde, porque o nosso superávit ultrapassou 29 bilhões de dólares, coisa jamais pensada na economia brasileira. E, em doze meses, já fizemos uma exportação de 83 bilhões de dólares, coisa também impensável por qualquer economista, se falássemos isso em janeiro de 2003.

Mas essa é uma dinâmica que tem pela frente enormes desafios, e que requer uma combinação delicada e muito corajosa de iniciativas externas e internas.

Os pólos exportadores que dependem de boas estradas, portos profundos e muita energia, entre outros fatores, são fortes indutores de desenvolvimento infra-estrutural.

Mas para que isso realmente se efetive, é preciso fazer planejamento e criar condições favoráveis a esses investimentos pesados. Infelizmente, a omissão do Estado brasileiro em atender esses requisitos fundamentais levou o nosso país, por exemplo, a viver, há poucos anos, o apagão e um racionamento de energia elétrica, além de sérios problemas de infra-estrutura. Por isso, o nosso governo, com muito esforço e com a ajuda de muita gente, está tentando corrigir esse descaso histórico do nosso país.

Como vocês sabem, estamos investindo na ampliação dos nossos aeroportos, na restauração, ainda este ano, de 7 mil e 800 quilômetros de estrada, na modernização dos portos, bem como na criação de corredores multimodais integrando rodovias, ferrovias e hidrovias.

Em relação às riquezas minerais, nossos pesquisadores estão convencidos de que o Brasil poderia ter hoje outras Carajás, produzindo muito mais riqueza e desenvolvimento para o nosso país. Mas, se o Estado não faz a sua parte e não investe, por exemplo, no mapeamento do nosso subsolo, como atrair investimentos privados, nacionais e internacionais para o setor mineral? Sabem desde quando o Brasil não investia sistematicamente nesse campo? Desde 1978. Eu não estou falando de um governo, eu estou falando de quase três décadas que o país não investia para descobrir as riquezas que nós temos



no solo e no subsolo.

É com muita alegria, portanto, que faço questão de destacar que o nosso serviço geológico, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, já concluiu a primeira Carta Geológica do Brasil ao Milionésimo. Esta carta significa o maior e mais importante conjunto de dados disponíveis, já organizados por meio digital, sobre a geologia, a geoquímica e a geofísica do território brasileiro.

Além disso, estamos investindo, até o final do governo, 160 milhões de reais para a produção de novos mapas geológicos, que cobrem 2 milhões e 500 mil quilômetros quadrados do nosso território, o que representa um aumento de 72% em relação à atual cartografia nacional.

Para a retomada do Programa de Aerogeofísica, alocamos também recursos de cerca de 200 milhões de reais, que estão sendo utilizados no levantamento aéreo de outros 2 milhões e 700 mil quilômetros quadrados do nosso solo e subsolo.

Ao todo, estamos investindo neste setor, em quatro anos, mais do que foi investido no último quarto de século no nosso país. E, com o resultado desse trabalho, nós vamos induzir um novo ciclo de investimentos na pesquisa e na produção mineral no nosso país.

Nossa meta é aumentar em mais de 30% a área de lavras do território brasileiro, gerando um acréscimo de 6 bilhões de reais no PIB mineral e, se Deus quiser, 500 mil novos empregos diretos e indiretos no nosso país.

E estamos fazendo isso com muito mais racionalidade e controle ambiental, possibilitando melhores condições de segurança para as empresas envolvidas e para a nossa população.

Meus queridos companheiros e companheiras

O reforço do investimento em infra-estrutura, puxado pelo governo federal, é um dos passos imediatos e essenciais para relacionar a alavanca exportadora e a retomada do crescimento interno da nossa economia. Já



estamos fazendo isso e, tenho certeza, vamos fazer muito mais.

Nós queremos que essa dinâmica positiva vá tomando conta progressivamente do conjunto da economia, fazendo com que a nossa lógica produtiva, que gera emprego, inclusão social e distribui renda, supere as condições financeiras que têm limitado o desenvolvimento brasileiro.

Empresas como a Vale do Rio Doce, que têm confiança no Brasil e investem cada vez mais no nosso setor produtivo, são grandes parceiras nessa empreitada.

Portanto, eu queria dizer ao companheiro Roger Agnelli, ao nosso companheiro Sérgio Rosa, à Direção da Vale do Rio Doce e aos funcionários: parabéns. Parabéns a todos vocês que têm coletivamente contribuído para elevar, cada vez mais, o nome do Brasil no cenário internacional.

Estejam certos que o Brasil entrou numa rota de crescimento econômico que não terá volta. Nós fizemos todo o sacrifício que tínhamos que fazer. Vocês acompanharam o que nós passamos. Ontem, completamos 18 meses de governo, não reclamamos, não choramos, não lamentamos, porque não queríamos ficar apenas diagnosticando o que não tinha sido feito. Era preciso dizer o que nós íamos fazer. E com muito sacrifício, preparamos o Brasil para entrar numa rota de crescimento. Não queremos que seja apenas mais uma bolha de crescimento, queremos que seja um crescimento efetivamente sustentável e que possa permitir que o Brasil cresça durante os próximos anos, de forma sucessiva. Essa é a melhor oportunidade para que a gente gere riqueza, gere emprego e distribua renda no nosso país.

Eu aprendi que tem uma coisa neste país que poucos países do mundo têm, e que poucas vezes nós utilizamos com qualidade, que é a questão da auto-estima do nosso povo.

Eu, uma vez, vi um documentário sobre a guerra do Vietnã, meu caro governador. Quando se discutia o início daquela guerra, quais eram as vantagens comparativas da força bélica americana, todo mundo tinha em conta



que aquela guerra era só chegar lá, para os americanos darem um tiro, correrem para o abraço e comemorarem a vitória. E na primeira reunião falava-se com muita facilidade da vitória da guerra. Passado algum tempo, eles começaram a descobrir que não estavam enfrentando um exército comparado ao deles, do ponto de vista bélico, mas estavam enfrentando um povo que, acima de tudo, tinha um canhão em cada gesto e em cada atitude. Eu me lembro de uma cena do secretário dizendo ao presidente Johnson: “Está ficando impossível, porque nós não estamos enfrentando um exército. Nós derrubamos uma ponte e, na semana seguinte, tem uma ponte de bambu. Nós detonamos uma estrada e, na semana seguinte, tem velhinhas de 70 anos puxando uma bicicleta e carregando 80, 90 quilos em cima da bicicleta para suprir a impossibilidade do caminhão. Portanto, não será fácil derrotar o Vietnã”.

Bom, a história todo mundo sabe. Todo mundo sabe como terminou aquela guerra. E isso é um pouco o que eu vejo aqui. Normalmente nós, brasileiros, costumamos falar mal do Brasil, nós lembramos que o Brasil é o país do carnaval, é o país do futebol, é o país do carimbó, é o país do frevo, é o país da criança de rua, é o país da violência, é o país não sei das quantas. Mas quantas vezes nós tivemos o orgulho de dizer que nós somos tudo isso, mas que nós também somos o país de um povo de uma criatividade extraordinária, que nós somos o país de uma Petrobrás, de uma Vale do Rio Doce, que nós somos um país capaz de fazer o que estamos fazendo agora, recuperando a nossa auto-estima. E foi isso que fizemos, assim que ganhamos as eleições.

Muitos países na América do Sul, governador, preferiam ter relações com os Estados Unidos, porque achavam que o Brasil era imperialista. E nós fomos convencê-los que nós éramos amigos, que nós poderíamos ser parceiros, fomos estabelecer uma relação de confiança. O presidente da Vale viajou comigo para vários países e percebeu a mudança de comportamento, porque nós fomos falar, não das coisas que o Brasil precisa fazer, mas nós



fomos falar das coisas que o Brasil já faz, nós fomos falar para eles que, do ponto de vista da mineração, nós não devemos nada a ninguém nesse mundo e podemos competir com qualquer país do mundo. Nós fomos falar para eles que temos indústria de ponta, capaz de competir com eles em qualquer situação. Nós fomos dizer para eles que, do ponto de vista do agronegócio, nós não devemos nada a ninguém, no mundo.

Por isso, estamos ganhando espaço e estamos ganhando parceiros. Não numa posição de hegemonia do Brasil sobre os outros, mas numa relação mais amiga, mais complementar, ou seja, discutimos com os nossos parceiros o que nós podemos fazer para ajudá-los e o que que eles podem fazer para nos ajudar.

E isso vai permitindo que a gente recupere não apenas a nossa auto-estima, de andar de cabeça erguida em qualquer lugar do mundo, sem nos sentirmos inferiores a quem quer que seja, sem nos sentirmos menores, mais pobres, sem ficarmos ofuscados com o brilho dos maiores que nós. O Brasil não está, hoje, entre as oito maiores economias do mundo porque, quando tivemos oportunidade de estar – a riqueza produzida neste país, de 1950 a 1980, para citar apenas três décadas em que o Brasil cresceu acima de 7% – a riqueza não foi distribuída corretamente para o conjunto da sociedade, e foi aumentando o fosso entre os pobres e os ricos do Brasil.

E nós sabemos que esse problema não se resolve num dia, não se resolve num ano e não se resolve num mandato. Mas uma coisa eu sei que a gente pode fazer, e estamos fazendo: é fazer com que cada mulher e cada homem do nosso país possa sentir, dentro de si, pelo seu país, pelo seu futuro, o mesmo orgulho que eu tenho certeza que vocês, trabalhadores deste extraordinário projeto de cobre, estão tendo aqui. E, certamente, o mesmo orgulho de vocês, meus companheiros e companheiras, que estão aí, com essa camisa do “Primeiro Emprego”. Eu sei o que está batendo dentro de vocês, porque já tive o meu primeiro emprego. Eu sei que está batendo dentro



de cada um de vocês o orgulho de trabalhar numa fábrica que permite a vocês conquistar a cidadania. E é isso que nós queremos, não apenas para a minoria. Nós queremos que o povo brasileiro possa, um dia, que não está muito longe, conquistar a sua cidadania, que é o direito elementar de trabalhar, o direito elementar de estudar, o direito elementar de tomar café, almoçar e jantar todo dia. O direito a ter acesso, quem sabe, ao lazer, de ter acesso ao conhecimento, que é o que vai transformar o Brasil num país de primeiro mundo.

Muito obrigado. Parabéns a vocês e parabéns à Vale do Rio Doce.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião de apresentação dos resultados do governo

Brasília-DF, 05 de julho de 2004

Meus companheiros e companheiras ministros e ministras de Estado,
Meus companheiros líderes dos partidos da base de sustentação do governo,

Meu companheiro Aloízio Mercadante, líder do governo no Senado,
Meu companheiro Fernando Bezerra, líder do governo no Congresso Nacional,

Meu companheiro Luizinho, líder do governo na Câmara dos Deputados,
Presidentes de empresas públicas e autarquias,
Presidentes dos bancos públicos,
Assessores especiais,

Nada disso que o nosso companheiro ministro José Dirceu expôs seria possível de acontecer se não fosse o trabalho coletivo e, ao mesmo tempo, a dedicação diuturna de cada um de vocês.

Vocês sabem perfeitamente bem com foi que nós trabalhamos para ganhar essas eleições. Eu tenho aqui, à mesa, a testemunha mais viva da demonstração de que fizemos esse trabalho de equipe, quando fui procurar o meu companheiro José Alencar para convidá-lo a ser vice na minha chapa. Parecia humanamente impossível, foi no Hotel Wembley, em Minas Gerais, hotel que era dele, e onde eu me hospedava desde 1989, sem saber que era dele, porque era o mais barato e o melhor que nós tínhamos lá na gloriosa capital mineira. Lá, éramos tratados como se estivéssemos em casa, e foi onde pela primeira vez eu, o companheiro Nilmário, Patrus e Maria do Carmo ousamos conversar com o José Alencar e convidá-lo para o ser nosso vice.



E é engraçado, porque eu aprendi a admirar o José Alencar pelo discurso que ele fez, porque até então eu não o conhecia. Foi quando estava acontecendo em Belo Horizonte uma grande festa, em que ele completava 50 anos com a atividade empresarial. O Ciro estava presente. E foi depois do discurso do companheiro José Alencar que eu tive a certeza que ali, naquela Minas Gerais, eu tinha encontrado o meu vice. Precisava apenas contar para ele e tentar discutir por qual partido ele seria o meu vice, já que o PMDB, que até então era o partido dele, estava ligado ao governo que nós substituímos.

O que nós fizemos até agora não seria possível se não houvesse entre nós um grau de amizade, um grau de companheirismo como existe. Apesar de ele ser mais novo que eu, eu o tenho tratado com o respeito de pai, de irmão, de companheiro de verdade, porque nós entramos nessa briga juntos e ganhamos juntos. Eu tenho a noção da importância dele para que nós ganhássemos as eleições. Eu acho que foi o trabalho de cada um mas, sobretudo, a garantia que ele nos deu junto a um setor importante da sociedade que desconfiava de nós. Isso foi extremamente importante para que nós chegássemos à vitória.

Portanto, José Alencar, você esteja certo que deu um passo extraordinário para que nós mudássemos um pouco a história do país. É importante que nós também tenhamos clareza, e eu quero aqui agradecer de público a dedicação de cada ministro, de cada companheira ministra, de cada companheiro assessor especial, de cada presidente de banco, presidente das empresas públicas, presidente de autarquias, porque muitas vezes nós nem nos conhecemos ou só conhecemos de algum encontro. Muitos eu só vi no dia da indicação e nunca mais os encontrei, e é quase humanamente impossível encontrar todo santo dia. É por isso que eu digo sempre que, em política, você trabalha muito mais estabelecendo uma relação de confiança. Ou seja, você confia em alguém, portanto, permite que aquele alguém confie em outro



alguém e monte a sua equipe, e você só pode desejar sorte para que as coisas funcionem da forma como estão funcionando.

Eu penso também que poucas vezes na história republicana um governo foi cobrado, sistematicamente, como o nosso. E acho isso bom. Não acho isso ruim, não. Eu acho que quando somos cobrados, nós temos que ter clareza que as pessoas estão cobrando de nós da mesma forma que sempre cobramos dos outros. Acho isso saudável para a democracia e para que a gente esteja sempre preparado para fazer cada vez mais, aprimorar o que já fez e fazer melhor da próxima vez. Portanto, vocês não podem nem ficar chateados quando vêem uma crítica na imprensa e nem ficar felizes quando vêem um elogio. Vocês têm que ter na consciência de vocês a certeza de que estão cumprindo aquilo que se propuseram a cumprir. Eu acho que é isso que conta, porque nós seremos medidos, mesmo, quando terminarmos os nossos quatro anos de mandato e pudermos ver o conjunto da obra construída pelo governo. E aí poderemos comparar, historicamente, com outros governos que passaram por este nosso querido país.

Eu quero agradecer de coração o trabalho e a dedicação de cada um de vocês. Quero dizer que sofro quando vejo uma crítica a um de vocês na imprensa: é ministro que cai, é ministro que sobe, é ministro que é promovido, é ministro que não é promovido, todo santo dia. E eu aprendi uma coisa fantástica, nesses 18 meses – não são os últimos 18 meses, são os primeiros 18 meses do nosso governo – eu aprendi que a arte de governar é a arte de ter paciência. Ou seja, é a arte de não perder, nunca, a noção do tempo e do compromisso que se tem pela frente. Portanto, não é dado a nós o direito de perder a paciência, mesmo nos momentos de maior adversidade. Até porque este governo não é um governo inexperiente como, muitas vezes, se tentou passar aos meios de comunicação. Este governo tem três ex-governadores de Estado; este governo tem seis ou sete ex-prefeitos de capitais; este governo tem vários secretários; tem vários ex-ministros, portanto é um governo com um



cabedal de experiência muito grande. E vocês aprenderam que não podem nem perder a paciência e, muito menos, ter ansiedade demais. A ansiedade demais é que faz com que os bons jogadores percam os gols. E como nós não podemos perder os gols, não podemos também ter ansiedade, não podemos ficar angustiados, achando que nós deveríamos ter feito em 17 meses aquilo que outros não fizeram em 18 anos, aquilo que outros não fizeram em décadas, neste país.

Agora, qual é o problema que nós temos que enfrentar? Vocês vão receber ou já receberam este material. Eu quero dizer para vocês que, quando eu fui, na minha mais recente viagem a Nova Iorque, fazer uma exposição do Brasil e das políticas do Brasil para investidores americanos, tinha lá vários assessores, tinha vários ministros e estavam à mesa o companheiro Furlan, o companheiro Palocci e o companheiro Guido Mantega. E eles levaram um trabalho feito pela Secom, que norteou a exposição deles. Primeiro, quero, agora, dizer para os três o que eu não disse na época, porque senão vocês iam ficar muito vaidosos, mas foi a mais extraordinária exposição que eu vi do nosso governo, lá fora. Não só vocês estavam felizes na exposição, como estavam dotados de informações e de um material didático que permitiu que quase chegassem à perfeição. E eu não tenho dúvida nenhuma de que poucas vezes algum investidor estrangeiro entendeu as coisas do Brasil como nós demos a ele razões para entender depois daquela exposição.

E eu comecei a pensar que se nós somos capazes de ir aos Estados Unidos e fazer uma exposição dessa magnitude, porque que nós não podemos fazer essa exposição para os nossos ministros, para os nossos líderes lá no Congresso Nacional que, muitas vezes, são atacados de forma veemente, às vezes com verdade, às vezes com infâmias, e não tem as informações adequadas para fazer comparação com quem está nos atacando, porque a comparação com o nosso programa de governo será feita no final do nosso governo.



Mas eu quero, mensalmente, semestralmente e anualmente fazer a comparação com o que aconteceu em qualquer ano. Pode, quem quiser, escolher o ano, que nós faremos comparação das nossas políticas públicas com relação a todos os que querem discordar da política do governo. Primeiro, é um direito discordar, mas quem diz o que quer, muitas vezes é obrigado a ouvir o que não quer. E como nós temos coisas para dizer, nós não temos que, em nenhum momento, vacilar em topar a disputa. Diferentemente de outros momentos da história deste país, em que se discutia a não ida de ministro ao Congresso Nacional, eu tenho sido o maior incentivador. Às vezes, o maior. Até empurro os companheiros para antecipar a ida ao Congresso Nacional. Qualquer ministro, de qualquer área, do presidente do Banco Central ao ministro da Fazenda, à ministra do Meio Ambiente, ou seja, não importa a área. Nós estamos dispostos a ir ao Congresso Nacional debater com todas as bancadas os acertos e os erros do governo. Não tem um problema, não tem ministro, neste governo, que se recuse a participar de quantos debates forem necessários.

E queremos fazer confronto, não apenas de idéias, mas queremos fazer confrontos de realizações, de números, de coisas concretas e objetivas que estão acontecendo no país. E eu acho que nós fizemos, até agora, muito mais do que o tempo permite fazer. E, certamente, muito menos do que nós temos como compromisso histórico para fazer neste país.

Tem muita gente que acha que está chegando um ano eleitoral. Em cada lugar onde vai o ministro, cada lugar onde vai o presidente, tem manifestações contra. E eu sempre digo para os companheiros que estão comigo: não fiquem preocupados não, porque se tem alguém nestes 8 milhões e meio de quilômetros quadrados que não pode reclamar de manifestações, sou eu. Porque já fiz todas as que foram necessárias fazer neste país. E não vou me queixar nunca.

A companheira Nilcéa me chamava a atenção para uma coisa, esses



dias. Eu estava dizendo que no Brasil, antes de 1967, antes do advento do Sistema Financeiro de Habitação, nós não ficávamos habituados a esperar que o governo construísse uma casa para a gente. Era um outro tempo, em que a gente pegava o dinheiro, comprava uma casa, comprava um terreno à prestação, comprava o material e fazia a casa. Hoje não, todo mundo fica esperando que o governo resolva. E ela me dizia: “Presidente, não se esqueça que parte desse hábito foi o senhor que incutiu nas cabeças das pessoas”. Então, a partir daí, eu também achei que está legal. Se foi isso mesmo, então eu acho que nós temos que conviver com isso da forma mais democrática, mais saudável possível, tentando cada vez mais colocar uma pitada de politização nas pessoas e não permitir apenas o debate politizado pensando num processo eleitoral. A eleição termina no dia 3 de outubro ou dia 3 de novembro. O nosso mandato termina no dia 1º de janeiro de 2007, portanto, nós não podemos jogar as nossas fichas porque tem uma eleição, todos os debates devem ser feitos durante o processo eleitoral, como foi feito o do salário mínimo. O salário mínimo é baixo, não porque o presidente Lula e o seu governo não conseguiram dar o aumento necessário. Ele é baixo porque, historicamente, ele sempre foi baixo neste país. Ele é baixo porque, historicamente, não se cuidou adequadamente do salário mínimo no Brasil.

E foi muito engraçado, eu ver na televisão, a quantidade de discursos pedindo aumento para o salário mínimo, pessoas que passaram 8 anos evitando que ele aumentasse. Então, é nessas horas – eu até vi o Aloízio Mercadante calmo – é nessas horas que a gente tem que estar calmo mesmo. E sabe o que acontece? O povo é mais inteligente, o povo é mais politizado e o povo percebe quando uma coisa é real ou quando não é real. E o povo tem clareza. Se tem alguém, neste país, que pode recuperar o poder aquisitivo do salário mínimo, é quem vos fala. Porque muitos que votaram contra, mesmo que estivessem na Presidência, não teriam a preocupação que eu acho que todos nós temos que ter com o salário mínimo, porque só por ser o mínimo, é



muito baixo. E nós temos que tratar de recuperá-lo e fazer com que, cada vez mais, menos gente ganhe o salário mínimo neste país.

O dia em que nós tivermos apenas 1 milhão, de 170 milhões, ganhando o mínimo, ele deixará de nos preocupar. Mas enquanto nós tivermos o montante e, sobretudo, uma grande parte ligada à Previdência, obviamente que isso preocupa qualquer cidadão, não apenas quem ganha, mas, sobretudo, quem governa. Vamos trabalhar com carinho para encontrar uma solução para o salário no nosso país.

Mas a coisa mais importante – eu penso que os deputados que estão aqui, os ministros – precisam ter clareza que nós estamos criando um novo patamar na relação entre a sociedade e o Estado, entre o Estado e a sociedade. Eu vou citar alguns exemplos para vocês. Historicamente, no Brasil, as marchas que os prefeitos faziam para pedir benefícios eram rechaçadas, ou porque os presidentes não recebiam prefeitos, ou porque, muitas vezes, quem esperava os prefeitos eram os policiais com cachorros bem adestrados para não permitir que eles fizessem qualquer provocação aos governantes. Pois bem, nós estamos há 18 meses e nas duas marchas dos prefeitos a totalidade do nosso governo, a começar pelo Presidente da República, esteve na marcha. Estivemos não apenas falando, estivemos prestando contas, estivemos debatendo, e foi com muito orgulho que, no último encontro dos prefeitos, aqui em Brasília, ouvi da boca de um prefeito que, pela primeira vez, eles tiveram 90% da demanda deles atendidas pelo nosso governo. A ponto de vermos prefeitos, como o César Maia, do PFL, entregar por escrito, na reunião de prefeitos das capitais – há 12 anos ele cuida da administração pública da cidade do Rio de Janeiro – de que nunca a cidade do Rio de Janeiro recebeu a quantidade de dinheiro que recebeu do nosso governo. Ele ainda brincou comigo: “Presidente, no Rio de Janeiro, eu só falo bem do senhor. Agora, com sou vice-presidente do PFL, de vez enquanto eu sou obrigado a fazer uma crítica num jornal de outro estado.”



E acho interessante isso, porque os prefeitos das três entidades que representam os prefeitos sabem que eles nunca foram tratados com o respeito com que eles são tratados neste governo. Tem uma Secretaria Especial na Caixa Econômica para atender prefeito, tem aqui na Casa Civil um grupo especial, coordenado pelo companheiro Trevas, só para cuidar de prefeito. Eu acho que eles nunca tiveram isso na vida.

Da mesma forma que é a nossa relação com a sociedade. Eu só não participei, até agora, de uma conferência nacional, das assistentes sociais, porque eu não estava aqui, em Brasília. Mas participei de todas as conferências nacionais que aconteceram até agora, todas. A começar pela conferência da pesca, que foi feita em Luziânia. Participamos de todas, sem nenhuma preocupação com o tratamento que iríamos receber lá, porque uma coisa que vocês têm que conhecer e reconhecer é que, se um dia, o Presidente da República deste país, eleito em 2002, não puder ir a uma conferência, que representa a organização da sociedade, é porque alguma coisa está errada. E mesmo se tiver alguma coisa errada, eu tenho que ir, para explicar porque está errada.

Eu nasci no meio dessa gente. Eu trabalhei com eles durante quase um terço da minha vida. Eu não posso agora, porque sou o Presidente, deixar de participar das coisas com pessoas que militaram comigo a vida inteira neste país. E vamos lá para enfrentar situações difíceis, às vezes, mas vamos estabelecer uma outra relação. Eles têm que saber que o governo está sendo honesto e sincero com eles, que o governo quer construir o máximo que for possível mas, muitas vezes, somos obrigados a fazer apenas aquilo que nós podemos e não a totalidade das coisas que nós queremos.

Eu não sei se o companheiro José Dirceu disse, mas uma coisa extraordinária – eu mesmo, quando era deputado constituinte, tirava a gravata, porque eles exigiam que se tirasse a gravata, e vinha fazer manifestações aqui, a favor de um fundo nacional de moradia; ele foi aprovado agora, depois de



tantos e tantos anos à espera no Congresso Nacional.

Então, a nossa relação com a sociedade é dizer cada vez mais para eles que não é possível fazermos tudo que precisa ser feito neste país, num passe de mágica, mas vamos fazer. O que é preciso é que eles tenham certeza da lisura da nossa relação com a sociedade, seja de empresários ou de trabalhadores. A verdade vale para ambos. Não temos que mentir, não temos que enganar, não temos que ficar tentando fazer com que as pessoas acreditem em coisas que nós não vamos fazer. A verdade é o melhor remédio para quem exerce uma atividade política. E, por isso, nós temos que exercê-la em toda a sua plenitude.

As câmaras de negociações que nós criamos neste país, de que o José Dirceu falou. Aqui, tem companheiros que já participaram do governo ou estão na política há muitos e muitos anos. Nunca houve um acordo neste país entre servidores públicos e o Estado brasileiro, nunca houve um acordo assinado por todas as entidades. Este ano houve, porque nós tivemos o cuidado de criar uma câmara de negociação que, em alguns momentos, envolveu o Ministério do Planejamento e mais sete ministros, alguns dos melhores sindicalistas que este país já teve, como o companheiro Jaques Wagner, como o companheiro Dulci, que foram dirigentes sindicais de alta representatividade no nosso país, na mesa de negociação ouvindo, discutindo, conversando, dizendo o que era possível, o que não era possível. E nós conseguimos fazer um acordo assinado por todas as entidades.

No ano que vem, vamos ter que aperfeiçoar e, quem sabe, fazer um acordo melhor. Mas nós haveremos de criar neste país uma outra consciência, uma outra relação, uma relação de confiança, uma relação em que as pessoas acreditem que o governo está sendo sincero com elas, e o governo acredite que eles também estão sendo sinceros, porque quem negocia, quem está aqui e já negociou, sabe como é que é. O Tarso já foi bom advogado trabalhista e sabe que, muitas vezes, é melhor fazer um acordo com pessoas que, quando



aceitam o acordo, vão para a Assembléia e convencem a sua categoria, que aceita aquele acordo. Outros, você pode fazer ou não, porque não representam nada e a categoria não vai acatar mesmo.

Então, nós queremos estabelecer essa seriedade e chamar os nossos companheiros dirigentes sindicais para essa partilha junto conosco. Esse é um avanço que, possivelmente, não seja medido com a rapidez. O tempo é que vai provar o acerto da nossa política nessa relação com a sociedade.

E, por último, eu quero dizer da nossa relação com o Congresso Nacional. Um dos argumentos utilizados contra mim era: “Como é que vocês vão governar com minoria no Congresso Nacional?” Isso valeu para mim, valeu para muitos de vocês, e valeu para outros governos em outros momentos. E nós estamos provando que é possível construirmos essa maioria, quando há uma relação e quando há disposição de que essa relação exista da forma mais democrática possível e da forma mais aberta possível.

E eu acho que nós estamos provando ao povo brasileiro que é possível ter uma relação sadia entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, de que é possível substituir a relação “é dando que se recebe” por uma relação feita de programas, feita com coisas combinadas, que possam trazer melhorias para a sociedade brasileira. E esse é um desafio que não é do Presidente da República, não é do ministro Aldo Rebelo, não é do ministro Palocci, do Celso Amorim, do José Alencar, do José Dirceu, é um compromisso nosso, do governo e, eu diria, tem que ser um compromisso também dos deputados e dos senadores do nosso querido país.

Por último, companheiros, quero dizer que o que nós apresentamos, deu para vocês um pouco da totalidade das coisas que foram realizadas até agora. Certamente, na exposição do José Dirceu, até porque não tinha tempo de mostrar tudo, tem muito mais coisas que podem estar contidas, tem várias revistas, ou seja, tem a totalidade das coisas que foram feitas, para que cada um de vocês, ao terminar esta reunião e começar a fazer viagens pelo Brasil



afora, tenham as informações. Muitas vezes alguém pergunta o que está fazendo tal área do governo. O Celso Amorim, como tem viajado muito comigo, muitas vezes, não é obrigado a saber. Se ele tiver informação, ele não vai dizer para o repórter: “Essa não é minha área, eu não falo sobre isso.” Não. Ele vai dizer: “Esse é o meu governo e nós estamos fazendo isso.” E assim, que cada um de vocês possa ter conhecimento do que aconteceu em outra área para que a gente possa ter o conjunto das coisas que nós conseguimos realizar.

Eu quero dizer para vocês que, nesses 18 meses, estou feliz. Estou feliz com vocês, estou feliz com o que nós fizemos até agora. Não me perguntem se era tudo que eu queria fazer, porque eu queria fazer muito mais. Eu, quando jogava bola, não fui um jogador do nível que eu pensava que era, mas eu sempre queria acabar com o jogo no começo, marcar todos os gols possíveis. Aí, eu percebi que tem goleiro adversário, que tem lateral e que é preciso ter paciência para marcar o gol. O que é importante é o que diz o Parreira: “Não perder a bola já é um indício extraordinário de que você vai ganhar o jogo.”

Então, o que nós não podemos é perder uma coisa, que não é a bola. O que nós não podemos é permitir que alguma crítica, alguma insinuação, muitas vezes verdadeira, às vezes, maldosa, possa mexer com a auto-estima de cada um de nós.

Nós, daqui a algum tempo, seremos lembrados pelo povo brasileiro, seremos lembrados pelos nossos companheiros, seremos lembrados pelos nossos filhos, não por aquilo que a gente queria fazer, mas por aquilo que a gente foi capaz de fazer. E eu não tenho dúvida nenhuma, olhando na cara de cada companheiro ministro, que pode ter tido governo com ministro igual, mas eu duvido que tenha tido governo com um ministério melhor do que o meu. Não estou dizendo isto para que vocês pensem que já realizaram a obra de vocês, pois, como eu, estão com apenas 18 meses de governo. É preciso trabalhar cada vez mais, é preciso perceber que o dia não termina com 8 horas de trabalho, às vezes, são 24, às vezes, são 12. É preciso que a gente tenha



disposição de saber que aquilo que fizemos de bom, muitas vezes, não terá ninguém para se lembrar. Mas, tudo aquilo que a gente deixar de fazer, quando a gente menos esperar, terá alguém cobrando de nós, porque nós não fizemos. E como eu acredito em vocês, na qualidade de vocês, na dignidade de vocês e no compromisso de vocês, eu não tenho dúvida nenhuma, meus companheiros, que nós haveremos de terminar o nosso governo podendo fazer uma aferição, não com um programa de outros governos, mas com o programa com que nós nos comprometemos a ganhar as eleições e, sobretudo, com a certeza que poderemos deitar a cabeça no travesseiro e dormir o sono dos justos e dos honestos porque fizemos, senão tudo que queríamos, mas aquilo que foi possível fazer.

Por isso, muito obrigado a vocês por esses 18 meses. Temos dois anos e meio pela frente, ainda temos muito mais tempo pela frente e, portanto, vocês podem fazer muito mais. Eu posso fazer muito mais. E, com cada um de nós fazendo aquilo que é possível fazer, certamente nós iremos atender a um apelo maior, que é melhorar a vida do povo brasileiro.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
solenidade comemorativa do 82º Dia Internacional do Cooperativismo**

Brasília-DF, 06 de julho de 2004

Meu querido companheiro Roberto Rodrigues, ministro de Estado da
Agricultura, Pecuária e Abastecimento,

Meu caro Márcio Lopes Freitas, presidente da Organização das
Cooperativas Brasileiras, e sua senhora Fernanda Maria Freitas,

Minha querida companheira Marisa,

Meu caro deputado Odacir Zonta, presidente da Frente Parlamentar do
Cooperativismo,

Senador Jonas Pinheiro,

Deputado Almir Sá,

Deputado Carlos Melles,

Deputado Cezar Silvestri,

Deputado Francisco Turra,

Deputado Leonardo Vilela,

Deputado Moacir Micheletto,

Deputado Silas Brasileiro,

Meu caro companheiro José Graziano, a quem eu devo muito o meu
gosto e o meu pequeno conhecimento sobre agricultura.

Meu querido Clayton Campanhola, presidente da Embrapa,

Meus senhores e minhas senhoras,

Companheiros e companheiras,

Eu sempre tive uma queda e um entusiasmo muito grande por
cooperativas, talvez em função da minha origem no movimento sindical, até
porque eu penso que o lema de todos nós é praticamente o mesmo: “a união



faz a força.” E por conta disso, durante muito tempo, em todas as campanhas de que participei, tive uma interação muito grande com as cooperativas no Brasil, muitas vezes lamentando que a constatação que o Roberto Rodrigues fez aqui é uma verdade absoluta, ou seja, a cooperativa é, sobretudo, uma questão de educação.

Uma cooperativa, a gente não a faz, ela nasce. E nasce com o grau de consciência das pessoas. Por isso, eu tenho uma frustração de ainda não ter levado para a minha região do Nordeste brasileiro a consciência do cooperativismo que nós já temos em outras regiões do país. Não basta ter as leis, não basta ter mecanismos institucionais para isso acontecer. É importante que tenhamos tudo isso, mas é importante que tenhamos formação, informação e educação como ponto de partida para que a cooperativa possa nascer, se consolidar e ser forte.

Até porque o movimento soma algumas coisas que interessam a qualquer país, interessam a qualquer governo e interessam a qualquer sociedade, ou seja, a questão da promoção da inclusão social e o fortalecimento de uma palavra muitas vezes despercebida entre os seres humanos, que é a palavra solidariedade, que é a palavra-chave, que é a peça mais importante de uma cooperativa. E eu penso que, por isso, nós tomamos as medidas que já tomamos e tomaremos quantas medidas forem necessárias para que a gente possa ter no Brasil, definitivamente, um país como sonha o companheiro Roberto Rodrigues, que me diz sempre, quando me encontra, que nós haveremos de transformar o Brasil num país cooperativista. Eu acho que isso tem que ser um sonho perseguido por todos nós.

E nós sabemos também que muita coisa que um produtor não pode fazer sozinho, ele será capaz de fazer se ele se organizar; ele é capaz de modernizar a sua produção; de colocar valor agregado nas coisas que produz; de ter acesso a financiamento; de conquistar um preço melhor, ele é capaz de eleger bons vereadores, bons deputados, bons prefeitos, bons governadores,



se estiver organizado. Se não estiver organizado, na verdade, passa a ser massa de manobra e age em função do grau de proximidade com as pessoas, nem sempre tendo como representante alguém que sinta na pele aquilo que ele sente. E nem sempre as pessoas vão cumprir o seu mandato com as reivindicações da categoria que o elegeu.

Eu tive a oportunidade, Roberto, de passar uma semana visitando Israel. E todo o meu desejo era conhecer como é que funcionavam o *kibutz* em Israel que, possivelmente, é a forma mais organizada de uma cooperativa, mas também, uma forma que pode não dar certo em vários outros países. Eu voltei de lá convencido que a gente não poderia chegar ao Brasil propondo um *kibutz*. Eu voltei de lá convencido de que nós teríamos que criar os nossos *kibutz* de acordo com a nossa consciência, com a nossa formação, com a nossa cultura, porque se a gente tentasse importar um modelo, certamente, nós chegaríamos a um fracasso total e absoluto.

Eu acho que essa é uma coisa importante: respeitar a cultura de cada região, de cada local, porque muitas vezes o grau de cultura do estado de Roraima não é o grau de cultura do estado de Santa Catarina ou do Rio Grande do Sul. E se a gente não respeitar essa diferenciação para a organização da cooperativa, a gente pode criar uma grande cooperativa, com não sei quantos milhares de sócios e, depois de algum tempo, ela poderá fracassar porque o corpo está descolado do cérebro, como disse o Roberto Rodrigues. Eu acho que é importante a gente ter consciência disso.

Há muito tempo que eu me interesso por isso. Eu sou de uma região onde nós temos experiências com êxito de cooperativas de produção. Na minha região, em algumas empresas que faliram, uma parte dos trabalhadores não acreditava e preferiu ir à Justiça brigar pelos seus direitos, o que é também legítimo, não questionado. Mas, uma parte dos trabalhadores acreditou que era possível, ao invés de brigar pelos seus direitos, transformar a sua indenização em um montante de dinheiro capaz de comprar a empresa em que



trabalhavam. Nós já provamos isso em 12 empresas do ABC, são cooperativas que estão funcionando e produzindo de forma extraordinária, cooperativas que estão crescendo.

O governo pode fazer muita coisa se não atrapalhar. Tudo não se resolve na letra da lei. O que o governo tem que ter consciência e é isso que nós procuramos fazer, é tentar criar as condições, os mecanismos para que, da forma mais livre possível, as pessoas possam se organizar. O governo tem que funcionar como uma espécie de suporte, porque quando está tudo bem, não se precisa do governo, vamos ser francos. É que nem filho na casa da gente, quando está tudo bem, saudável, não fala o nome do pai, não fala o nome da mãe. Eles só começam a lembrar da gente quando estão com uma dorzinha ou quando precisam de um dinheirinho para sair na sexta-feira à noite.

O governo tem que estar atento para ajudar nos momentos difíceis, para que as cooperativas sejam cada vez mais fortes. Eu me lembro que quando nós chegamos ao governo, já durante a campanha, o tanto de obstáculos que nós tínhamos, no Tesouro, que evitava a criação de cooperativas, sobretudo, a cooperativa de crédito, que é um sonho que eu tenho. Eu não consigo compreender porque alguém vai ao banco tirar dinheiro com o cartão de crédito para pagar 12% de juro ao mês, ou seja, eu não consigo compreender porque vai. Não deveria ir, e se não fosse, acabaria isso.

Da mesma forma, eu não consigo compreender porque as pessoas não se organizam em cooperativas de crédito para sair do Sistema Financeiro a juros escorchantes. Quando a pessoa vai trocar uma duplicata, paga uma exorbitância, ou seja, o que vai resolver isso? Isso não vai se resolver com uma lei, isso vai se resolver com uma ação. O que é essa ação? Eu fico imaginando tantas pequenas lojas, em cada cidade que nós conhecemos, que poderiam se organizar em cooperativas de crédito, ter seu próprio financiamento e aquilo ir servindo de modelo, de exemplo para outros lugares.



Às vezes o cidadão tem uma lojinha que possui uma renda mensal de 30 mil reais, e daqui a pouco ele só está ganhando duplicatas. Acabou a loja dele, quando ele poderia ter uma cooperativa. Se ele fosse uma cooperativa, não teria um adversário lá, teria um companheiro, preocupado com ele, sentindo o mesmo problema. É esse país que nós queremos construir e é por isso que é importante uma figura como o Roberto Rodrigues no governo.

Eu não conhecia o Roberto Rodrigues. A convite do meu companheiro Graziano, ele participou de umas duas reuniões que eu precisava que ele participasse. Ele era amigo do Palocci, era amigo do José Machado, de Piracicaba. Eu ouvia falar num tal de Roberto Rodrigues, mas não o conhecia e o Roberto participou de duas reuniões antes das eleições. O que gratifica um candidato, ou seja, uma pessoa da importância do Roberto Rodrigues aceitar participar de duas reuniões de um candidato da oposição. Isso apenas fortalece os nossos laços de amizade, de confiança e, depois que eu ganhei as eleições, eu comecei a procurar quem seria o meu ministro da Agricultura. Conversei com o companheiro Graziano: “eu acho que a gente deveria convidar o Roberto Rodrigues para ser ministro da Agricultura”. Quando todo mundo achava que o Graziano queria ser ministro da Agricultura. E se fosse por uma relação de amizade, ele seria, porque eu trabalho desde 1980 com a família Graziano. Primeiro com o Zé Gomes, e o Graziano está comigo desde 1982, numa demonstração de que quando você monta um governo, você não cria um grupo de amigos. Quem vem para criar um grupo de amigos no governo está fadado ao insucesso. Você tem que colocar nos melhores lugares as pessoas que tem o reconhecimento da categoria, do conjunto da sociedade, de que ele é melhor.

Nós sabemos que o Pratini de Moraes foi um ministro da Agricultura respeitável, não foi um ministro que não merecesse consideração do setor, ele trabalhou muito para o setor. E eu falei: eu preciso encontrar alguém melhor. E alguém melhor tem que ser alguém que tenha mais raiz nesse meio, sobretudo,



alguém que tenha um pé calçado na experiência de cooperativas. E encontrei no nosso companheiro Roberto Rodrigues essa figura. Eu acho que ele conhece um por um de vocês pelo nome. E ainda se dá ao luxo de conhecer o nome do pai, do avô. De vez em quando, ele esquece o nome dos netos, mas ele se lembra dessas pessoas todas.

Então, eu acho que nós estamos no caminho. Eu diria que as coisas não andam nunca rápido como vocês desejam ou como eu gostaria que andassem. Tem a normatização das coisas. Muitas vezes, você manda um projeto de lei para o Congresso Nacional imaginando que dentro de dois meses ele vai ser aprovado. Acontece que, como o Congresso Nacional é a representação da estrutura democrática da nossa sociedade, aparece alguém lá e resolve fazer uma emenda, numa coisa que não demora mais que o tempo necessário. Mas isso faz parte do jogo. E a gente não pode ficar reclamando.

O que é importante, e eu quero que vocês tenham consciência disso, deputados, cooperativados, é que nós não mediremos esforços, não mediremos nenhum sacrifício para fazer todas as mudanças que precisam ser feitas na estrutura legal do país, para que a gente possa ter um país com uma dimensão de cooperativas infinitamente maior do que a que temos hoje. Eu acredito nisso. Acredito que nós precisamos criar coisas sólidas, que não venha mais um governo fazer uma aventura, que não venha o Banco Central fazer uma outra, que não venha alguém do Tesouro fazer uma outra. Tem que ser uma estrutura em que a sociedade brasileira assimile como uma mudança necessária porque o grande problema é que cada vez que você escolhe um ministro, ele tem uma tese, ele estudou numa universidade, fez a tese para fazer o curso de mestrado, de doutorado, de pós-graduação. E quando ele chega no governo, ele quer implementar a tese dele e não leva em conta a dos outros.

Qual é a vantagem de eu ter no governo o Roberto Rodrigues? É que ele não tem uma tese pessoal. A tese pessoal é o aprendizado que ele adquiriu



nas cooperativas, seja no Brasil, seja na representação internacional. É uma coisa coletiva, não é uma coisa pessoal.

Essa tese não é dele, é uma tese de todos nós. É uma tese que precisa ser assinada por aqueles que ainda não compreendem.

Eu sei que, de vez em quando, as pessoas ficam bravas com o Roberto, porque ele não consegue tudo. Acontece que ser ministro não significa conseguir tudo. Um governo é um conjunto de interesses da sociedade e tem sempre aquele cabo de guerra, tem sempre um lado puxando o outro. Qual é o nosso papel? É o papel do equilíbrio, é o papel de não permitir que um lado derrube o outro. O que nós queremos é que todos os lados, da forma mais justa possível, permaneçam em pé fazendo um bom combate, puxando aquele que pensa que vai cair, mas não cai; levantando com mais força, porque é assim que nós queremos que esse país se organize. E eu acho que nós estamos conseguindo isso.

Por isso mesmo, uma das primeiras ações na área do crédito foi determinar ao nosso companheiro ministro da Fazenda, Palocci, que junto ao Banco Central estudasse todas as medidas que permitissem o crescimento das cooperativas de crédito e dos bancos cooperativos.

Em pouco tempo, autorizamos a criação de cooperativas abertas de crédito que estavam vetadas pelo Banco Central desde 1999. Além disso, eu quero também lembrar que, este ano, fizemos a extensão dos recursos da poupança rural aos bancos cooperativos. Sem falar da ampliação e desburocratização do crédito da agricultura familiar que beneficia grande número de pequenas e médias cooperativas em todo o território nacional.

Estamos, assim, apressando a realização de um velho sonho de muitos líderes agrícolas do nosso país: de caminhar com as próprias pernas, reduzindo a dependência, das cooperativas, do governo.

Nós sabemos muito bem que o cooperativismo precisa de duas coisas essenciais para andar adequadamente: base institucional moderna e recursos



humanos bem preparados. E eu quero dizer, Márcio, que da nossa parte, o que pudermos fazer para que essa grande escola de formação de cooperados aconteça, vamos fazer, porque eu acho que falta isso, sobretudo, nas regiões Nordeste e Norte do país.

É preciso que a gente dê a essas pessoas uma dimensão, porque tem muita gente que ainda acha que ser cooperado é perder a dimensão da sua propriedade privada, é abdicar do poder sobre a propriedade. E nós precisamos dizer para ele que é exatamente o contrário, a propriedade privada será muito mais valorizada se estiver produzindo adequadamente, se ele estiver levando tecnologia para transformar a terra num exemplo, pois, terra criando carrapicho não tem muito valor. E é com isso que nós precisamos orientar essas pessoas. Eu dizia para o Márcio que eu acho que até o movimento sindical rural trabalha pouco essa questão de cooperativas. Nós estamos incrustados naquela idéia da saída individual. Para o pequeno, todo mundo sabe, a saída individual é muito difícil. É preciso incutir na cabeça dele a idéia de que se ele se organizar, ele terá muito mais chances.

Como é que um pequeno agricultor, de dez hectares, vai poder comprar uma máquina financiada pelo Moderfrota? Ele não vai conseguir comprar. Agora, se juntarem 100, ele poderá comprar até duas. Ele poderá colocar valor agregado no seu produto e ganhar mais dinheiro. Eu acho que é isso que nós temos que ensinar, Márcio, para essa gente. Eu acho que é preciso criar uma propaganda institucional das cooperativas. Tem propaganda de sabonete, de pasta de dente, de chinelo, de cerveja. Eu acho que é preciso ter uma de cooperativas. Vamos pensar nisso, Roberto, uma publicidade de cooperativas. Não pode ser uma publicidade comercial, mas uma publicidade de interesse público. Eu penso que até os canais de televisão podem contribuir sem precisar cobrar o que a gente pensa que vão cobrar, porque é uma coisa essencial para a organização da nossa sociedade.



Eu acho que a gente pode trabalhar junto, podemos conversar com a Secom, para ver se a gente consegue colocar uma publicidade, porque também ninguém vai fazer, se não conhecer. Então, é preciso levar as experiências bem-sucedidas. Eu sou sempre chegado a que se difunda, ao máximo possível, as coisas que dão certo. As coisas que não dão certo, não vai faltar quem divulgue.

Minha mãe, quando eu era pequeno, dizia: “Meu filho, você tome cuidado, porque a notícia boa anda devagarzinho, a notícia ruim corre. Então, muitas vezes a gente faz uma coisa maravilhosa, com resultados extraordinários e ninguém sabe.” Uma pisada na bola que alguém der, aí ganha manchete, até internacional.

Eu penso que nós é que precisamos ter o cuidado de difundir essa coisa. Eu quero, Roberto Rodrigues, que a gente, agora, junto com o ministro Gushiken, pense num jeito de chamar o Márcio e ver, com os meios de comunicação, que tipo de publicidade a gente pode fazer para mexer com a questão das cooperativas.

Bem, vocês já ouviram falar da Comissão Interministerial. Essa Comissão trabalhou, essa Comissão ouviu os setores interessados e já apresentou as suas conclusões voltadas para a edição de uma nova lei de cooperativas, cujo projeto está sendo preparado pelo Denacop.

É preciso que vocês apressem o mais rápido possível, porque nós mandamos essas coisas para o Congresso Nacional e vamos trabalhar com os nossos deputados para que sejam aprovadas. Eu estou convencido, Márcio, que a economia brasileira, pela estrutura que nós conhecemos na década de 60, de 70, das grandes e médias empresas, vai ser muito difícil, porque os avanços tecnológicos estão fazendo com que cada vez mais tenha menos gente trabalhando.

O que nós precisamos é acreditar num outro modelo, eu acho que a cooperativa é uma coisa extraordinária, não só pelos números que você



apresentou, Márcio, mas pelo que a gente conhece de experiências bem-sucedidas e eu acredito que nós precisamos fazer com que essa lei seja aprovada o mais rápido possível. Eu quero que o Roberto Rodrigues me telefone e fale: “Presidente, não temos mais nenhum empecilho de cooperativa neste país, agora está tudo pronto, só falta agora convencer a sociedade a se organizar em cooperativas”. E, aí, é um trabalho de cada um de nós, é um trabalho de toda a sociedade brasileira.

Um aspecto importante que deverá ser definido nessa nova lei é o tratamento tributário de que você falou, Márcio, das atividades do setor, bem como as regras para o bom funcionamento das cooperativas de trabalho, tão importantes para a geração de empregos. Nós temos, às vezes, problemas com cooperativas de trabalho, porque o Ministério Público do Trabalho, muitas vezes, não permite a organização das cooperativas.

Então, você fica num choque tremendo. De um lado, o Ministério do Trabalho querendo gerar o maior número de empregos possíveis, e, do outro lado, um órgão do próprio Ministério do Trabalho, evitando que isso aconteça. E não evita cometendo nenhuma injustiça, não, tem que evitar cumprindo a lei. É aquilo que eu digo na questão do meio ambiente, o mesmo Estado que dá com uma mão, retira com a outra, porque muitas vezes a gente reclama do meio ambiente, mas o Ministério cumpre as leis, tem uma lei que foi feita pelos deputados e pelos senadores, e ele é obrigado a cumprir.

Então, nós chegamos ao cúmulo de um ministério qualquer autorizar uma obra ou fazer um contrato, mas quando vai pedir o licenciamento do prédio, com o que nos deparamos? Não estão cumprindo todas as normas da lei. Aí, a primeira coisa que nós fazemos é xingar o meio ambiente, quando, na verdade, nós deveríamos xingar quem fez a lei, porque o Ministério tem que cumprir a lei. Nós estamos trabalhando com muito cuidado, eu já disse ao ministro Ricardo Berzoini que é preciso que a gente veja onde estão todos os empecilhos legais, para que possamos discutir com o Congresso Nacional e



fazer as mudanças que precisam ser feitas. Afinal de contas, nós estamos no século XXI, as regras não podem ser as mesmas do século passado. Se as coisas mudaram, nós temos que avançar no sentido de garantir que haja oportunidade de emprego para as pessoas, e não fazer isso de forma a burlar, de forma a afrontar outro Poder ou uma outra instituição. Mas fazer isso de forma acordada.

Eu digo para o Roberto, sempre, digo para os meus companheiros, que eu acho que, se dependesse de mim, tudo seria feito por acordo, tudo. É que, de vez em quando, tem eleição e os acordos ficam mais difíceis porque as pessoas depositam todo o seu interesse num período muito curto de eleição. Isso, às vezes atrasa, mas eu estou convencido de que não há nada neste país que a gente não possa se sentar a uma mesa, negociar e sair com uma síntese que possa atender a todo mundo.

Nós queremos a parceria do cooperativismo, tanto na área rural para fortalecer o mercado interno, melhorar as exportações e aumentar a renda do pequeno produtor, quanto na área urbana, onde as cooperativas têm demonstrado sinais extraordinários de inclusão social. Por tudo isso, é para mim uma grande alegria estar aqui, Márcio, participando de mais uma celebração do Dia Internacional. E fico ainda mais feliz pela inauguração deste auditório que leva o nome do nosso querido e saudoso líder cooperativista, pai do Roberto Rodrigues, companheiro de todos vocês, o Antônio José Rodrigues Filho que foi, na verdade, um dos grandes incentivadores de cooperativas neste país.

Eu quero desejar a todos vocês e a você, Márcio, todo o sucesso do mundo a vocês, que integram esse pungente movimento, garantindo que o nosso governo continuará lutando para fortalecer e expandir cada vez mais o setor cooperativista na economia brasileira.

Eu quero terminar dizendo aos meus companheiros, e dizendo, sobretudo, a você Márcio, que não tenha nenhuma dúvida que a qualquer



momento que precisarem que o governo interceda para que a gente possa fazer as cooperativas andarem mais e melhor, você terá não apenas em mim, mas na totalidade do governo, a começar pelo Roberto Rodrigues, um companheiro. Nós não mediremos esforços, não haverá sacrifício que não mereça ser superado para que a gente tenha este país transformado numa grande cooperativa, numa cooperativa que possa cumprir um desejo que eu tenho, pois eu acho que o que falta muito no Brasil é uma coisa chamada oportunidade; eu acho que as pessoas não têm a oportunidade de conhecer o significado das cooperativas.

Se as pessoas tivessem o privilégio que eu tive de visitar algumas cooperativas bem-sucedidas...

... e terem esse conhecimento, porque aí sim eu penso que nós estaremos consolidando o sonho do pai do Roberto Rodrigues, o sonho do Roberto Rodrigues. Eu não sei se vocês perceberam que é uma dinastia fantástica, porque era o pai do Roberto Rodrigues, que tinha o pai do Márcio como ajudante. Depois, o Roberto Rodrigues, que teve o Márcio como ajudante. Agora, é o Márcio que está na cooperativa. Vocês percebem que a coisa está sempre dentro de casa.

Mas, de qualquer forma, eu quero dizer para vocês que feliz de um país que tem pessoas que acreditam como vocês acreditam; feliz do país que tem pessoas que produzem como vocês produzem, e feliz do país que tem pessoas que acreditam na palavra solidariedade como nós, no Brasil, temos vocês. E mais feliz, ainda, o país que pode ter como ministro da Agricultura um companheiro como o Roberto Rodrigues e, como presidente das Cooperativas um companheiro como o Márcio.

Muito obrigado e boa sorte a todos vocês.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na entrega do relatório do Seminário de Valorização da Produção Cultural Brasileiro-Globo

Brasília-DF, 06 de julho de 2004

Antonio, “pai herói” é porque quando a novela estava passando, nós estávamos no auge das greves do ABC e, nas fábricas, as pessoas me chamavam de “pai herói”. Então, qualquer semelhança é mera coincidência.

Primeiro, eu quero agradecer, tanto à PUC quanto à Globo, pela idéia da realização do seminário. Eu penso que quando duas instituições como a PUC e a Globo resolvem fazer um seminário convocando para debater o que nós temos de mais importante no Brasil, na área cultural, o resultado não poderia deixar de ser positivo para o futuro da cultura que todos nós queremos no Brasil.

Certamente, este documento que vocês estão entregando vai servir para um bom debate no governo, coordenado pelo Ministério da Cultura, junto com a Casa Civil. Nós vamos enviar este documento para vários ministérios que têm coisas a ver com as recomendações do texto. Vamos determinar um prazo para que cada ministro possa responder a parte que cabe ao seu ministério, e vamos ver se, a partir daí, nós conseguimos transformar tudo aquilo em que houve concordância, em leis ou em políticas públicas que possam garantir que o Brasil tenha, cada vez mais, uma ação cultural ativa e positiva. Porque isso combina com um pouco daquilo que nós acreditamos e estamos colocando em prática na política externa brasileira.

Nós sempre achamos que um país do tamanho do Brasil, com a diversidade cultural que tem o Brasil, com a dimensão tanto cultural quanto de outras riquezas que tem o Brasil, não pode mais ficar agindo no mundo como se fosse um “zé ninguém”, com se fosse uma coisa menor, como se tivesse



sempre que estar pedindo licença para fazer as coisas. Nós, na verdade, sempre deveremos pedir licença para os outros por educação, mas nunca por sermos subalternos, ou nunca por sermos tratados de jeito inferior.

Em todas as viagens que temos feito, em muitas delas o Gilberto Gil tem viajado conosco, é uma orientação de todo o governo que em todos os debates que façamos em nível internacional, e a imprensa tem acompanhado, a questão da cultura seja vista como uma coisa estratégica para a interação que o Brasil pretende fazer com o restante do mundo. Na nossa concepção, não haverá uma globalização total, ideal, que possa atender aos interesses dos mais diferentes povos, se não houver uma integração também cultural, respeitando as particularidades de cada país.

Por isso eu quero agradecer a vocês o trabalho, ao nosso querido Antonio Carlos Ronca, que pela primeira vez vem aqui, ao Palácio do Planalto, na minha gestão, pelo menos. A vocês artistas, intelectuais do cinema, do teatro, a presença de vocês aqui, por si só, demonstra o acerto do gesto que vocês fizeram ao realizar o seminário. Eu já tenho conhecimento, mais ou menos, das coisas que vocês estão recomendando. Eu acho que grande parte delas combina com aquilo que o Ministério da Cultura tem discutido e tentado colocar em prática. Ainda esta semana, participamos de um seminário, de um encontro mundial de cultura, em que nós pudemos dizer um pouco aquilo que nós pensamos da nossa cultura para o nosso povo.

E, certamente, este documento vem enriquecer o poder de decisão que nós possamos ter, daqui para a frente, na elaboração das leis que precisam ser mudadas e aperfeiçoadas, mas também para o aperfeiçoamento da nossa prática, porque muitas vezes não é apenas a lei, muitas vezes é o ato, é o gesto, é a disposição, é a vontade política e isso, vocês podem ter certeza, não falta. Eu tenho dito que um governo não pode ser medido apenas pela quantidade de obras que faz, de estradas, de portos, de viadutos, de postes ou



outras coisas. Um governo pode ser medido pelo padrão de relacionamento que estabelece com os mais diferentes agentes da sociedade brasileira.

Esse novo padrão de relacionamento é que precisa consolidar definitivamente a nossa cultura democrática, o aprendizado do exercício diário da democracia a que todos nós estamos submetidos.

Por isso, eu quero agradecer de coração o trabalho de vocês, quero agradecer de coração a vinda de vocês aqui. Para mim é importante porque eu imaginei que a Regina Casé era mais brincalhona. Ela está ali, parece uma santa, como diria minha mãe: “parece uma santa do pau oco”, ali quietinha no canto dela. O Casseta e Planeta está ali, sem fazer nenhuma gracinha, hoje. Mas, de qualquer forma, eu quero agradecer a vocês. Para nós, do governo, para o Ministério da Cultura, para o Juca que está substituindo, neste momento, o Gilberto Gil, para o José Dirceu, para o Eunício, ministro das Comunicações, é gratificante saber que muitos de nós, sem nos conhecermos, na hora em que colocamos no papel as coisas que nós pensamos, temos muito mais afinidades do que discordâncias. E é isso que pode consolidar uma boa política de cultura para o nosso país.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
visita ao Brasil do Presidente do México, Vicente Fox**

Brasília-DF, 07 de julho de 2004

Meu querido amigo, presidente Fox. É um prazer estar recebendo você
no Brasil,

Meus amigos ministros de Estado mexicanos,

Meus companheiros ministro de Estado brasileiros,

Nosso querido senador Suplicy,

Demais integrantes das delegações mexicana e brasileira,

Eu não sei se o presidente Fox percebeu, nós adotamos um formato de
reunião de trabalho que tem permitido que as reuniões tenham um avanço
significativo, na medida em que nós colocamos os nossos ministros para
conversarem antes com os ministros que nos visitam. E quando os presidentes
se reúnem, nós não nos reunimos mais para discutir mas, sim, para colher o
resultado da conversa que os ministros tiveram. E essa é uma coisa nova,
adotada por nós, que tem dado resultados extraordinários.

Com imensa satisfação recebo o presidente Vicente Fox, aqui, em
Brasília.

Esta visita ilustra o estreitamento das relações entre nossos países.

O diálogo que mantemos é constante, rico e produtivo.

A vinda do presidente Fox ao Brasil dá continuidade às conversações
que com ele mantive, em dezembro de 2002, ainda como presidente eleito; e
em Cuzco, durante a reunião do Grupo do Rio, no ano passado.

Depois disso, estive em visita de trabalho à cidade do México, em
setembro de 2003.

Pudemos ainda nos reunir em Monterrey, em janeiro deste ano, e em



Guadalajara, no último mês de maio.

Temos interesse e necessidade de estreitar os laços entre nossos países - os dois mais populosos de nossa América Latina - com economias que apresentam crescentes níveis de integração.

Brasil e México têm afinidades culturais e forte presença no cenário regional e mundial.

Partilhamos valores, como o respeito ao direito internacional, a defesa do multilateralismo e o compromisso com a promoção do desenvolvimento com justiça social.

Por tudo isso, recebemos com grande satisfação a manifestação de interesse do México em tornar-se Estado Associado ao Mercosul.

O passo inicial - o estabelecimento de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e o México - deverá ser lançado em Puerto Iguazú, na Argentina, durante a Cúpula do Mercosul, que terá início amanhã.

Durante o exercício brasileiro da Presidência Pro-Tempore do Mercosul, no segundo semestre deste ano, vamos nos empenhar para fazer avançar essa associação entre México e Mercosul.

O fluxo de comércio do Brasil com o México tem evoluído positivamente em ambas as direções, alcançou em 2003 a soma de US\$ 3,2 bilhões de dólares e continua crescendo.

Hoje o México é o 5º maior mercado para as exportações brasileiras.

Isso é resultado do enorme potencial de intercâmbio e integração entre nossas duas economias.

Registro igualmente os importantes investimentos que empresários mexicanos fizeram recentemente no Brasil, em áreas tão diversas como telecomunicações, hotelaria, indústria alimentícia e mineração.

A coordenação entre nossos governos tem dado frutos no plano multilateral, particularmente na Organização Mundial do Comércio.

O G-20 que, juntos, criamos em Cancun, deu nova consistência à



Rodada de Doha.

Ele passou a ser um interlocutor essencial nas negociações de liberalização comercial e tem grande importância para a eliminação das assimetrias do comércio mundial.

A convergência das posições e atuação articulada de Brasil e México contribuíram para que o Grupo pudesse exercer papel relevante nessas negociações, fundamentais para os países em desenvolvimento.

Devo destacar que a criação da Comissão Binacional Brasil-México, copresidida pelos chanceleres dos dois países, dará direção estratégica para o relacionamento bilateral, fortalecendo o seu marco institucional e contribuindo para impulsioná-lo, em todos os âmbitos, a fim de consolidar a parceria que desejamos construir entre os dois países.

Essa parceria envolve também forte cooperação científica e tecnológica, em especial no terreno energético.

A presença da Petrobrás no México é um indicador seguro desse avanço.

Da mesma forma está definido um roteiro de iniciativas para fortalecer nosso intercâmbio cultural, que será reforçado com a visita do ministro Gilberto Gil ao México, em setembro próximo.

O Presidente Fox e eu coincidimos em ampliar a cooperação entre nossos países também no âmbito consular.

Destaco o estabelecimento do Mecanismo de Consulta e Cooperação Consular Brasil-México para aprofundar o estudo das questões migratórias e de outros temas consulares.

O Mecanismo examinará também a possibilidade de vir a ser assinado acordo de cooperação para combater o tráfico de pessoas e aumentar a colaboração entre as instituições migratórias em ambos países.

No tocante ao desenvolvimento social, promoveremos o intercâmbio de informações e experiências sobre nossos programas sociais.



Hoje seguiremos juntos, o Presidente Fox e eu, para Puerto Iguazú, a fim de participarmos da Cúpula do Mercosul.

Lá passaremos a escrever outro capítulo de nossa história comum: o importante capítulo da aproximação e integração históricas entre o México e o nosso Mercosul.

Por isso, eu quero agradecer, presidente Fox, a aceitação do convite para vir ao Brasil e dizer ao presidente do México, aos ministros mexicanos e aos brasileiros, que não depende de mais ninguém, depende única e exclusivamente da nossa disposição política de fazermos com que, nesses próximos dois anos, a relação Brasil e México avance muito mais do que avançou até agora.

Afinal de contas, nós temos que tirar vantagens. Temos que tirar proveito das vantagens comparativas dos dois países, temos que tirar proveito do crescimento que está se dando nos dois países, temos que tirar proveito da grandeza da população dos nossos dois países e temos, sobretudo, que agir juntos, porque juntos seremos muito mais fortes e muito mais respeitados.

Boa estada no Brasil presidente.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de assinatura de atos Brasil/Bolívia**

Santa Cruz de La Sierra/Bolívia, 08 de julho de 2004

Excelentíssimo senhor Carlos Mesa, presidente da República da Bolívia,
Senhor Carlos Hugo Molina, prefeito do Departamento de Santa Cruz,
Senhores ministros de Estado do Brasil e da Bolívia,
Senhor Hormando Dias, presidente do Congresso Nacional da Bolívia,
Senhor Jorge Viana, governador do Estado do Acre, no Brasil,
Senhor José Orcirio Miranda, governador do Mato Grosso do Sul, no
Brasil,

Ivo Cassol, governador do Estado de Rondônia, no Brasil ,

Senhores Embaixadores,

Meu querido Carlos Lessa, presidente do Banco Nacional do
Desenvolvimento Econômico e Social,

Meu caro ministro Furlan,

Meu caro ministro Palocci,

Senhoras e senhores integrantes das comitivas da Bolívia e do Brasil,

Fico feliz em regressar à Bolívia. Aqui, nós brasileiros, somos recebidos como irmãos. Santa Cruz de La Sierra foi palco de extraordinária demonstração de solidariedade continental. Aqui, em novembro passado, a Cúpula Ibero-Americana adotou medidas de emergência para ajudar o povo boliviano a enfrentar os dias difíceis porque passavam. Vejo com satisfação o quanto a Bolívia progrediu deste então. Sob a liderança do presidente Mesa, a Bolívia vem reafirmando o seu compromisso com a democracia e com a ordem constitucional, e cria condições para a retomada do desenvolvimento.



A realização do referendo sobre a política energética e a convocação de eleições municipais e da Assembléia Constituinte abrem caminho para a Bolívia encontrar respostas para os anseios de seu povo. Neste momento em que reúne forças, a Bolívia pode contar com a amizade do governo e do povo brasileiro. Foi essa a mensagem que meu governo transmitiu, com gestos e palavras, durante a grave crise de outubro passado. É também esse o sentido dos acordos que assinamos.

Senhor Presidente,

Brasil e Bolívia reafirmam o seu compromisso de encontrar novas formas de cooperação para o progresso econômico e o bem-estar de seus cidadãos. Estamos aperfeiçoando uma parceria fundada na visão de uma América do Sul unida e integrada. A ampliação da infra-estrutura física e energética da região é o alicerce dessa construção. Por essa razão, o Programa de Financiamento às Exportações do Governo Federal Brasileiro, o PROEX, continuará financiando a pavimentação da rodovia Paz Estenssoro, essencial para a integração nacional da Bolívia.

Estamos unidos pelo desafio de assegurar que nossas riquezas naturais estejam a serviço do desenvolvimento nacional. Esse patrimônio tem que ser explorado em benefício de todo o povo, dessa e de futuras gerações. Por essa razão, planejamos instalar na Bolívia e no Brasil, sobretudo na divisa Brasil-Bolívia, um pólo gás-químico binacional para industrializar o seu patrimônio mineral.

Vamos também montar um Centro de Tecnologia do Gás, para que essa riqueza seja transformada em poderoso motor de progresso. Empresas brasileiras, como a Petrobrás Bolívia, certamente atrairão novas indústrias, tecnologia e empregos. O povo boliviano vem-se capacitando para explorar de forma soberana e racional o vasto potencial de seu subsolo.

O Brasil quer ajudar na criação de condições para que a Bolívia exporte produtos de maior valor agregado para o mercado brasileiro e internacional.



Com esse intuito, convidamos a nação vizinha a ser nosso primeiro parceiro na implementação do Programa de Substituição Competitiva de Importações para países da América do Sul.

Na Macro-Rodada de Negócios, em São Paulo em junho último, começamos a examinar formas de promover a competitividade de produtos bolivianos de exportação e sua integração em cadeias produtivas na região.

Estou seguro de que a Câmara Brasileiro-Boliviana de Comércio será um importante sócio nessa empreitada.

A coordenação de esforços na área de segurança é também indispensável.

A transferência de seis aeronaves militares brasileiras à Força Aérea Boliviana reforçará o controle de nossas fronteiras e o combate ao narcotráfico e ao contrabando.

Amigo Presidente,

A América do Sul precisa de uma Bolívia democrática, próspera e unida.

Acreditamos na determinação e capacidade do povo boliviano de construir uma democracia sólida, cultural e etnicamente diversificada. De forjar uma nação que acredita no sonho que inspirou o sonho de Bolívar de transformar fronteiras em espaços que sempre aproximam, nunca separam. De transformar recursos naturais em fator de integração e não em motivo de disputa e conflito.

O acordo para o perdão da dívida pública boliviana, que estamos assinando hoje, expressa a certeza de que o povo boliviano saberá superar os históricos entraves ao seu desenvolvimento.

Presidente,

No Brasil, a política de combate à exclusão social do meu governo busca assegurar condições para que todos os cidadãos possam participar de forma produtiva e digna da vida nacional.

No Mercosul, assumimos o compromisso de respeitar diferenças de



nível de desenvolvimento.

A concessão de tratamento especial aos países de menor desenvolvimento fortalece o Mercosul e acelera sua aproximação com a Comunidade Andina.

Nos foros multilaterais, estamos empenhados em mudar regras de comércio injustas. Por isso, é importante o apoio da Bolívia nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas e da Organização Mundial do Comércio, onde é membro atuante do G-20. Este é um desafio que, mais do que nunca, une a nós todos: o de estender os benefícios da plena cidadania, da justiça social e da equidade a nossas sociedades.

Estou aqui para dizer que nessa caminhada a Bolívia tem no Brasil mais que um amigo, tem um irmão.

Muito Obrigado



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante jantar realizado após cerimônia de relançamento da Câmara de Comércio Brasileiro-Boliviana

Santa Cruz de La Sierra-Bolívia, 08 de julho de 2004

Um dia vão ganhar dinheiro pela quantidade de discursos que eu faço todos os dias. Eu ficaria milionário. Mas eu não poderia deixar de dizer umas palavras ao povo da Bolívia e ao meu amigo Carlos Mesa.

Eu penso que Deus escreve certo por linhas tortas. E quis o destino que, em função de circunstâncias políticas, o nosso amigo Carlos Mesa se transformasse em presidente da Bolívia.

E veja o que é o destino: um homem de televisão, um homem que não tinha partido político, um homem que a muito custo aceitou ser vice do presidente Sancho de Louzada, possivelmente, com as mesmas dificuldades que o vice-presidente José Alencar aceitou ser meu vice, porque quando eu fui convidar o José Alencar para ser o meu vice ele pertencia a um outro partido político, era um empresário muito bem-sucedido, e eu disse que precisava dele para ganhar as eleições e quebrar o preconceito que empresários tinham da minha pessoa.

Parece-me que a situação do presidente Carlos Mesa foi mais ou menos a mesma. Ou seja, ele precisou ser vice para quebrar preconceitos, para ajudar a dar credibilidade numa campanha em que o povo boliviano tinha muitas dúvidas. E sem querer ser vice, termina sendo presidente da Bolívia.

Pode parecer, para algumas pessoas, que o fato de alguém ter chegado à Presidência depois da queda do presidente, essa pessoa chegue enfraquecido, porque não tinha a liderança dos partidos políticos, dos movimentos sindicais. Mas eu penso que até nisso nós tivemos uma história parecida no Brasil. Me permita contar a vocês.



Quando, em 1992, a sociedade brasileira, cansada da corrupção, tirou o presidente Collor, com a votação do *impeachment* dele no Congresso Nacional, o presidente Itamar era uma pessoa que não tinha feito nenhum movimento para derrubar o Collor.

Quando o Itamar Franco assumiu a Presidência, todos nós, mesmo o meu partido, que tinha feito uma forte campanha para tirar o Collor, achou que não era prudente fazer oposição ao presidente Itamar Franco, que era preciso garantir a governabilidade para que nós pudéssemos dar uma chance ao Brasil e eleger o presidente que pudesse honrar os votos dos eleitores brasileiros. E eu acredito que, poucas vezes, um vice-presidente tenha assumido a Presidência com tanta fragilidade, do ponto de vista das organizações políticas, porque Itamar pertencia ao partido do Collor naquela ocasião, que era um partido inventado pelo Collor. Entretanto, mesmo não pertencendo a nenhum partido político, Itamar Franco não teve dificuldade de governar, porque todas as pessoas responsáveis do Brasil queriam que o presidente Itamar fizesse um bom governo e que, na sua sucessão, pudesse eleger alguém que também tivesse respeitabilidade. E isso aconteceu. Mesmo com divergências que eu e qualquer um da minha equipe possamos ter com o presidente Fernando Henrique Cardoso, nós todos reconhecemos que a eleição de Cardoso foi um avanço extraordinário para a democracia brasileira, pela qualidade intelectual dele, pelos compromissos históricos dele.

Aqui, na Bolívia, o que me parece é que vocês estão tendo uma nova chance, uma chance de transformar este país num país grande, do ponto de vista da sua economia, num país desenvolvido do ponto de vista do conhecimento que as pessoas possam adquirir. Porque vocês perderam um presidente e o vice assumiu, um homem que possivelmente todos vocês concordaram com ele, quando era apenas um jornalista que entrevistava políticos na televisão. E, possivelmente, muitos de vocês gostavam das críticas que ele fazia aos políticos que entrevistava.



Pois bem, ele, agora, está no dever de ser o político perfeito que ele achava que os outros deveriam ser. Ele, agora, tem a oportunidade de ser tudo aquilo que ele cobrava dos entrevistados dele na televisão.

E eu falo isso prazerosamente, porque quando alguém me pergunta sobre o que acho de ser Presidente da República do Brasil, eu falo para as pessoas: eu estou gostando de ser presidente para fazer tudo aquilo que eu achava que os outros deveriam fazer. Então, quando vejo uma manifestação na rua contra o meu governo, quando vejo uma greve contra o meu governo ou quando vejo uma crítica, de vez em quando, chego numa reunião do Ministério, e falo: não se preocupem, não fiquem nervosos, porque nós já fizemos isso contra os outros.

Esses dias, eu estava num avião, conversando com uma ministra, e eu me queixava de que no Brasil as pessoas esperam que o governo faça tudo. Tudo mundo espera que o governo faça tudo. E eu dizia que, até 1967, não era assim. E ela me disse o seguinte: “presidente Lula, não se esqueça que quem ensinou o povo brasileiro a querer que o Estado fizesse tudo foi o senhor.” Então, vocês percebem que eu não tenho o direito de reclamar, eu não tenho o direito de ficar nervoso, eu tenho que fazer apenas aquilo que eu acredito que é possível fazer.

Eu sempre digo, Presidente, que eu trato o povo brasileiro como eu trato os meus filhos. Eu quando tenho que dizer não para um filho meu, eu digo não. É melhor dizer um não do que mentir para um filho, fazendo promessas que você não pode cumprir. É assim que eu trato a minha relação com o povo brasileiro.

Eu estou dizendo isto, porque a responsabilidade de dirigir este país não é do Carlos Mesa. Ele é consequência, tanto quanto vocês, do que aconteceu neste país.

Portanto, eu quero dizer para vocês, que nós iremos fazer, enquanto governo brasileiro, a nossa parte para ajudar a Bolívia a se transformar num



grande país. A outra parte, não esperem que ele faça, façam vocês pela Bolívia, pelo povo boliviano e pelos seus filhos.

Com essas palavras, eu quero brindar a nossa relação de amizade Brasil-Bolívia, que seja duradoura e eterna. E boa sorte, meu querido amigo, Carlos Mesa.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, Reunião de Cúpula do Mercosul

Porto Iguaçu - Argentina, 08 de julho de 2004

Minha primeira palavra é de agradecimento ao presidente Néstor Kirchner, pela acolhida em Porto Iguaçu.

A realização desta reunião, no coração geográfico do Mercosul, tem um forte significado. Aqui nossos países se encontram. Nossas comunidades aqui vivem diariamente a realidade da integração.

Néstor Kirchner e sua equipe conduziram a Presidência *Pro Tempore* do Mercosul com dedicação, sintonizados com as esperanças que este projeto regional voltou a suscitar em nossos países.

Trabalhamos com afinco em iniciativas para facilitar a circulação de mercadorias no Bloco e permitir a integração de cadeias produtivas.

Elas deverão ampliar possibilidades de negócios e de emprego na região. O início do funcionamento do Protocolo de Olivos sobre Solução de Controvérsias e os mecanismos para acelerar a vigência das normas do Mercosul ajudam a consolidação institucional do nosso Bloco.

Saúdo o trabalho realizado pela Comissão Parlamentar Conjunta e seu projeto de Parlamento do Mercosul, idéia que defendi antes mesmo de assumir a Presidência do Brasil.

Ele é passo de grande relevância para dar outra qualidade à nossa integração. Estamos avançando nas metas do Programa de Trabalho aprovado em dezembro passado, em Montevideú.

Ele busca consolidar a União Aduaneira até 2006, condição necessária para a implementação do Mercado Comum. Dessa forma, estamos recuperando o Mercosul, um dos objetivos de meu governo.

Retomamos o dinamismo das negociações, resgatando os sonhos e



esperanças que estiveram no nascimento do Bloco.

O Mercosul persegue a integração da América do Sul e é seu núcleo propulsor. Mas para cumprir esse objetivo deve ganhar mais conteúdo.

Na realização desse projeto, o presidente Eduardo Duhalde tem realizado significativo trabalho para dar visibilidade e consistência institucional ao nosso bloco.

Queridos amigos,

Precisamos olhar e construir o futuro.

Em 2003, buscamos respostas concretas para as assimetrias de nossas economias. Foi e continuará sendo necessário flexibilidade para atender às necessidades originárias das diferenças entre os Estados-Parte.

Para fortalecer a União Aduaneira e construir o Mercado Comum, previstos no Tratado de Assunção, é fundamental aprofundar e expandir o Mercosul para novas áreas, como serviços e compras governamentais.

Também é imperioso fortalecer a dimensão cidadã da integração. O acesso à justiça, à saúde, à educação devem ser igualmente direitos dos homens e mulheres do Mercosul.

Estamos trabalhando para atender às necessidades das comunidades de fronteira, para apoiar o emprego e o trabalho e para incorporar os interesses da agricultura familiar na agenda do Mercosul.

Nosso projeto de desenvolvimento não é apenas nacional. Inclui também e necessariamente a dimensão regional. A prosperidade do Brasil tem de ser a prosperidade de nossos parceiros na região.

A economia brasileira entrou em uma fase de sólido crescimento. Estão criadas condições para ampliar o intercâmbio e a cooperação com nossos vizinhos.

Ampliar o Mercosul, criar uma Comunidade Sul-americana de Nações, não são tarefas que se possa realizar da noite para o dia. Mas trabalhamos duro nos últimos meses.



Isso vai nos permitir dar um salto extraordinário. Depois de dez anos de negociações, estamos caminhando para uma zona de livre comércio entre o Mercosul e a Comunidade Andina.

O que parecia impossível está acontecendo. O Mercosul não está indiferente à nossa querida América Latina. Por isso, minha satisfação com a presença entre nós do amigo Vicente Fox.

Tomamos, juntos, a decisão de iniciar prontamente negociações para a conclusão de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e o México.

Ao final desse processo, que espero ocorra o mais rapidamente, teremos o México como Estado Associado. Tenho defendido o fortalecimento dos laços políticos e econômicos com os países do Sul. É a forma de ampliar nossa atuação no cenário internacional. Assim estaremos forjando uma nova geografia econômica e comercial e contribuindo para a construção de um mundo de maior equidade.

Esse é o significado das negociações que estamos desenvolvendo com a Índia e a África do Sul que, espero, sejam concluídas em breve.

Por isso também, vejo com grande satisfação o crescente interesse recíproco entre o Mercosul e outros países, como o Egito, a China e o Japão.

Senhores Presidentes,

O Brasil assume a Presidência do Mercosul com sentido de responsabilidade e urgência. Tenho repetido que o Mercosul é um projeto político maior, que passa pela negociação tarifária, a promoção do comércio e a integração econômica. Mas que deve ir além. Tem de explorar novos e mais avançados campos do conhecimento, onde os cientistas de nossos países já comprovaram competência.

Nesse sentido, o Brasil está disposto a partilhar com os sócios do Mercosul os benefícios da energia nuclear e da exploração espacial de que dispõe.

A iniciativa mostrará claramente ao mundo nosso desejo de aprofundar a



integração em todos os níveis.

No final da Presidência brasileira, celebraremos os dez anos da assinatura do Protocolo de Ouro Preto.

Por isso, convido a todos para o Encontro de Cúpula do Mercosul em dezembro de 2004, naquela cidade histórica brasileira de Ouro Preto.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia alusiva à despedida dos atletas que estarão nas Olimpíadas de Atenas

Brasília-DF, 09 de julho de 2004

Meu querido companheiro Agnelo Queiroz, ministro de Estado do Esporte,

Meu querido companheiro Luiz Gushiken, ministro de Estado chefe da Secretaria de Comunicação do Governo e Gestão Estratégica,

Meu caro Nuzman, presidente do Comitê Olímpico,

Meu caro deputado Ivan Ranzolin,

Meus queridos meninos e meninas do nosso país,

Convidados,

Meu caro Bernard, prazer. Uma pena que nunca pude te enfrentar num jogo de vôlei, para você saber como é que eu era jogador de vôlei.

Toda vez que venho falar aqui, eu venho com um discurso por escrito. Mas a minha vontade mesmo não é ler o meu discurso, porque o Nuzman já falou grande parte das coisas que eu tenho aqui, e o Agnelo falou outra parte. Mas eu queria ter uma conversa com vocês nesta despedida.

Vocês são parte da população brasileira que conquistou um espaço, seja na vida pessoal ou familiar, seja no mundo do esporte, que outros milhões de jovens, meninos e meninas, não conseguiram. E, ao mesmo tempo, vocês conseguiram se tornar uma parte da sociedade brasileira que, pensando nas Olimpíadas, conseguiram ultrapassar todos os obstáculos colocados à frente de vocês, conseguiram atingir as exigências do Comitê Olímpico, e por isso foram premiados pelo esforço e aqui estão, preparados para a próxima batalha. E nessa coisa, o difícil é que cada batalha é mais difícil que a outra.



E agora vocês chegam nas Olimpíadas e vão ter – além de enfrentar outros atletas que se prepararam tanto quanto vocês, alguns em condições mais favoráveis, outros em condições menos favoráveis – um outro adversário, que é o estado psicológico e emocional que cada um fica na hora do enfrentamento, na hora da batalha, a boa batalha, a batalha pela paz. E eu fico sempre imaginando, e dizia isso ao Nuzman, que vocês são aquela parte que nós consideramos a parte sadia de uma sociedade onde nem todos têm oportunidades.

Quando o Agnelo dizia: “Nós perdemos atletas porque não temos ainda uma boa política de achar talentos nas escolas”, o que me deixa triste é perdemos esses talentos por falta de oportunidade e, muitas vezes, a falta de oportunidade leva um jovem, um menino ou uma menina, que poderia ter um futuro extraordinário, a entrar no mundo do narcotráfico, no mundo do crime organizado, ser vítima do crime organizado ou do narcotráfico. E a sua oportunidade desaparece.

No Brasil, durante muitos e muitos anos – e eu quero aproveitar para dizer isso na frente dos presidentes das federações, das confederações, do nosso querido Nuzman e de vocês, atletas – não se levou a sério a questão do investimento no esporte. Aliás, toda vez que se fala em investimento em determinadas coisas, no Brasil, seja na educação fundamental ou no esporte, tratamos isso como se fosse um gasto e não como investimento. Está havendo uma inversão de valores porque muitas vezes, estes filmes que nós passamos ali, mexem com a auto-estima.

Obviamente, todo mundo quer ganhar medalha de ouro, quem é que não quer chegar em primeiro lugar? Mas nem todo mundo consegue.

E no Brasil, também, se adquiriu o hábito de só se receber quem traz medalha de ouro. O coitado do atleta que não consegue ganhar, mesmo depois de fazer um sacrifício enorme, de passar a noite sem dormir, nervoso, por causa da disputa no dia seguinte, volta para o seu país e, às vezes, nem a



família está esperando no aeroporto, porque ele não trouxe medalha. Jornalista, nem se fala, governante, então, nem aparece. Todo mundo gosta, mesmo, é de receber quem traz medalha de ouro no pescoço. Ou seja, é como se numa guerra, os soldados que morreram não tivessem a mesma importância dos que ficaram vivos na batalha a que se submeteram.

Essa relação depende muito da concepção política, da compreensão política que tenha cada governante, seja ele municipal, estadual ou federal. É preciso, então, mudarmos um pouco essa cultura de procedimento e de comportamento, para que a gente possa fazer com que os nossos jovens saibam que o governo não tem que dar importância só aquele que pode trazer a medalha, ou àquele que está indo agora, como vocês, para as Olimpíadas.

Os que não conseguiram a média que vocês conseguiram não têm menos importância que vocês. Possivelmente não estivessem tão preparados como vocês. Mas cabe ao Estado brasileiro garantir que essa pessoa tenha a oportunidade de, na próxima, estar junto com vocês. E, ao mesmo tempo, garantir que, na próxima, vocês melhorem suas condições.

Quando assisti as Olimpíadas de Sidney, e sabendo o que aconteceu antes das Olimpíadas, para que a Austrália tivesse o desempenho que teve, eu tomei conhecimento do Centro de Excelência que eles construíram. Ou seja, na medida em que se detecta que tem uma brasileira ou um brasileiro que, desde pequeno, tem aptidão para praticar um determinado tipo de esporte, você não só tem que criar as condições para que mesmo na infância ele já comece a praticar, como é importante que a gente crie as condições para que esse jovem possa começar a freqüentar um Centro de Excelência. E o Estado e as empresas, públicas e privadas, que no Brasil contribuem muito pouco, possam assumir a responsabilidade com o tipo de brasileiro ou brasileira que nós vamos formar. Porque o esporte não é só medalha, o esporte garante, sobretudo, a certeza de que vocês simbolizam a parte saudável da nossa



população; que vocês simbolizam a parte da nossa população que serve de exemplo de comportamento e dedicação.

Porque muita gente, quando vê vocês vestidos bonitos assim, emocionados, indo para as Olimpíadas, acha que é fácil. Agora, as pessoas não levam em conta quantos dias da semana vocês não foram a lugar nenhum, a não ser para treinar. Em quantos domingos ou sábados vocês deixaram de paquerar, de ir a um botequinho ou fazer qualquer coisa, porque precisavam treinar. As pessoas só se lembram da imagem boa de vocês vestidos assim. As pessoas não sabem o que vocês passaram para chegar até aqui. E cabe a nós, governo, criar as condições, Nuzman, para que milhões de jovens deste país possam ter, a partir do ensino fundamental, a oportunidade de praticar alguma coisa. E as crianças só vão demonstrar se têm aptidões ou não para uma prática esportiva, se onde elas freqüentarem houver a possibilidade de elas, inclusive, terem escolha.

Eu fico olhando muitas escolas públicas no Brasil, hoje, e o que percebo é que elas são quase todas como um caixote, são todas um monte de concreto armado. O que tem de lazer, no máximo, é uma quadra que normalmente não tem rede, não tem cesta, não tem nada, ou seja, está abandonada. Na verdade, nós precisamos mudar a cultura dos nossos governantes para que compreendam que a escola fundamental é a base que poderíamos criar para que as crianças tivessem ali a possibilidade de fazer as suas opções, de começarem ali a fazer o seu primeiro treinamento, porque nem todo mundo tem um pai com disposição de apostar no filho e levá-lo a chegar até onde vocês chegaram.

É por isso que eu quero desejar a vocês a sorte que, certamente, os pais de vocês estão desejando. Quero dizer para vocês que, agora, vai depender muito de vocês. Vocês chegaram até aqui com muito sacrifício e as condições materiais estão colocadas.

Eu me lembro, não sei se foi o Nuzman que disse, quando nós



montamos a nossa primeira grande seleção de vôlei: “Pela primeira vez tratamos profissionalmente a questão do vôlei e tratamos os atletas como profissionais. Demos as condições.”

O Brasil quando foi campeão do mundo em 58, foi porque, pela primeira vez, o Brasil se preocupou em tratar os dentes dos jogadores e, na concentração, jogadores famosos que vocês já viram pela imprensa, tiveram que arrancar três ou quatro dentes, porque não tinham mais conserto.

As condições materiais estão dadas. Quem sabe não na perfeição que precisamos dar mas, possivelmente, mais do que foi feito em qualquer outro momento da nossa história. E precisamos aperfeiçoar, precisamos dar a vocês as condições para, quando chegarem nas Olimpíadas, vocês dizerem: “Bom, eu tive todas as condições, não me faltou nada, eu tomei café bem, almocei bem, jantei bem, tive as melhores máquinas, os melhores espaços para treinar, os melhores técnicos, ou seja, não me faltou nada, agora depende mim.” E se não der, nós temos que, de vez em quando, ter a humildade de reconhecer que tem alguém que se preparou mais do que nós e conseguiu aquilo que nós não conseguimos.

E eu quero que vocês, ao começar a disputa, tenham consciência que daqui nós estaremos torcendo, porque eu acompanho muito o esporte. Eu, esta semana, liguei para o Felipão. Se ele tivesse ganho da Grécia, eu não teria ligado, porque quando se ganha todo mundo liga, todo mundo manda um telegrama. Agora, quando se perde, no dia seguinte você é capaz de ir ao restaurante sozinho e ninguém falar boa noite para você. Eu resolvi ligar pelo reconhecimento do trabalho dele, pela seriedade. E vocês podem ficar certos que nós estaremos acompanhando. O Agnelo, sobretudo, tem obrigação de não perder nenhum momento em que o Brasil entre para disputar qualquer uma das modalidades.

E nós estaremos torcendo. É verdade que estaremos torcendo para vocês ganharem medalhas sim, mas é verdade que estaremos torcendo muito



mais do que isso, para que vocês dêem de vocês o máximo que puderem dar, sem perderem de vista que ninguém tem que ganhar por obrigação. Vocês não estão numa guerra, vocês estão numa Olimpíada que simboliza, sobretudo, um momento maior de paz no mundo conturbado. E vocês fazem parte de um país que está organizando uma coisa estupenda, Nuzman.

Se Deus quiser, no dia 18 de agosto, se as condições estiverem colocadas, nós vamos levar a Seleção Brasileira de futebol para jogar no Haiti, pela paz no Haiti. É um símbolo, é um gesto para demonstrar que nós queremos que o mundo viva em paz e não em guerra. E vocês, nas Olimpíadas, estarão simbolizando isso, vocês serão a porção brasileira lá nas Olimpíadas, fazendo o que estiver dentro da alma de vocês, dentro da resistência física de cada um.

E eu espero que, quando vocês voltarem, a gente possa recebê-los aqui, outra vez. Mas não queremos receber apenas os que têm medalha, como já fizemos outra vez. Nós queremos os que trouxeram medalhas, os que tiveram ouro, bronze e prata, mas também os que não tiveram nenhuma medalha, porque eu sei que, mesmo sem medalha, eles deixaram o suor e a lagrima de um brasileiro. Eu já vi tantos de vocês chorarem, quando perdem uma prova, porque eu sei que aquilo está na alma de vocês, no coração de vocês.

Eu quero que vocês saibam que nós estaremos torcendo. Mas torcendo com o coração, no bico do tênis, para que todos vocês obtenham a realização do sonho, daquilo que vocês tanto se prepararam para conquistar: primeiro, ir às Olimpíadas; segundo, ganhar as provas que puderem ganhar. E mesmo não ganhando, nós estaremos de braços abertos reconhecendo que vocês são o símbolo da auto-estima da juventude brasileira e do povo brasileiro.

Boa sorte para vocês. Que Deus abençoe cada um de vocês e que dê forças para vencerem.



Presidência da República
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Discurso do Presidente da República



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no 1º
Encontro Nacional da Agricultura Familiar**

Brasília-DF, 12 de julho de 2004

Meus queridos companheiros e companheiras representantes da nossa agricultura familiar. Eu queria até pedir para o Tortelli vir aqui, para frente,

Meu querido Altemir,

Meu querido Dirceu,

Minha querida Severine, que está sentada aí no chão, nossa querida coordenadora de Juventude da Fetraf Sul,

Eu quero começar dizendo para vocês que é com muita alegria que eu vejo que a Fetraf evoluiu nesses últimos 3 anos.

Quando a Fetraf foi fundada, em 2001, eu fui convidado para ir, não sei se em Chapecó, participar da fundação da Fetraf. Depois nós fizemos a caravana pelos três estados do sul do país. E eu me lembro que, naquela época, quando se falava da construção da Fetraf, havia uma certa divergência no movimento sindical, que não vou explicar qual era, porque vocês sabem. Havia aqueles que diziam que a Fetraf era apenas uma entidade que representava os três estados do Sul do país. E hoje, é com alegria que eu vejo a Fetraf no Sul, no Sudeste e no nosso querido nordeste, já na Bahia, Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco, numa demonstração de que houve uma evolução muito grande, mas ainda falta um monte de estado para que a Fetraf se transforme definitivamente numa entidade nacional, representando os trabalhadores de todos os estados.

Eu estou lembrando esse fato, porque assim também acontece com quem governa, assim também acontece com um prefeito, com um governador, com um presidente da República: você é eleito para cumprir um programa e



esse programa é feito em dois momentos. Primeiro, na medida em que se tenha tempo de executar esse programa; segundo, na medida em que se tenha os recursos necessários para fazer aquilo que é preciso fazer.

E é com muita alegria que eu venho hoje, aqui, em Brasília, participar desse novo, na verdade novo, não, esse aqui é o I Encontro Nacional da Fetraf, já com a presença de 22 estados da Federação, o que aumenta, e muito, a conquista dos companheiros da Fetraf.

Mas o Rossetto já falou, hoje de manhã, e certamente outros companheiros já falaram. Eu queria apenas dizer para vocês que, quando nós fomos fazer o nosso primeiro programa de financiamento da agricultura familiar, a nossa primeira constatação foi de que havia uma diferença muito grande entre o dinheiro anunciado na televisão e o dinheiro liberado, e ainda, do dinheiro liberado, quantas pessoas, na verdade, se atendia. E nós descobrimos, foi até motivo de discussão na nossa primeira caravana da Fetraf Sul, que praticamente 80% do dinheiro do Pronaf ficava na parte Sul e Sudeste do país, sobretudo no sul, onde tinha trabalhadores mais organizados, onde tinha uma tradição melhor, seja de cooperativas, seja de sindicatos, seja da Fetraf Sul, seja da organização das próprias famílias.

E a gente olhava o mapa do Brasil e constatava que no Norte e Nordeste do país não tinha quase ninguém que tivesse acesso ao dinheiro do Pronaf, porque faltava cultura, quem sabe porque faltasse vontade dos bancos em liberar o dinheiro. Muitas vezes, os bancos não funcionavam corretamente e também não havia uma organização melhor dos trabalhadores.

O que aconteceu no nosso primeiro Plano Safra? Esse dado, governador Luiz Henrique, é muito importante. No ano passado, o nosso Plano Safra começou em junho, e até este ano, nós praticamente dobramos o número de contratos feitos na região Centro-Oeste do país. Aumentou em 93% o número dos contratos.



No Nordeste brasileiro, o número de contratos aumentou 97%, ou seja, praticamente o dobro da safra anterior. No Norte do país é que houve um fenômeno, aumentou em 199% o número de contratos e em 161% a quantidade de dinheiro liberado, numa demonstração de que foi possível, pela primeira vez, nacionalizar o dinheiro que a gente colocou à disposição da agricultura familiar. Não é que o Sul tenha caído, o Sul também aumentou um pouco mas, pela primeira vez, o dinheiro se espalhou pelo país.

Isso levou em conta duas necessidades básicas. A primeira, é que nós saímos da liberação de 53% de dinheiro, ou 57%, para 83% na primeira safra organizada por nós, e vamos trabalhar, tanto o Ministro de Desenvolvimento Agrário, quanto o Banco do Brasil, BNDES, Basa, e outros bancos para que a gente consiga liberar, nesta safra agora, a totalidade dos 7 bilhões de reais colocados à disposição da agricultura familiar.

Um dado extremamente importante que nós anunciamos no ano passado, mas que não deu certo, e nós não conseguimos atingir a nossa meta, foi a linha de crédito para a mulher trabalhadora e a linha de crédito para a juventude. Porque não deu certo? Porque não basta anunciar na televisão, é preciso preparar as pessoas para terem acesso, inclusive, preparar a família.

Este ano, nós vamos ter que aprimorar porque eu estou vendo aqui uma faixa escrita: “políticas públicas para a juventude rural”. Quando nós colocamos o crédito para os jovens, estava dentro do espírito de se criar uma política pública para a juventude. Para agora, estamos tentando discutir o que nós chamamos de pacote da cidadania. O que é pacote da cidadania? É você tentar levar para convencer a juventude a ficar no campo.

A juventude só vai ficar no campo se tiver um atrativo para ficar. Ela tem que ter educação no campo, ela tem que ter saúde no campo, ela tem que ter energia elétrica no campo, por isso é que nós estamos discutindo, desde o ano passado, a necessidade de criarmos núcleos em que as pessoas possam criar comunidades, ali perto; a gente possa fazer as casas, a escola, o posto médico



e outras coisas de que as pessoas tanto precisam porque, senão, não será com discurso que a gente vai convencer a juventude a ficar no campo. Quando o jovem tem 17, 18 ou 19 anos, ele está doidinho para ir para a cidade, se não tiver uma perspectiva dele trabalhar decentemente com a sua família.

É por isso que nós estamos criando a linha de crédito para a juventude. Ou seja, um pai pode ter o financiamento para sua roça, a mãe pode pegar outro financiamento, sem precisar depender do financiamento do pai. E o filho pode pegar um outro financiamento, sem depender do financiamento do pai ou da mãe. Com essas condições, vamos ver se conseguimos manter mais jovens no campo.

Uma outra coisa importante é a questão do crédito, que eu acho importante vocês saberem. O Tortelli certamente conhece bem, o Miguel Rossetto conhece bem, aqui tem o representante do Banco do Brasil, mas eu poderia falar do Basa, poderia falar do BNDES. A verdade é que durante muito tempo os nossos bancos foram desaprendendo como fazer financiamento para o pequeno, durante vários anos. Por quê? Porque era mais fácil fazer financiamento para quem fosse tomar uma grande quantidade de dinheiro emprestado. No ano passado já houve uma melhora extraordinária e, neste ano, podem ficar certos que a melhora vai ser muito maior ainda. O gerente do banco tem que estar preparado para, quando chegar um companheiro no banco, por mais humilde que seja, ele seja tratado dignamente e decentemente, com o respeito que nós precisamos tratar todos os seres humanos.

Nós estamos lidando com seres humanos. Portanto, é mais fácil fazer um discurso do que fazer acontecer, na prática. O que vai fazer acontecer é o comportamento de vocês. Na hora em que vocês chegarem num banco e forem maltratados, alguém tem que saber porque, senão, a gente não consegue consertar. Eu estive numa reunião em que a Fetraf Sul estava, e estava lá o Banco do Brasil, o BNDES e também o Basa, e já houve uma



evolução extraordinária no trato com a agricultura familiar.

O Tortelli é testemunha, uma das primeiras coisas que nós fizemos quando chegamos ao governo, foi mudar a legislação para que pudéssemos facilitar a organização de cooperativas de crédito e de produção. Não está andando ainda com a pressa que nós gostaríamos que andasse, porque o meu desejo é transformar o Brasil no país mais cooperativo do mundo, é fazer com que o Brasil se transforme num país organizado em cooperativas.

E aí, os companheiros do Sul têm uma responsabilidade muito grande, e eu vou explicar o porquê. Porque cooperativa não é uma coisa que o governo cria, o governo pode facilitar a legislação, mas a cooperativa só dará certo se for uma vontade dos cooperados, se ela surgir de baixo para cima e se organizar. Se a gente tentar criar uma cooperativa de cima para baixo, ela vai terminar não dando certo. É preciso que haja uma consciência dos trabalhadores, de que precisam se organizar em cooperativas. Vai aumentar a produtividade, vai melhorar a lucratividade de vocês, vai melhorar a qualidade dos produtos que vocês plantam, vocês vão produzir muito mais e, quem sabe, vão poder se organizar em agroindústria para colocar valor agregado no produto que vocês fabricam.

Por exemplo, eu não sei quem fabricou esse biscoitinho que eu ganhei aqui, mas esse biscoitinho estava “da hora”, esse biscoitinho estava de primeira... é de Pernambuco? Então, é um biscoito de Pernambuco, e está de boa qualidade; se tivesse para vender, eu até compraria, mas não tem para vender. Eu agradeço.

Uma outra coisa importante é a questão da educação. Companheiros, nós assumimos um compromisso de que a educação é a base para todas as outras coisas que nós precisamos fazer. Sem educação nós vamos fazer muito pouco. Por isso é que, na última sexta-feira, tivemos uma reunião com o ministro Miguel Rossetto. O ministro Miguel Rossetto, o Tarso Genro, que é o ministro da Educação, e outras áreas do governo vão se juntar para que a



gente possa apresentar um pacote de educação para a nossa agricultura familiar e para os assentamentos também. Vamos tentar organizar um pacote para que a gente possa dar solução.

Tem algumas coisas que não custam tanto dinheiro. Por exemplo, nós estamos com o programa Luz no Campo. Se não tiver luz, na base do candeeiro vai ser mais difícil aprender. Então, nós temos que levar luz. Nós temos que levar escola, nós temos que ver a questão da moradia porque as pessoas precisam ter casa para morar. E, ao mesmo tempo, ainda temos que levar o Saúde Família para os assentamentos e para a agricultura familiar, porque senão as pessoas tenderão a deixar o campo e ir morar numa cidade, nem sempre em condições humanas dignas de respeito.

E, por último, eu quero falar de um tema que vocês colocaram aqui: reforma agrária. Nós assumimos um compromisso de fazer a reforma agrária, aqui, nesse plenário, quando viemos num encontro em que estava a Fetraf Sul, os Sem-Terra, a Contag e todos os outros movimentos que lutam pela reforma agrária no Brasil. E nós viemos aqui para conversar com muita franqueza com os trabalhadores e dizer para eles: assumimos um compromisso de assentar 430 mil famílias e, ao mesmo tempo, regularizar mais 130 mil propriedades, ou seja, reconhecer o título de terra. Muita gente pode dizer: é pouco ou é muito.

Eu confesso a vocês que eu não estou tão preocupado se vai ser 1 milhão ou 500 mil. Obviamente que eu gostaria de assentar 3 milhões, 5 milhões, 10 milhões. Mas ao mesmo tempo que vamos assentando famílias, precisamos nos preocupar com quem já tem a terra, que está lá com a sua família na terra. Se não houver uma ação rápida por parte do governo, esse que tem a terra, hoje, vai ser o sem-terra de amanhã. Então, fica um absurdo, fica uma coisa absurda no Brasil, é quase uma coisa insolúvel, porque eu pego a companheira aqui, que é sem-terra, e levo para o campo; mas tem uma que já está no campo e, como o governo não foi lá cuidar daquela, ela sai do campo. Então, eu ponho uma, sai uma, eu ponho uma, sai uma. Não, nós



precisamos parar com isso.

Nós queremos manter as pessoas – perdi o hábito de fazer discurso – que estão no campo, criar as condições de financiamento, de assistência técnica para quem já está no campo. E as pessoas novas que nós levamos, não é para levar e largar, como era feito há muitos anos neste país, em que se largava a pessoa esquecida. É preciso levar as pessoas para o campo e cuidar, dar assistência técnica, o financiamento, garantir até o preço mínimo para que a pessoa não fique vítima do mercado. Tudo isso é compromisso do governo, que o companheiro Miguel Rossetto está colocando em andamento neste país.

O companheiro Tortelli veio aqui e, eu diria, de forma muito justa, fez algumas reivindicações – eu vou te dar um abraço meu amor, daqui a pouco eu pulo aí e te agarro, você vai ver, fica aí – uma coisa importante que o Tortelli falou é que nós, do governo, não queremos que vocês parem de reivindicar. Nós achamos que reivindicar é a forma pela qual vocês podem contribuir com o governo para o governo não pensar que já fez tudo. Nós estamos no começo e vocês, que são agricultores, sabem o quanto demora entre plantar e colher. Governar é a mesma coisa. Nós estamos criando as bases para que este país possa viver mais feliz aceitando a idéia, admitindo, e não aceitando coisa contrária, de que a agricultura familiar é muito importante para o desenvolvimento do Brasil. Cinquenta por cento da soja plantada no Brasil, este ano, saiu da agricultura familiar; mais da metade da carne suína e da carne de frango é da agricultura familiar. Ora, se isso é verdade, nós temos que aprender a tratar vocês cada vez mais com respeito e cada vez mais facilitar para que as coisas aconteçam, para que a gente tenha no campo uma bela forma de geração de empregos. E se a gente conseguir combinar produção, industrialização e comercialização, vamos poder gerar emprego para o pai, para a mãe, mas também para o filho e para a filha, sem precisar fazer com que eles se desloquem para a cidade.



Esse é um compromisso, companheiros, que eu gostaria de reiterar, porque como é a quarta vez que participo de um encontro da Fetraf Sul, a primeira vez como Presidente da República, eu quero dizer para vocês o seguinte: eu quero que trabalhem com a idéia de que, muitos de vocês foram amigos que nós construímos ao longo de 20 anos. Eu consigo distinguir quem era meu amigo quando eu perdi eleições, dos meus amigos quando eu ganhei as eleições. Eu tenho bem claro, hoje eu sou Presidente da República porque vocês me elegeram para fazer aquilo que não é um compromisso meu, é um compromisso nosso. E, possivelmente, a gente não consiga fazer tudo aquilo que a gente quer fazer, pois nem sempre a gente consegue fazer tudo que quer fazer na vida. A única coisa que eu não quero perder, e eu sei que daqui a dois anos e meio termina o meu mandato, é quando eu não for mais Presidente da República, ter o direito de encontrar com vocês, olhar de cabeça erguida e dizer: eu não sou mais o presidente, mas continuo com meus amigos de sempre, lutando para que este país possa melhorar.

Muito obrigado, gente. Bom Congresso para vocês. Que Deus abençoe vocês neste Encontro.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de posse do novo diretor-geral da Abin**

Brasília-DF, 13 de julho de 2004

Meu querido amigo e companheiro José Alencar, vice-presidente da República,

Meu querido companheiro, embaixador José Viegas, ministro da Defesa,

Meu caro e querido companheiro Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento,

Meu querido companheiro Luiz Soares Dulci, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República,

Meu querido amigo general Jorge Armando Félix, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República,

Meu querido companheiro Mauro Marcelo de Lima e Silva, diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência,

Deputados,

Funcionários e funcionárias da Abin,

Meus amigos e minhas amigas,

Como eu estou num órgão de inteligência e disse que não ia falar, certamente, a inteligência sabia que eu ia falar.

Dizem que um político não poder ver meia dúzia de pessoas que ele já pensa em fazer discurso. Mas eu vou tentar ser curto, aqui, e dizer algumas palavras para vocês.

Primeiro, dizer que uma instituição como a Abin, pode e deve ser muito mais eficiente a partir de agora do que já foi em qualquer outro momento. E uma parte dessa eficiência depende muito daquilo que o governo brasileiro quiser que aconteça. Para isso, é importante que o governo trate a Abin como



uma instituição definitivamente, necessária às decisões estratégicas do Estado brasileiro e, por isso mesmo, cabe ao governo criar as condições para que a Abin possa funcionar com muita perfeição e precisão.

O Estado brasileiro tem algumas instituições que não podem prescindir da sua capacidade de produzir resultados. A abin é uma delas, a Polícia Federal é outra, a Receita Federal é outra. Eu diria que são instituições que podem permitir que o Estado seja muito mais eficiente, que o Estado possa cumprir muito mais com as determinações que estão contidas na Constituição, de fazer do nosso país um país com mais justiça social, com mais crescimento econômico e com mais distribuição de riqueza para o nosso povo.

Pobre do governante que não tiver as informações adequadas para tomar as boas e importantes decisões que tem que tomar. E isso exige, da parte do governo, um alto grau de profissionalismo e exige, da parte de vocês, um alto grau de profissionalismo. Vocês não devem, no exercício da função, pertencer a nenhum partido político, a nenhuma crença religiosa e, por inteligência, quem sabe, no exercício da função, nem dizer qual é o time pelo qual torcem – de preferência que seja para o Corinthians, em São Paulo, e para o Vasco da Gama, no Rio de Janeiro. Eu sei que tem muita gente aqui com cara de flamenguista, mas no exercício da função é importante que, antes de tudo, prevaleça o alto grau de profissionalismo de vocês. Pobre do ser humano que, compondo uma instituição de Estado, como estas que eu citei, resolva fazer das informações que obtém, um degrau para subir às custas dessas informações.

O grande profissional tem que utilizar as informações que obtém a serviço do Estado brasileiro e não a serviço da sua promoção pessoal. No Brasil, muitas vezes, nós assistimos pela imprensa, personalidades políticas, personalidades intelectuais, empresariais, sindicais, mesmo no meio de vocês ou na Polícia Federal ou na Receita Federal, figuras que são difamadas pela imprensa por informações precipitadas, com o nome achincalhado pelos quatro



cantos do país. Depois, não se prova nada e ninguém pede desculpa pelo estrago que foi feito à imagem da pessoa, à imagem da família e à imagem do Estado brasileiro.

Muitas vezes o denunciamento não contribui com a democracia como alguns pensam. Uma denúncia só pode se tornar pública quando estiver embasada em fatos verdadeiros e totalmente comprovados, senão isso passa a ser difamação, e isso não contribui com o profissional, com a instituição, e muito menos dá ao Estado brasileiro mais sabedoria para tomar as suas decisões.

Quando foi criada a ABIN, em 1999, eu penso que esse foi um passo acertado, por causa de todo o preconceito que se tinha antes, com instituições de inteligência no Brasil, nem sempre trabalhando a serviço da democracia. Esse preconceito fez com que obstáculos fossem criados para que a ABIN fosse entendida pela sociedade como uma instituição altamente necessária ao fortalecimento e consolidação da democracia no nosso país.

Depois de cinco anos, vocês já têm consciência, não apenas do que fizeram, mas do potencial do trabalho que vocês podem produzir para o nosso país. Diferentemente do que aconteceu em outros momentos históricos do Brasil, quando o serviço de inteligência estava a serviço de um governo apenas, vocês estão a serviço, muito mais que de um governo, vocês estão a serviço do Estado brasileiro.

O mandato de um presidente é de apenas quatro anos, e o Estado brasileiro vai sobreviver a algumas centenas de presidentes da República, e a instituição precisa perpassar todos eles intocável, com a moral elevada e com a folha de serviços cada vez mais reconhecida pela sociedade brasileira.

Muito do que acontecer, depende de vocês, das mulheres e dos homens que trabalham na ABIN. Cada um de vocês sabe que, ao pertencer a uma instituição como a ABIN, isso exige de vocês um grau de profissionalismo que possivelmente não seria exigido em qualquer outra repartição pública. Mas



nesta, é necessário ser competente, ser profissional, ser dedicado, ser apartidário, não ser ideológico no exercício da sua função, independentemente de cada um ter a sua coloração ideológica, partidária, religiosa ou futebolística. Ninguém vai pedir atestado de idoneidade nesse campo, mas no exercício da função, a única coisa que conta é o alto grau de profissionalismo.

A você, meu querido companheiro Mauro, que assume esta tarefa, eu quero dizer o que eu disse quando indiquei o Procurador-Geral da República, quando indiquei o nosso companheiro Claudio Fonteles. Eu disse que ele não estava sendo escolhido pela relação de amizade que tinha comigo, ele estava sendo escolhido pelos serviços prestados no exercício da sua função à coletividade.

E eu penso que quando se assume, Mauro, um cargo de chefia numa instituição poderosa como a Abin, é importante que tenhamos claro que o papel do chefe é ser mais humilde, o papel do chefe é ter mais capacidade de ouvir do que falar, o papel do chefe é o de tentar estabelecer harmonia entre os seus subordinados, sem que esse comportamento deixe de lado a autoridade do exercício do cargo.

Eu aprendi muito cedo, na minha vida, numa briga que eu tive na Villares, em 1970, que muitas vezes o chefe não é o melhor na sua função. A Villares tinha um grande torneiro vertical, que era o “Pelé do Torno”. E quando mandaram um chefe embora, eu fui brigar com a empresa para que ele fosse o chefe. E aí me alertaram, uma lição que eu carrego para o resto da vida, que o Altair era uma figura extraordinariamente competente, mas ele não tinha aptidão para ser chefe, ele não sabia dar ordem, ele não sabia exigir o cumprimento das tarefas pelos seus subordinados. E, portanto, ele não tinha como ser escolhido para ser chefe.

E isso nos traz uma lição ainda maior. Quanto maior a nossa responsabilidade, devemos ter mais humildade; quanto maior a nossa responsabilidade, mais nós temos que despertar a confiabilidade daqueles que



estão próximos de nós, porque se o chefe não tiver a capacidade de coordenação, a confiabilidade dos seus pares, ele pode até ter o cargo de chefe, mas não será chefe de direito, ou melhor, de fato.

Eu acho que você, Mauro, por esses longos anos de convivência, tem toda a possibilidade de se tornar um grande companheiro dos companheiros da Abin, um grande companheiro das companheiras da Abin. E ser chefe, ser diretor, não porque o Presidente da República o indicou, você vai ter que conquistar esse espaço na sua convivência diária com aquele que limpa o chão onde os mais importantes pisam; com aquele que tem cargos subalternos à tua função. Essa tua relação, essa construção diária da convivência democrática entre vocês, é o que pode consolidar a Abin como uma instituição definitivamente respeitada, sem a desconfiança que, muitas vezes, gera no seio da sociedade brasileira.

Eu só posso desejar a você, Mauro, toda a sorte do mundo. Quero que saiba que você tem no general Félix um companheiro que eu aprendi a admirar. Eu passei parte da minha vida respondendo como é que eu ia conviver com os militares. Toda vez que eu estava perto de ganhar uma eleição alguém dizia: eles não vão deixar. E eu posso dizer hoje, aqui, que nesses 18 meses de governo, eu aprendi a conviver, não apenas com o general Félix, mas com os comandantes e outras personalidades das Forças Armadas. E hoje, estou consciente do profissionalismo, da dedicação e do patriotismo que vocês têm, tudo isso sintetizado na figura do general Félix. Eu acho que não tem pessoa que conviva com o general Félix que não tenha nele um companheiro, uma espécie de paizão, sempre disposto a dar um bom conselho e orientação àqueles que precisam.

Você tem a confiança do General Félix, certamente você tem a confiança do José Alencar, você tem a minha confiança. Agora, meu caro, a tua tarefa é conquistar a confiança da ABIN e a confiança do povo brasileiro.

Boa sorte e meus parabéns para você Mauro.



/rss/cms.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em
almoço comemorativo aos 230 anos da cidade de Campinas**

Campinas-SP, 14 de julho de 2004

Tem muito prefeito, aqui.

Quero cumprimentar o nosso querido companheiro João Paulo Cunha,
presidente da Câmara dos Deputados,

Quero cumprimentar nossa companheira Izalene, prefeita de Campinas,

O nosso querido Ricardo Berzoini, ministro do Trabalho,

O nosso querido Olívio Dutra, ministro das Cidades,

A nossa querida companheira Marina, ministra do Meio Ambiente,

O nosso querido companheiro Carlos Wilson, presidente da Infraero,

O nosso querido companheiro deputado Luciano Zica,

Meu caro amigo ex-governador, ex-prefeito, ex-senador, Orestes
Quércia, de São Paulo,

Meu caro Gilberto, prefeito de Ribeirão Preto,

Meu caro João Avamileno, prefeito de Santo André,

Meu caro Vitório Antoniazzi, prefeito de Valinhos,

Meu caro Pivato, prefeito de Cosmópolis,

Meu caro Fernando Ferreira, prefeito de Batatais,

Meu caro Antônio Mário Ielo, prefeito de Botucatu,

Meu caro Adilson Campos, prefeito de Fernandópolis,

Meu caro Paulinho Bururu, prefeito de Jandira,

Meu caro Félix, prefeito de Catanduva,

Meu querido César Pagan, prefeito de Amparo,

Meu Jacó Bittar, ex-prefeito de Campinas,

Meu caro Chico Amaral, ex-prefeito de Campinas,

Meu caro Cidão, ex-presidente dos metalúrgicos de Campinas,



Meus companheiros,
Minhas companheiras,
Empresários,
Deputados estaduais, aqui presentes,
Deputados federais,
Meus amigos e minhas amigas,

Não poderia ir embora desse almoço sem dizer algumas palavras a todos vocês que vieram, aqui, na cidade de Campinas, comemorar os 230 anos dessa nossa querida cidade, símbolo de cidade bem-sucedida do nosso país.

Vimos aqui para inaugurar uma estação de tratamento de esgoto e para fazer uma vistoria, junto com o nosso Presidente da Infraero, nas coisas que estão acontecendo no Aeroporto de Viracopos que, já nos meses de maio e junho deste ano, foi transformado no aeroporto que mais exportou no nosso país. E nós queremos que, com a reforma do Aeroporto de Viracopos, não apenas a gente aumente a capacidade de importação e de exportação, mas também queremos, e muito, o trânsito de passageiros pela região de Campinas.

É importante que os mais jovens se lembrem que antes de Cumbica ser pensada, quando a rodovia Bandeirantes estava sendo construída, essa faixa grande que vocês vêem, no meio da Bandeirantes, era um sonho antigo da construção de um trem bala que ligasse o Aeroporto de Viracopos à cidade de São Paulo porque não se previa, até então, a construção do Aeroporto de Cumbica. Agora, nós temos Cumbica, que já se transformou na maior realidade brasileira, e precisamos fazer com que o Aeroporto de Viracopos volte a ser um aeroporto importante não apenas para cargas, mas também um aeroporto para passageiros. E aí vamos ter que tratar isso com carinho, porque as pessoas não precisam ficar rodando uma hora em cima de Congonhas para descer, no horário de pico dos aviões.



Vimos aqui inaugurar uma estação de tratamento, que é uma coisa inusitada no nosso país. Acho que é importante os empresários, os trabalhadores e a imprensa saberem que, no Brasil, não se gostava muito de investir em saneamento básico. Eu não sei porque, mas muitos governantes não gostavam de fazer obras de saneamento básico. Eu, de vez em quando, achava que isso era coisa que a gente falava em campanha, mas que, no fundo, no fundo, todo mundo gostaria de fazer. E eu constatei, com um ano e oito meses na Presidência da República, que o que nós estamos investindo em saneamento básico, nestes 18 meses, é 14 vezes mais do que foi investido de 1999 a 2002, e três vezes mais de tudo que foi investido de 1995 a 2003. Esses números, por si só, mostram que no Brasil não se gostava de investir em saneamento básico. As razões, acho que muitos sabem, é que nem toda obra de saneamento básico é visível, e tem gente que gosta de fazer só obras visíveis; as que são invisíveis, mas que melhorem a qualidade de vida da pessoas, muitas vezes, não são levadas a sério.

Nós achamos que investir em saneamento básico é investir na saúde. Segundo a Organização Mundial da Saúde, para cada um real que nós investimos em saneamento, nós economizamos quatro na saúde. Isso demonstra que fica muito mais barato investir na prevenção do que investir depois que as pessoas ficam doentes. Então, isso me trouxe a Campinas. E me trouxe a Campinas, também, os 230 anos de aniversário desta cidade, que continua sendo um símbolo de prosperidade, que continua sendo um símbolo de gente qualificada, de gente bem formada, que continua sendo um símbolo de uma cidade com uma estrutura universitária invejável para o nosso país e, por conta disso, atrai empresas de ponta para fazer aqui os seus investimentos. Mas esta cidade, como toda e qualquer cidade brasileira, também tem os seus problemas advindos da situação sócio-econômica do país e do próprio crescimento da região de Campinas e das cidades vizinhas.



Eu quero aproveitar, Izalene, nestes 230 anos de aniversário de Campinas, para dizer para você que nesses 18 meses de governo eu me sinto, talvez, o brasileiro mais otimista da face da Terra, mas eu duvido que tenha alguém que esteja mais otimista do que eu com relação ao futuro do nosso país. Quem é empresário, aqui, sabe que a indústria brasileira cresceu no mês de maio deste ano mais do que em 2002, o ano inteiro.

Todo mundo sabe que a perspectiva de crescimento da indústria brasileira é muito grande e que a perspectiva do crescimento do PIB é razoável, e nós não queremos ficar otimistas, porque não queremos que o crescimento seja apenas uma bolha, como já aconteceu em outros momentos da história do Brasil, em que se cresceu 4% num ano e, depois, não se cresceu nada no outro ano. É importante lembrar que nós estamos praticamente há 20 anos sem que a nossa economia cresça, há 20 anos que neste país se determinou que o Brasil não precisava de política industrial.

E nós estamos, hoje, determinando a existência de uma política industrial e por isso mandamos um projeto para o Congresso Nacional. E, ao mesmo tempo, estamos trabalhando para que o crescimento não seja uma bolha, para que o crescimento aconteça em 2004, 2005, 2007 e que a gente tenha um ciclo de 10, 15 ou 20 anos de crescimento para que possamos gerar e recuperar a dívida social, sobretudo, a dívida com a renda dos trabalhadores e a dívida com os empregos, que nós precisamos pagar neste país.

O ministro Ricardo Berzoini me dizia que, do dia 1º de janeiro deste ano ao dia 1º de junho deste ano, nós tivemos 839 mil empregos com carteira profissional assinada. É pouco, diante do número de empregos que nós precisamos criar, mas é o maior número de empregos formais criados desde 1992.

Uma coisa muito importante que o povo brasileiro tem que atentar é que há muitos e muitos anos não se investia em obra de infra-estrutura em nosso país. Todo mundo aqui sabe que se sairmos do estado de São Paulo e



andarmos pelo Brasil afora, veremos que São Paulo continua sendo um estado privilegiado, quando se trata de infra-estrutura. Mas todo mundo sabe que o governo federal, ao longo dos anos, deixou a desejar. Vocês podem, ao voltar para casa, fazer um teste de lembrança para saber quando foi feita no Brasil a última grande obra de infra-estrutura. E, quando vocês se lembrarem, telefonem para mim e me contem, porque nós paramos de investir em infra-estrutura.

E hoje, governador Quércia, nós estamos com um gargalo para ser resolvido em todos os portos brasileiros. Nós estamos com um problema em quase todas as ferrovias brasileiras, além do grande problema que nós temos em quase todas as estradas federais do nosso país. Por isso é que, este ano, nós estamos recuperando 7 mil e 800 quilômetros de estradas; até março estaremos restaurando e fazendo com que elas se transformem em estradas novas. Por isso é que colocamos como prioridade a recuperação dos nossos portos, fazendo todo o serviço de dragagem que tem que ser feito. É por isso que priorizamos recuperar nossas rodovias, construir a famosa ferrovia que o presidente Sarney começou a construir em 1996, ferrovia Norte-Sul, e que de lá para cá ficou, praticamente, parada. Se nós quisermos escoar toda a produção do Centro-Oeste brasileiro, que cresce de forma extraordinária, nós temos que acabar essa Ferrovia; assim como temos que acabar a ferrovia Transnordestina; como temos que fazer a BR-101 Nordeste, duplicando do Rio Grande do Norte até Salvador; como temos que fazer o Programa de Biodiesel, para produzir o biodiesel da mamona e, quem sabe, desenvolver as regiões mais empobrecidas do país, como o Semi-Árido e o Vale do Jequitinhonha, além das regiões do Norte do país, com a palma e o óleo de dendê.

Essas obras, meu caro, além da transposição das águas do rio São Francisco, que não estamos chamando de transposição, mas de revitalização do rio São Francisco, levando o primeiro trecho, Leste-Oeste, e atingindo os estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, é uma



necessidade para que a gente possa dar ao Nordeste brasileiro a chance de se desenvolver e lá gerar a riqueza necessária para que as pessoas possam trabalhar.

É por isso que estou otimista. Estou otimista porque, quando nós tomamos posse – Mário Garnero pode testemunhar, das suas relações com os empresários – muita gente falava: “ah, não vai dar certo, esse pessoal vai afundar o Brasil.” Não só não afundamos o Brasil, como depois de longos e longos anos nós temos, seguidamente, uma balança comercial extremamente favorável, tornando a situação do Brasil muito mais cômoda na sua relação internacional. Não só não quebramos, como ganhamos, conquistamos credibilidade internacional, com uma política externa ousada, mostrando que o Brasil não tem que pedir licença a ninguém para fazer negócios em qualquer parte do mundo.

E, ao mesmo tempo, estou otimista porque todos os indicadores demonstram que nós teremos um ano de 2004 mais ou menos sólido e já estamos começando a preparar o ano de 2005. Este ano tem eleição e quando tem eleição no Brasil tudo fica mais complicado, as coisas acontecem com maior velocidade, há aqueles que criticam, há aqueles que defendem, e o papel do Presidente da República não é passar como se não existisse eleição, é saber que tem uma disputa ideológica neste país, é saber, claramente, que ainda tem muita gente no país que não se conforma pelo fato de ter perdido o poder, conquistado desde que Cabral chegou ao Brasil; ainda tem gente que não se conforma de um metalúrgico ter virado Presidente da República no Brasil.

E eu acho que cheguei à Presidência, Izalene, num momento melhor da minha vida. Aos 58 anos de idade, nós estamos mais amadurecidos. Você sabe porque que um jogador não joga mais bola aos 58 anos? Porque ele está tão maduro que ele tem consciência de que não pode jogar bola. E quando se atinge essa idéia, você está consciente de que você não tem que ter pressa



para fazer as coisas, que você não tem que ter sentimento de vingança contra ninguém.

Eu sou um cidadão, possivelmente o primeiro presidente da história do Brasil, que não tem o direito de reclamar contra nenhuma manifestação contra mim. Não tenho. Eu sei que, com muitas dessas manifestações – que muitas vezes um político não gosta, porque todos nós somos preparados para os aplausos, quando não tem aplausos, muitas vezes, nós não gostamos – eu não me incomodo, porque eu acho que grande parte desses movimentos as pessoas aprenderam conosco. Nós é que ensinamos as pessoas a fazerem isso. Portanto, nós não temos que reclamar, nós temos que ter consciência que esse é um processo democrático. O Brasil tem uma democracia incipiente e nós precisamos conviver com os contrários, nós temos que conviver democraticamente na diversidade, tendo consciência de que este é um país que precisa ter auto-estima. Uma das coisas que um país não pode perder é a auto-estima pela nossa competência, pela nossa capacidade, por aquilo que nós somos.

Tem um tipo de gente neste país que aceita de graça a idéia de ter uma mentalidade colonizada, ou seja, de que nós só podemos fazer aquilo que os outros querem que a gente faça. E eu aprendi na vida, muito cedo, que nenhum interlocutor respeita um outro interlocutor subalterno, nenhum interlocutor respeita um outro interlocutor que não se respeita. É por isso que eu digo sempre: respeito é bom, eu gosto de dar e gosto de receber. Foi assim que nós resolvemos ter uma política externa ousada para o mundo; foi assim que nós reconquistamos o Mercosul, unificamos a América do Sul; foi assim que nós fomos abrir espaços no Oriente Médio; foi assim que nós fomos à China, à Índia, à África do Sul, a Angola, a Moçambique; foi assim que nós visitamos todos os países da América do Sul e foi assim que nós fomos aos Estados Unidos conversar com o presidente Bush. Quando se discutia a Guerra do Iraque, eu dizia ao presidente Bush: presidente Bush, a minha



guerra é outra, a sua é contra o Iraque, a minha é contra a fome e eu vou fazê-la da melhor forma possível.

Portanto, se Campinas vive um momento privilegiado porque está comemorando 230 anos e porque os sinais de crescimento da cidade também são auspiciosos, eu não poderia deixar de vir a esta cidade, neste dia, dizer para você, Izalene, uma coisa que eu já disse, mas nem todo mundo que estava lá está aqui. Possivelmente você tenha sido uma das prefeitas do PT – aliás, e você, João Avamileno, que está aqui – que assumiram a prefeitura num momento muito difícil. É muito difícil substituir um companheiro nosso que foi assassinado no começo do seu mandato. Nós perdemos dois quadros extraordinários, o Celso Daniel e o Toninho. E eu sei que você assumiu a cidade numa situação de dor, de muitas complicações e incompreensões políticas, dentre outras coisas porque você é mulher. E, lamentavelmente, no Brasil, ainda prevalece um preconceito, porque dentro de cada um dos homens ainda persiste um nódulo de machismo muito grande e a gente não percebe que as mulheres, devagarinho, estão assumindo o poder neste país e no mundo; cada vez mais ocupando espaço dentro das empresas, nas administrações públicas, na Câmara dos Deputados. Ou seja, se elas são a maioria da sociedade e se o sinônimo de democracia é que quem tem a maioria tem que ocupar os cargos, certamente, vocês estão mais próximas de chegar ao poder do que vocês imaginam.

Mas você conseguiu vencer e, dentro das dificuldades que vivem as prefeituras no nosso país, que vivem os estados brasileiros, você conseguiu sobreviver. E eu não tenho dúvidas que você deixará para o seu sucessor uma prefeitura muito mais equilibrada, com muito mais possibilidades de investimentos do que você recebeu.

Eu quero desejar a todos vocês que são de Campinas, que são dessa região, aos prefeitos de outras cidades, que vocês possam comemorar, porque vai ter festa no dia de hoje na cidade de Campinas, e que vocês possam



comemorar este dia. E além dos meus parabéns, eu quero agradecer a todos vocês que aceitaram o convite da nossa Prefeita para vir a este almoço, onde o Presidente da República estava de passagem e não podia ir embora sem comer esta comida deliciosa.

Muito obrigado, sobretudo os ex-prefeitos, o Quércia, o Jacó, o Chico Amaral, os prefeitos que vieram de outras cidades. Muito obrigado pela presença de vocês.

Vamos à luta, que temos muito o que fazer pelo nosso país.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de inauguração da Estação de Tratamento de Esgoto**

Campinas-SP, 14 de julho de 2004

Meu querido companheiro João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados,

Meu querido companheiro Ricardo Berzoini, ministro do Trabalho e do Emprego,

Minha querida companheira Marina Silva, ministra de Estado de Meio Ambiente,

Meu querido companheiro Olívio Dutra, ministro de Estado das Cidades,

Minha querida companheira Izalene, prefeita da cidade de Campinas,

Meu Carlos Francisco Signorelli, presidente da Câmara Municipal de Campinas,

Meu Ricardo Schumann, presidente da Sanasa,

Meu caro deputado Durval Olato,

Meu caro deputado Vanderval Santos,

Meu querido senhor Antonio Dirceu, prefeito de Sumaré,

Meu caro Machado, prefeito de Piracicaba,

Meu caro Vitório Antoniazzi, prefeito de Valinhos,

Meus companheiros deputados estaduais, Renato Simões, Sebastião Arcanjo e Tiãozinho,

Meu companheiro Carlos Wilson, presidente da Infraero que, junto conosco fez, agora, uma visita ao aeroporto de Viracopos que, certamente, já é e se transformará num grande aeroporto de carga e de passageiros do nosso país.

Meus companheiros, minhas companheiras de Campinas,

Trabalhadores, trabalhadoras do nosso querido país,



Eu queria nesse momento em que Campinas completa 230 anos de vida, prestar uma homenagem à companheira Izalene. Não só por ser a prefeita de Campinas, mas porque a companheira assumiu a Prefeitura de Campinas num momento de muita dor, num momento de muito sofrimento, num momento de muita apreensão de toda a população de Campinas.

E não era fácil assumir a Prefeitura naquele instante em que o Toninho tinha sido vítima de um crime bárbaro. Não era fácil, não só pela situação política, mas pelo fato de ser uma mulher a assumir a governança de uma cidade, num país ainda muito machista e muito preconceituoso contra a mulher brasileira.

E a Izalene assumiu a Prefeitura, possivelmente, com muitas incompreensões, possivelmente, vítima de muita injustiça. E eu tenho, depois de 20 anos de experiência administrativa do meu partido, consciência do quanto, às vezes, é difícil você governar quando há incompreensões dentro, às vezes, da própria casa da gente.

Mas eu queria Izalene, dizer para você que valeu a pena. Valeu a pena todo o sacrifício, valeu a pena todo o sofrimento. E eu não tenho dúvida nenhuma que você entregará a Prefeitura para o seu sucessor em condições melhores do que o Toninho encontrou, em janeiro, quando ele tomou posse. E, certamente, o teu sucessor irá dar continuidade àquilo que você está fazendo nesta cidade.

Quero agradecer também ao povo desta cidade. Aliás, Campinas é uma cidade – e quando a gente fala lembra de Carlos Gomes, mas é importante lembrar – que tem uma indústria de ponta, uma classe trabalhadora altamente qualificada. É uma cidade que tem um alto nível e uma grande base intelectual, é uma cidade que pode ser considerada uma grande referência para o nosso país. E eu acho que isso tem muito a ver com tudo aquilo que ao longo desses anos o movimento social e as igrejas fizeram para esta cidade.



É uma pena que, por questões políticas, o nosso companheiro Zica não possa estar presente aqui no nosso palanque, mas de qualquer forma, eu não posso deixar de reconhecer o trabalho que os deputados federais e, sobretudo, o companheiro Zica tem feito pela cidade de Campinas.

Acho que nós estamos vivendo um momento novo na história do Brasil, e eu queria dizer para vocês uma coisa: é só olhar neste palanque que vocês vão perceber que alguma coisa mudou nesta terra chamada Brasil.

Eu estava conversando com a Izalene. Nessa tribuna, o presidente da Câmara dos Deputados é metalúrgico, foi sindicalista, o ministro das Cidades foi presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. O ministro do Trabalho foi presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, a Izalene foi dirigente sindical dos Assentos Sociais, a Maria foi dirigente sindical, e eu fui dirigente sindical.

Vocês percebem que as coisas mudaram e vão mudar muito mais, e quando eu sou obrigado a dizer para as pessoas que é preciso ter paciência e persistência, é porque as coisas que não foram feitas ao longo de décadas, não podem ser feitas ao longo de dias. É preciso construir.

Nós estamos inaugurando uma estação de tratamento de saneamento básico e eu quero lembrar, para a nossa gloriosa imprensa registrar, que o que nós estamos investindo em saneamento básico em 18 meses, é 14 vezes mais do que tudo que foi investido de 1999 a 2002 e nós investimos em saneamento básico sabendo que indiretamente nós estamos investindo em saúde, porque para cada real que a gente investir em saneamento básico, a gente vai economizar quatro reais de investimento na área da saúde.

E por que isso? Porque durante muito tempo, e já há muito tempo, nós aprendemos que a melhor forma de você cuidar da saúde é fazer o tratamento preventivo, evitar que as pessoas fiquem doentes, porque fica mais barato evitar que elas fiquem doentes do que tratá-las depois que fiquem doentes e têm que ser internadas no hospital ou têm que tomar remédio.



É por isso que nós colocamos este ano para saneamento básico, mais que no ano passado, 4 bilhões e 600 milhões de reais. Não é pouca coisa, é mais do que tudo que foi investido de 1995 a 2002. Ou seja, estamos investindo em menos de 2 anos, mais do que foi investido em 7 anos no governo anterior. E começa a aparecer o resultado agora, a inauguração dessa estação de tratamento é por conta da liberação de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, feita no dia 11 de dezembro do ano passado.

Ou seja, nós estamos esperando 6 meses para vir inaugurar o resultado do primeiro acordo feito entre prefeitura, Ministério das Cidades, governo federal e Caixa Econômica Federal, e esse outro dinheiro vai gerar muitos empregos. Talvez não gere todos os empregos que nós precisamos, mas nós não temos como assumir a responsabilidade de, em apenas alguns meses, resolver os problemas que os outros nos deixaram ao longo de décadas e décadas, mandando e governando este país.

Vocês, que acompanham a imprensa brasileira, devem ter lido esses dias que o país está numa rota de crescimento. Nós não nos contentamos com o simples crescimento, porque nós não queremos crescer um ano e decrescer no ano seguinte. Nós queremos um crescimento sustentável, que a gente cresça este ano, que a gente cresça no próximo ano, que cresça no outro ano e que nós tenhamos, no Brasil, um ciclo de crescimento que possa dinamizar a economia, a ponto de gerar os empregos e a distribuição de renda, que é a razão pela qual nós criamos um partido político, é a razão pela qual nós disputamos as eleições, e é a razão pela qual nós governamos este nosso país. É um crescimento sustentável e duradouro.

Está aqui o Ministro do Trabalho, e ele, certamente, na segunda-feira, terá notícias melhores para nós. Mas eu vou dar uma a vocês, do dia 1º de janeiro ao dia 1º de junho deste ano, foram criados 830 mil novos empregos com carteira profissional assinada. É pouco. Lógico que é pouco. Oitocentos e trinta mil, num país que precisa criar milhões de empregos. Mas esse número



que eu disse, 830 mil novos empregos, de 1º de janeiro a 1º de junho, é o maior número de empregos criados neste país desde 1992. Portanto, nos últimos 12 anos, é o maior crescimento de emprego formal com carteira profissional assinada. E, se Deus quiser, segunda-feira os números haverão de melhorar. E, se Deus quiser, no próximo mês vão melhorar. E nós vamos chegar no fim do ano com uma surpresa agradável, vendo a economia crescer, o emprego crescendo e a massa salarial se recuperando. Isso é bom para mim, isso é bom para vocês.

Mas tem gente que não gosta. Tem gente que odeia que essas coisas estejam acontecendo, porque tem gente que torcia para que, na hora em que nós ganhássemos as eleições, o Brasil acabasse. E o Brasil nunca foi tão respeitado como é respeitado hoje. O Brasil nunca teve a auto-estima que está tendo hoje. E eu dizia e repito, eu quero provar que um metalúrgico é capaz de fazer por este país muito mais do que a elite fez durante os 500 anos em que ela governou este país. Quero provar, porque quando eu deixar o governo, eu quero andar de cabeça erguida em cada rua deste país, em cada lugar, com a cabeça erguida e com a consciência do dever cumprido.

Aqui falou o companheiro João Paulo. A imprensa poderia pesquisar e saber se em algum momento da história do Congresso Nacional, o Congresso trabalhou o tanto que trabalhou esses 18 meses e votou as coisas importantes que teve que votar, porque nós depositamos na Câmara dos Deputados e depositamos no Senado, a esperança. E até agora eles colaboraram de forma extraordinária para que o Brasil não tenha ausência de lei, não se ressinta da falta de lei que possa facilitar a governabilidade do nosso país.

E é por isso que eu estou otimista. Otimista muito mais hoje do que eu estava ontem e, podem ficar certos meus companheiros, estarei muito mais otimista amanhã do que estou hoje. E o dia em que encerrar o meu mandato eu poderei sorrir diante de vocês e falar: cumpri com o meu dever, se não fiz tudo o que eu queria, eu fiz tudo o que podia ser feito pelas nossas crianças,



pelo nosso trabalhador e pelo nosso povo.

Muito obrigado. Meus parabéns à cidade de Campinas e meus parabéns ao povo desta extraordinária cidade.

Meus parabéns Izalene.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à
fábrica de produtos da Samsung**

Campinas-SP, 14 de julho de 2004

Eu penso que eu não poderia ir embora sem agradecer ao senhor Park que, gentilmente, veio da Coreia para nos receber aqui,

O nosso amigo Benjamim que nos tratou muito bem,

O presente que eu ganhei para poder namorar com a dona Marisa, quando eu estiver viajando,

E poder falar um pouco com vocês.

Vocês são muito jovens, muitos de vocês, meninos e meninas, estão tendo praticamente a iniciação profissional, 60% ou 70% estão com o seu primeiro emprego. É exatamente com gente da idade de vocês que o nosso governo tem uma preocupação muito grande, de como criar condições para que a juventude possa ter empregos em nosso país.

E por quê essa preocupação? Porque durante os últimos 20 anos, possivelmente alguns ainda não tivessem nem nascido, a economia brasileira entrou num processo de recessão, a economia brasileira parou de crescer. E se a economia pára de crescer e a população continua crescendo, começa a acontecer um desnível entre as pessoas que nascem e atingem a idade de trabalhar e a oferta de empregos que o país pode oferecer para vocês.

E, na verdade, nesses 20 anos, nós ficamos com uma dívida com a geração de empregos no Brasil. Nós estamos no governo há apenas 18 meses e estamos trabalhando para que a gente possa fazer a economia brasileira voltar a crescer. E, ela crescendo, que possa gerar a possibilidade de empregos que tanto o nosso povo precisa e possa gerar a possibilidade de fazermos justiça social, distribuindo renda no nosso país. Não é uma tarefa fácil, é uma tarefa difícil. Mas, durante 20 anos, também se disse no Brasil que



não precisaria ter uma política industrial e nós resolvemos, nos últimos dois meses, aprovar, mandar para o Congresso Nacional, um projeto de lei definindo uma política industrial para o Brasil, onde a indústria de alta tecnologia será a ponta desse modelo de desenvolvimento industrial. E com isso, nós esperamos que a economia brasileira cresça de forma sustentável, durante vários anos seguidos, para que possamos recuperar a dívida de geração de empregos que o Brasil tem para com a sua juventude. Se nós não fizermos isso e a juventude brasileira não tiver esperança de que vai ter um emprego num futuro muito próximo, nós estaremos correndo o risco de perder essa juventude para o crime organizado, para o narcotráfico, um mundo para onde não nos interessa que a nossa juventude caminhe. Por isso é que estou feliz, aqui, de ver tantas meninas e tantos meninos trabalhando nesta empresa.

E mais feliz ainda, porque todos vocês, praticamente, estão na segunda ou na primeira experiência do emprego. E eu acho que é este o sonho de todos os pais, eu tenho certeza que os pais de vocês ficaram extremamente felizes quando vocês arrumaram um emprego. E eu acho que vocês ficaram mais felizes ainda, porque agora vocês chegam em casa e falam para os pais: eu agora sou dono do meu nariz, eu trabalho, eu ganho o meu salário, eu posso comprar as minhas coisas e ainda ajudar no orçamento familiar para que o pai e a mãe vivam mais tranqüilos.

Mas eu queria terminar fazendo um apelo a vocês. A construção de um país é como a construção de uma vida, a gente nasce cheio de sonhos, cheio de desejos e a cada dia que passa, a gente vai descobrindo como é difícil construir o sonho. Como é difícil conseguir realizar tudo aquilo que a gente busca alcançar.

O que a gente não pode, por mais difícil que seja, é desistir. Um ser humano não pode desistir nunca, ele nunca pode desistir de tentar alcançar os seus objetivos. Vocês são todos muito jovens, eu sei que todos já terminaram o 2º grau, e eu queria fazer um apelo: que vocês não parassem de estudar.



O mundo do futuro não vai comportar quem não esteja preparado para o mercado de trabalho. O mundo vai exigir que nós sejamos cada vez mais qualificados profissionalmente. O mundo vai exigir que nós, cada vez mais, tenhamos conhecimento e eu sei da dificuldade de pagar uma universidade particular, eu sei da dificuldade, às vezes, de passar num vestibular com poucas vagas e com tanta gente querendo fazer universidade.

Nós estamos tratando de fazer uma combinação, criando um programa chamado “Universidade para Todos”, que já está na Câmara dos Deputados para ser votado, para ver se a gente consegue incluir pelo menos 100 mil jovens a mais nas universidades particulares sem pagar nada, por conta de uma isenção que nós vamos fazer. Estamos pensando em começar a rediscutir como melhorar o crédito educativo, mas eu queria dizer que vocês despertam em mim a sensação de que este país nasceu para ser grande e que a gente não pode permitir que a mediocridade e a insensatez atrapalhem o Brasil chegar onde precisa chegar.

O Brasil precisa se tornar um grande exportador de produtos com valor agregado, o Brasil não pode ser um exportador de produtos in-natura, de minérios, de soja ou de milho. É importante exportar isso, mas vocês sabem que uma pecinha dessas que vocês põem da forma mais delicada possível, quando ela é exportada vale por 1 tonelada de soja.

Então, o Brasil precisa se transformar num grande exportador de conhecimento, num grande exportador de alta tecnologia. Nós temos gente, nós temos inteligência, nós temos um país que oferece todas as condições e eu espero poder continuar dando a contribuição do governo para que o Brasil avance cada vez mais e para que vocês, jovens do nosso país, possam trabalhar e, do trabalho, construir a vida digna que todos sonharam em construir.

Muito obrigado e meus parabéns para todos vocês.



Presidência da República
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Discurso do Presidente da República



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de lançamento da campanha “O melhor do Brasil é o brasileiro”**

São Paulo-SP, 19 de julho de 2004

Meu querido companheiro Luiz Gushiken, ministro da Secretaria de
Comunicação do governo,

Meu caro Furlan,

Meu caro Ciro Gomes,

Meu caro Agnelo Queiroz,

Juca Ferreira, ministro interino da Cultura,

Meus companheiros dirigentes da ABA,

Minha companheira Marta Suplicy,

Minha companheira Marisa,

Deputado Jamil Murad,

Eu penso que depois que ouvimos o Orlando Lopes Batista, era preciso
fazer uma reflexão mais profunda sobre uma campanha desse porte.

Eu estava em Genebra no começo deste ano, com o ministro Furlan e
outros ministros do meu governo, numa reunião com empresários de 24
países, e no almoço foi fazer uso da palavra o presidente da Mercedes Benz
para a América Latina. E eu fiquei surpreso, porque ele fez um discurso
qualificando o trabalhador brasileiro como poucas vezes eu tinha ouvido e
assistido alguém falar. Nem no meu próprio meio sindical, onde vivi durante
muitos anos, eu vi alguém qualificar tão bem os trabalhadores brasileiros como
o diretor da Mercedes Benz, a ponto dele anunciar pesquisas feitas entre todos
os funcionários da Mercedes Benz, em todas as empresas que eles têm no
mundo. E os trabalhadores de maior criatividade e de maior capacidade
produtiva são os trabalhadores brasileiros.



E isso, meu caro Maciel, foi pouco diante do que nós ouvimos da vice-presidente mundial da Ford, num encontro recente que fizemos em Nova Iorque. Ela falou em nome dos empresários americanos, e mais uma vez, enalteceu a figura e a criatividade dos trabalhadores brasileiros contando, sobretudo, a experiência da nova fábrica da Ford na Bahia. As surpresas que eles tiveram na formação da mão-de-obra qualificada e na criatividade dos trabalhadores brasileiros, sobretudo, por serem todos muito jovens.

Esses dois eventos de que eu participei este ano, me chamaram a atenção. Por que tanta gente de fora acredita tanto no povo brasileiro e nós, às vezes, não acreditamos? Porque que nós mesmos, muitas vezes, preferimos o slogan *made* em qualquer outro país, do que uma coisa produzida por nós, pela nossa criatividade, pela nossa inteligência, pela nossa cultura. Eu penso que isso vem de muito longe, vocês que são homens de publicidade, de comunicação, haverão de ter respostas que eu não tenho. Mas eu acho que isso vem ainda do tempo do Brasil Colônia.

Eu acho que ainda tem gente que não descobriu que nós somos independentes, não porque D. Pedro gritou “Independência ou Morte”, mas porque nós aprendemos a ser uma nação. Nós aprendemos a estabelecer uma cultura própria, nós aprendemos a ter auto-estima. Lamentavelmente ainda tem muita gente que trabalha com o discurso de não acreditar na auto-estima.

Eu me lembro que nos anos 70, numa grande assembléia no estádio da Vila Euclides, eu disse uma frase que até hoje é repetida pelos metalúrgicos mais antigos, e olha que já faz muito tempo que eu deixei de ser dirigente sindical, mas eu me lembro de uma assembléia muito tensa em que o Exército sobrevoava o estádio da Vila Euclides com helicópteros, ameaçando os trabalhadores.

Eu me lembro de uma frase que eu falei: “que ninguém nunca mais ouse duvidar da capacidade de luta dos trabalhadores brasileiros.” E essa frase, até hoje, quando eu encontro um metalúrgico daquela época, eles lembram dela.



Porque na verdade, ela foi utilizada para mexer com a auto-estima dos metalúrgicos, que estavam fazendo uma assembléia pacífica e de forma acintosa, sendo provocados pelo exército brasileiro que, na época, era representado por um general muito duro que tinha aqui em São Paulo e que não gostava de greve.

Mas eu me lembro que tinha essa campanha, ela mexe com o que nós temos de mais sagrado dentro de nós, ou seja, não é possível um ser humano chegar a lugar nenhum se ele não gostar de si mesmo e se não acreditar em si mesmo.

Se você não acredita em você, se você não tem esperança, você já levanta de manhã mal humorado, você já cumprimenta as pessoas mal humorado, você vai dormir mal humorado. Eu acho muito difícil alguém ser feliz se não acreditar em si mesmo, se não tiver auto-estima, se não acreditar que amanhã ele poderá fazer melhor do que fez hoje.

No Brasil, nós vivemos um momento, já há muito tempo, e eu tenho discutido isso com várias pessoas, numa perspectiva de tentar encontrar uma solução, que não é econômica, porque no Brasil, muitas vezes, as pessoas tentam simplificar tudo nas questões econômicas. Eu me lembro que nós temos um processo de desagregação da estrutura da sociedade brasileira, a partir da família. Quando eu vim de Pernambuco, depois de Santos, eu fui morar na Vila Carioca, aqui em São Paulo, e eu morava num quarto e cozinha com oito irmãos e mais dois primos. Ao todo, nós éramos em 13 pessoas que moravam num quarto e cozinha, onde o banheiro era utilizado pelos fregueses do bar e era lá que a gente tinha que tomar banho. Passávamos muita necessidade.

Entretanto, eu fico me perguntando como é que pode a minha mãe criar oito filhos e mais três sobrinhos. E todos virarem trabalhadores e ninguém caiu na bandidagem, na criminalidade, ninguém foi para o caminho errado. Era porque no fundo, pobreza – a razão pela qual as pessoas se desviam do seu



caminho – muitas vezes, é a própria relação dentro de casa. Muitos pais, e vou dizer muitos de nós, para não tirar o nome do Presidente da questão, muitas vezes nós não nos perguntamos quantas vezes conversamos por dia, por semana ou por mês, com os nossos filhos. Quantas vezes nós passamos meses sem perguntar para ele alguma coisa? Ou seja, como a nossa vida está resolvida, nós achamos que a vida deles também está resolvida.

Eu acho que uma campanha como esta pode mexer com valores que, na minha opinião, são tão importantes quanto o econômico. Pode mexer com a questão da estrutura da família porque no Brasil se criou o hábito de achar que o Estado pode resolver tudo. Mas o Estado pode resolver uma parte dos problemas ou pode ser indutor e resolver parte dos problemas.

No Brasil, historicamente, o Estado criou muitos problemas. Mas uma outra parte é a sociedade que tem que resolver, sobretudo, a família. Quando vejo notícias nos jornais de crianças da Febem, crianças que fogem, crianças violentas, fugas na Febem, eu fico me perguntando com que autoridade o Estado tenta substituir a família de um menor. Como é que pode o Estado querer recuperar aquela criança fora do seio da família, porque o problema pode estar na família desestruturada, no pai que bebe, na mãe, na violência dentro de casa. Afinal de contas, todas as pesquisas mostram que grande parte da violência acontece dentro de casa, praticada por maridos, por ex-maridos, por namorados, ou seja, é uma coisa muito difícil de ser resolvida se a gente ficar achando que as questões são apenas econômicas.

Eu acho que tem valores que nós temos que resgatar. Valores religiosos, valores familiares, valores do ciclo de amizade, porque, hoje, as crianças estão, cada vez mais, cercadas dentro de uma casa com uma grade cada vez mais alta, presas diante do computador. Eu acho maravilhoso as crianças trabalharem com computação, crianças com 6 anos trabalham melhor que pessoas com 50 anos de idade. Entretanto, por mais que ele seja inteligente, ligado ao computador, ele não pode prescindir da relação humana,



ou seja, o contato direto entre as pessoas é que define o tipo de sociedade que nós vamos ter. E nós nos esquecemos disso com muita facilidade.

Eu fico pensando a repercussão que uma campanha dessas pode ter na cabeça das mães, na cabeça dos nossos jovens que, muitas vezes, estão desesperançados porque não conseguem a chance que deveriam conseguir, não conseguem uma oportunidade. Parece fácil a gente ver o Ronaldinho, depois daquela contusão que ele teve no joelho, se recuperar. Agora, se ele não tivesse uma boa formação, a partir da relação com seu pai, com a sua mãe, se ele não tivesse uma boa relação com os seus empresários, se ele não tivesse uma boa relação com ele mesmo... Nós já tivemos exemplos de pessoas que não se recuperaram, que se deixaram levar pelo desespero e, ao invés de acreditarem que poderiam construir um amanhã muito mais sólido, preferiram desistir, achando que o destino estava selado.

Quem é que não viu manchetes de jornais dizendo que Herbert Viana estava acabado? Alguns até quase fizeram o enterro dele. Entretanto, a crença dele, a fé, a vontade de viver, ou seja, a auto-estima que ele tinha, permitiu que hoje nós pudéssemos continuar ouvindo e assistindo o Herbert Viana. Isso vale para eles, mas vale para as crianças mais pobres deste país.

Eu, na semana passada, tive o prazer, o duplo prazer, de conhecer os meninos e as meninas que participam das Olimpíadas da Matemática. Eu vi um brasileiro, um menino de 19 anos, que já tem o doutorado em matemática. Vi um menino de 13 anos que já está fazendo mestrado em matemática. Vimos uma menina de 16 anos que já ganhou 5 medalhas no exterior participando das Olimpíadas de Matemática. E vejam que interessante, todos do nordeste, Ceará, Piauí, Sergipe, Rio Grande do Norte.

O ITA, a nossa querida Universidade aqui de São José dos Campos... Eu penso que 30% desses meninos que passaram no vestibular, participam das Olimpíadas de Matemática, quase todos do Nordeste. Parece que o Sul teve dificuldades para colocar as meninas no ITA, e o Nordeste colocou 30%.



Por quê? Porque se encontrou uma fórmula de estimular aquela criança, de despertar neles o sentido de responsabilidade, de fazerem descobrir alguma coisa que tinham dentro deles e que não conseguiam descobrir.

Eu penso que esta campanha, isso que vocês mostraram aqui, essas peças e outras que possivelmente outros publicitários, outros empresários farão, pode mexer com uma coisa que nós temos de mais sagrado, que é a nossa criatividade, que é a nossa capacidade de reagir às adversidades.

Ontem, eu estava assistindo o filme do Cazuza e estava pensando, que não é apenas a questão financeira que leva um jovem a fazer isso ou a fazer aquilo. Eu acho que as coisas estão muito mais ligadas à família, ao meio ambiente em que a pessoa vive, mas a família é a célula principal. Se o pai não servir como referência, se a mãe não servir como referência, se o Presidente da República não servir como referência, se o governador não servir como referência, se o prefeito ou a prefeita não servirem como referência, se os deputados não servirem como referência, se os juízes não servirem como referência, em quem esse jovem vai se apegar para dizer: eu posso, eu acho que eu posso. E a partir do “eu acho que eu posso,” ele chega lá.

Aí acho que nós temos que estudar corretamente que tipo de livro nós lemos, que tipo de programa de televisão nós assistimos, que tipo de cinema nós assistimos, ou seja, não tem uma coisa única, mas um conjunto de coisas e vocês, empresários e publicitários, mais do que em qualquer outro segmento da sociedade, podem ajudar. E por que vocês precisam ajudar? É porque se fazer as coisas certas está difícil; se as vagas nas universidades são menos do que a quantidade de alunos que querem estudar; se a qualidade do aprendizado não é a que ele gostaria de ter; se as oportunidades de emprego não são tantas quantas necessárias, significa que fazer as coisas certas está ficando cada vez mais difícil e quando fazer as coisas certas fica difícil, pode parecer mais fácil fazer as coisas erradas.

Se a sociedade, o governo e todas as instituições não oferecem a



oportunidade, alguém pode oferecer, possivelmente, aquela que não seja a que nós estamos querendo. O certo, é mais fácil, o certo é o ideal. Garantir que as pessoas tenham acesso às coisas mínimas, eu acho que é um compromisso ético, muito menos do que uma lei, é um compromisso ético. E na medida em que se apresenta a dificuldade, aí sim, entra a questão da auto-estima, entra a questão da família, entra a questão da sociedade.

Por isso, Orlando Lopes Batista, eu quero dizer que não sei qual será o resultado de uma campanha como esta. O que eu penso é que se as pessoas que assistirem em casa tiverem a mesma reação que eu tive, se as pessoas que estão assistindo em casa, assumirem para si a responsabilidade de valorizar um pouco mais a sua casa, a sua família, a sua rua, a sua cidade, o seu estado, o seu país; valorizar aquilo que nós temos, valorizar aquilo que nós possuímos... Se eu só tenho um par de sapatos, eu tenho que valorizar aquele par de sapatos; se eu tenho um terno, eu tenho que valorizar aquele; se eu não tenho um carro novo e tenho um fusquinha, eu tenho que valorizar aquilo; ou se tenho um carro da Ford, um Fiesta, sei lá, nós temos que valorizar aquele.

Nós não podemos ficar apenas dependendo do que alguém pode fazer por nós; temos que descobrir que nós poderemos fazer muito por nós mesmos.

Por isso eu quero terminar te dando os parabéns, dizendo que os companheiros e as companheiras que compõem a Associação Brasileira de Anunciantes estão de parabéns. Eu não sei onde vocês vão parar, e é bom não saber mesmo, porque nem vocês sabem. Se essa onda pegar, eu penso que nós poderemos, daqui a algum tempo, ter um povo acreditando em si, muito mais do que já acreditou em qualquer outro momento, e é maravilhoso não mostrar apenas o artista. Não sei se vocês perceberam que no Brasil nós não temos heróis, não sei se vocês perceberam que o Brasil é um país em que nós não cultuamos heróis.

Em qualquer lugar do mundo que eu vou, eu tenho que levar flores ao túmulo do herói nacional. No Brasil não tem, Ciro Gomes. No Brasil, quando a



gente fala em herói, a gente fala em Ayrton Senna, a gente fala em Pelé, a gente fala nos jogadores que foram campeões do mundo, de vôlei, de basquete, de natação. A gente não tem a figura que todo país do mundo tem, porque em algum momento, neste país, se achou que era possível viver sem referência. E eu acho que nós temos obrigação de contribuir com a construção de um outro momento na vida do nosso país. Por isso, muito obrigado Orlando, eu acho que vocês estão contribuindo para que a gente sonhe em ter um país que acredita em si mesmo.

Obrigado e boa sorte para a campanha.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
abertura do 4º Congresso Mundial da Internacional da Educação
Porto Alegre-RS, 22 de julho de 2004**

Excelentíssima senhora Mary Futrell, presidente da Internacional da Educação,

Meu querido companheiro Tarso Genro, ministro da Educação,

Meu querido companheiro Beto Albuquerque, deputado federal,

meu querido companheiro, deputado Carlos Abicalil,

Minha querida companheira deputada Maria do Rosário,

Minha querida companheira deputada Neyde Aparecida,

Meu querido companheiro Paulo Pimenta, deputado federal,

Meu querido companheiro João Verle, prefeito de Porto Alegre,

Meu companheiro João Felício, secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores,

Meu querido companheiro Fortunati,

Meu caro Guy Ryder, secretário-geral da Confederação Internacional de Sindicatos,

Minha querida companheira Juçara Dutra Vieira, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação,

Meu caro senhor Renan Proença, presidente da Federação das Indústrias do estado do Rio Grande do Sul,

Meus queridos companheiros e companheiras,

Meus amigos e minhas amigas,

Delegados presentes ao 4º Congresso Mundial de Educação,

Meus amigos e minhas amigas,

Estamos aqui em defesa da educação como direito fundamental do ser



humano. Ela é decisiva para a plenitude democrática e é também condição necessária ao desenvolvimento econômico e social dos nossos países.

Quero cumprimentar os delegados, delegadas, observadores, convidados de mais de 165 nações que participam deste IV Congresso Mundial da Internacional da Educação.

Estou muito feliz por estar aqui e gostaria de agradecer à Internacional da Educação e à CNTE pela escolha do Brasil como sede deste Congresso, em especial da nossa Porto Alegre, cidade tão querida pelos movimentos sociais de todo o mundo – berço do Fórum Social Mundial – e onde também se realizará, na próxima semana, o III Fórum Mundial da Educação.

A realidade da educação no mundo de hoje fala por si só sobre a importância deste encontro.

A Unesco – que tem como uma de suas metas para este Milênio o acesso universal à educação primária – indica que 115 milhões e 400 mil crianças ainda estão fora da escola, 94% delas na África Subsaariana e nas regiões do sul e do oeste da Ásia.

No caso da América Latina e do Caribe, se olharmos apenas os dados gerais, tem havido um crescimento significativo do acesso à escolaridade primária, mas certamente não podemos falar o mesmo da qualidade do ensino ou da permanência das crianças nas escolas.

Nós sabemos muito bem que a educação desempenha um papel estratégico na democratização do conhecimento em todo o mundo. Sabemos também que ela representa um desafio comum a ser vencido dentro de cada país e requer políticas públicas dos Estados nacionais.

No Brasil, temos procurado, governo e sociedade, tratar a educação com a centralidade que ela merece. Nestes 18 meses do nosso governo, apesar de não termos todos os recursos que gostaríamos de possuir, avançamos simultaneamente em várias frentes.

Estamos superando a questão do analfabetismo, uma dívida social que



o nosso país não resgatou no século passado, melhorando a qualidade do ensino básico, e construindo uma reforma universitária que dê maior capacidade para o nosso país enfrentar o futuro.

Em relação ao programa Brasil Alfabetizado, superamos a meta para o ano de 2003, que era colocar em processo de alfabetização 3 milhões de pessoas. Firmamos convênios com 151 prefeituras, 17 estados, cinco instituições de ensino superior e diversas ONGs, atendendo 3 milhões e 200 mil jovens e adultos de 2.462 municípios. Em 2004, o Programa deve alcançar 2.800 municípios.

Aqui abro um parêntese: é importante destacar que o Programa Bolsa Família – que já beneficia com transferência de renda mais de 4 milhões de famílias pobres do nosso país – também tem contribuído diretamente para a alfabetização e a inclusão educacional no nosso país.

Aqui, uma explicação particular aos delegados. O grande sucesso do Bolsa Família, é que ele não é apenas um programa de transferência de renda para combater a fome. Para receber os recursos do Estado, nós cuidamos da saúde e cuidamos da educação.

Todas as mães que têm filhos até 14 anos, para receber o dinheiro, têm que colocar o seu filho na escola. E, pelo Programa, se as crianças faltarem sem justificativa, se a mãe não cumprir uma das exigências, ela perde o direito de receber ajuda. O mesmo vale para a saúde. Se a mulher estiver grávida, tem que fazer todos os exames que a gravidez exige, e a criança quando nascer tem que fazer todas as vacinas que a Organização Mundial da Saúde exige.

Portanto, o Programa não é apenas um programa de transferência de renda, é um programa de transferência de renda combinado com uma grande dosagem de cidadania para que a gente não cuide apenas de dar a comida, mas também de garantir que as pessoas possam se responsabilizar pela educação e pela formação dos seus filhos.



Como depois eu vou ter uma conversa com o diretor-geral, o nosso companheiro Guy Ryder, sobre o dia 20 de setembro em Nova Iorque, eu quero dizer que o programa Bolsa Família, que começou no ano passado, faz parte do programa Fome Zero. Nós, hoje, estamos com 4.200 famílias; chegaremos em dezembro a 6,5 milhões de famílias; chegaremos em dezembro de 2005 a 8 milhões e 700 mil famílias e, se Deus quiser, chegaremos em dezembro de 2006, atingindo a totalidade das famílias que estão vivendo abaixo da linha da pobreza no Brasil – 11 milhões de famílias aproximadamente, 44 milhões de pessoas do nosso país.

Agora, vou citar algumas ações concretas do Brasil alfabetizado. Cento e noventa projetos apresentados por estados, municípios, universidades e organizações não-governamentais foram aprovados e conveniados. Destes, 177 já estão em execução, totalizando 94% dos recursos destinados, aproximadamente 176 milhões de reais.

Elevamos de 80 para 120 reais o piso para bolsa do alfabetizador, um aumento de 50% nos recursos. A meta a ser alcançada é de 1 milhão e 650 mil alfabetizados em 2004. Além disso, ampliamos de 6 para 8 meses o período de alfabetização, favorecendo que esse processo seja melhor consolidado, e simplificamos a burocracia iniciando uma nova sistemática de transferência direta dos recursos do Programa para os estados.

É preciso salientar que os alfabetizados têm a oportunidade de prosseguir no ensino seriado, tanto fundamental como médio, por meio do programa de Educação de Jovens e Adultos, o EJA, que hoje beneficia mais de 1 milhão de jovens.

Meus amigos e minhas amigas,

Uma das questões essenciais no Brasil em relação ao ensino básico é a sua qualidade. A oferta de vagas tem crescido sistematicamente, possibilitando o acesso à escola das crianças em idade escolar. Mas o que dizer da permanência dos alunos nas salas de aula, da evasão escolar, da repetência,



da qualidade do ensino?

No próximo mês de novembro, o Ministério da Educação fará uma avaliação em todas as escolas públicas do Brasil para que seja aferido não apenas o grau de aprendizado das crianças da 4ª e da 8ª séries mas, também, que seja aferida a qualificação do professor.

Apesar das conhecidas limitações orçamentárias, reafirmo e digo sempre ao ministro Tarso Genro, que dinheiro não será problema para criar e implementar novos programas de qualificação de docentes e do ensino.

A nossa meta para 2004 é capacitar 80% dos professores do ensino fundamental de 19 estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Quase 100 mil professores serão atendidos com programas de formação continuada por meio de convênios firmados entre as Secretarias Estaduais e o Ministério da Educação.

Com o projeto da Rede Nacional de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação já estamos possibilitando a formação continuada de professores através de convênios com 20 universidades, de todo o Brasil, selecionadas por editais.

Nosso governo também está promovendo um grande debate nacional sobre a proposta de criação e implantação do Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – através da realização de Colóquios Regionais, reunindo a sociedade civil e, em especial, representantes de todos os segmentos da educação brasileira.

Como destacou o nosso ministro Tarso Genro, esse Fundo vai determinar um salto qualitativo do ensino, englobando a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. O projeto final deverá estar concluído daqui a poucas semanas.

Estamos também expandindo a oferta da educação profissional. Recuperamos 150 escolas agrícolas em todo o país e retomamos 45 convênios do Programa de Expansão da Educação Profissional – algumas ligadas aos



movimentos sociais do campo.

Muitas outras ações estão sendo implementadas em relação à educação superior, cuja reforma será decisiva para capacitar o nosso país a enfrentar e superar os grandes desafios do presente e do futuro.

Para o próximo ano, também temos o compromisso de instalar, no mínimo, 500 escolas de chão de fábrica. Serão escolas de formação profissional que funcionarão dentro das próprias empresas. Esse projeto permitirá também que o Bolsa Família seja um instrumento de sustentação da profissionalização dos jovens, abrindo novos locais de alfabetização e inclusão educacional.

Vou mencionar aqui dois projetos enviados e já em tramitação no Congresso Nacional: o Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes que cursaram escolas públicas, no qual estamos adotando ações afirmativas para superar a exclusão social da população negra, bem como dar melhores oportunidades aos povos das nações indígenas em nosso país.

E o Programa Universidade para Todos, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais para estudantes carentes em universidades privadas que recebem subsídios ou isenção de impostos do governo.

Para que a sociedade brasileira alcance de fato esses objetivos, é fundamental preservarmos a vinculação constitucional de recursos para a educação. E isso o nosso governo garante.

Meus amigos e minhas amigas:

Todas essas medidas estão sendo construídas por meio de intenso e permanente diálogo com a sociedade civil, através de audiências públicas, mesas de negociação e fóruns que têm contado com intensa e direta participação de todos os segmentos da educação brasileira.

Quero anunciar, no dia de hoje, um projeto que na nossa opinião será revolucionário. O MEC apresentará brevemente, aos estados e aos municípios, uma proposta de controle de frequência das crianças nas escolas através de



registro digital. Esse registro vai permitir que no fim do dia, cada prefeito, governador e o próprio Presidente da República, além do Ministro da Educação, possam saber quantos freqüentaram a escola naquele dia. Com isso, o gestor público não só terá melhores condições de planejamento, como de intervenção imediata nas escolas que apresentem deficiências determinantes da baixa freqüência.

Já instruí ao nosso querido ministro Tarso Genro, que, no máximo em 20 dias, me apresente o protótipo desse projeto para que possamos iniciar a sua execução já no ano de 2005.

Este IV Congresso Mundial da Internacional da Educação – da mesma forma que o III Fórum Mundial de Educação – se constituem em oportunidades extraordinárias tanto para o debate quanto para a troca de experiências e a definição das diretrizes que orientarão os trabalhadores da educação em todo o mundo.

A luta histórica dos trabalhadores e trabalhadoras do setor, em todo o mundo, tem sido decisiva, e continuará sendo, na defesa dos seus legítimos interesses e na obtenção de conquistas essenciais para o avanço da causa da educação.

Eu quero, antes de desejar boa sorte a todos os delegados, dizer para vocês da minha alegria, da alegria imensa de estar, outra vez, num encontro sindical com o peso que tem a categoria dos professores no mundo inteiro.

Estou feliz porque, eleito presidente da República do Brasil, nós que passamos parte da nossa vida exigindo algumas coisas das autoridades que até então governavam o país, agora temos a oportunidade de tornar realidade os sonhos de que os países do mundo em desenvolvimento possam se preparar para competir com o mundo desenvolvido e que possam se preparar para serem exportadores de conhecimento e não apenas exportadores de produtos *in natura* ou de matéria prima.

E sem investimento na educação nós não teremos possibilidade de fazer



essa competição. Não existe, na história da humanidade, nenhum país que conseguiu, ou nem um povo, dar um salto de qualidade sem que antes tivesse acreditado no investimento da educação.

Muita gente, ainda hoje no mundo, quando se fala de educação, fala-se em gasto, como se gastar dinheiro em educação fosse como gastar dinheiro numa outra coisa menos importante. Qualquer centavo que seja aplicado na educação, tem que ser entendido pelos governantes do mundo inteiro como investimento no futuro das novas gerações, no futuro do país e na possibilidade dos países se desenvolverem.

Uma coisa que eu não coloquei no meu discurso e que estava conversando com o ministro Tarso Genro: esta semana eu tive a oportunidade de encontrar alguns gênios do meu país. Tive a oportunidade de me encontrar com um menino de 13 anos de idade que vai se tornar mestre em matemática. Tive a oportunidade de conhecer um menino de 17 anos que já é doutor em matemática, já fez o mestrado e já fez o doutorado. Tive a oportunidade de conhecer uma menina de 16 anos que já ganhou cinco medalhas de ouro nas olimpíadas de matemática pelo mundo afora. Hoje, o Brasil tem praticamente 300 mil crianças participando das olimpíadas. E eu disse ao ministro Tarso Genro e ao ministro da Ciência e Tecnologia, que nós vamos começar a preparar o Brasil para que ele tenha cinco milhões de crianças participando das olimpíadas de matemática nos próximos anos, para que a gente possa definitivamente ocupar o espaço que deveríamos ter ocupado há muito tempo.

Só para vocês terem o efeito disso, ministro Tarso Genro, a coisa mais sagrada em tudo isso é que, no vestibular do ITA, que é um dos vestibulares mais duros do nosso país, 30% dos alunos que passaram, foram os alunos que participam das olimpíadas. E o que é mais importante: todos eles do Nordeste brasileiro, das regiões mais pobres do país, ganhando vagas que antes eram do Sul e do Sudeste, que agora estão sendo ocupadas pelo Nordeste. Isso significa um avanço para o Brasil e, sobretudo, significa um orgulho muito



grande, porque vem confirmar uma teoria de Paulo Freire: “Não existe nenhum ser humano burro, não existe nenhum ser humano incompetente. Os seres humanos, todos, podem evoluir se tiverem as oportunidades.” E nós temos a chance de dar essas oportunidades.

Muito obrigado e boa sorte a todos vocês.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de inauguração do terminal de desembarque internacional do
Aeroporto de Navegantes**

Navegantes-SC, 22 de julho de 2004

Meu querido amigo e companheiro, governador do estado de Santa Catarina, Luiz Henrique,

Meu querido companheiro José Fritsch, secretário especial de Pesca e Aquicultura,

Minha querida senadora Ideli Salvatti,

Meu querido senador Leonel Pavan,

Meu companheiro Carlos Wilson, presidente da Infraero,

Meu caro deputado João Matos,

Meu caro deputado Edson Bez de Oliveira,

Meu caro Milton Mendes, presidente da Eletrosul,

Meu querido companheiro Décio Lima, prefeito de Blumenau,

Meu caro Pedro, prefeito de Chapecó,

Meu companheiro Mescolotto, presidente do Besc, que ontem comemorou 42 anos, e não foi privatizado. O Besc, porque ele já fez 30.

Meus queridos amigos deputados,

Jornalistas,

Funcionários da Infraero,

A nossa passagem por Navegantes para inaugurar mais essa obra da Infraero tem como objetivo mostrar ao povo de Santa Catarina que nós estamos levando muito a sério e tendo a certeza de que o Brasil entrou num caminho de desenvolvimento que não terá retorno.



Nós todos, do governo, estamos convencidos de que um país com a necessidade de crescimento que tem o Brasil, com a necessidade de geração de empregos que tem o Brasil e com a necessidade de distribuir renda que tem o Brasil não pode mais se dar ao luxo de ficar tendo bolhas de crescimento, crescendo um ano e decrescendo nos anos seguintes. Nós estamos convencidos de que o Brasil entrou numa rota de crescimento sustentável e queremos que esse crescimento seja um ciclo de crescimento que possa perdurar 10, 15 ou 20 anos, para ver se nós recuperamos o nosso tempo perdido.

É importante que ninguém esqueça que em 1970 o Brasil tinha 90 milhões de habitantes e que em 34 anos o Brasil praticamente dobrou a sua população. Por que eu estou dizendo isso? É porque nesses 34 anos o Brasil não teve momentos de crescimento. Crescíamos um ano ou, às vezes, decaíamos no outro ano. O dado concreto é que nós tivemos 20 anos consecutivos sem crescimento econômico. Ora, se a população de 90 milhões chega a 180 milhões, praticamente dobrando e, no mesmo período, a economia não cresce, o resultado que nós colhemos é o resultado do empobrecimento da nação brasileira.

Foi por isso que nós assumimos a responsabilidade de não pensar no Brasil apenas para um mandato de um presidente, que é, na minha opinião uma das deficiências da administração pública do Brasil. Cada governante pensa apenas no seu mandato e não se estabelece uma projeção de 20 ou 30 anos para que se possa fazer grandes obras que signifiquem mudanças estruturais na economia e na infra-estrutura brasileira. Por isso nós assumimos a responsabilidade, Governador, de ter um 2003 muito difícil, de fazer todos os sacrifícios que deveríamos fazer no ano de 2003, com a seriedade que uma família faz para poder adquirir um bem necessário à família. Às vezes, ficamos sem comprar uma roupa nova; às vezes, ficamos sem ir jantar ou almoçar no restaurante; às vezes, não compramos um brinquedo para os nossos filhos,



porque queremos adquirir um bem que possa aumentar o nosso patrimônio. Nós preferimos agir assim, fizemos tudo que tínhamos que ser feito em 2003 para preparar o Brasil para o crescimento em 2004, 2005, 2006 e, quem sabe, 2007, 2008, 2009, 2010, e que não pare mais de crescer. Para isso, nós tivemos que tomar algumas medidas que eram importantes serem tomadas e nem todo mundo teve coragem de tomar. Fizemos as duas principais reformas que o Brasil precisava fazer, reformas difíceis, que poucos governos no mundo assume fazê-las, e nós a fizemos porque entendíamos que fazendo a reforma, tal como fizemos, não estaríamos pensando apenas no mandato do presidente Lula ou na geração do presidente Lula, mas estaríamos preparando o país para que os meus netos pudessem ter a certeza que, daqui a 30 ou 40 anos, tivesse um estado que pudesse garantir a eles uma aposentadoria digna sem que quebrasse, como acontece hoje na maioria dos estados brasileiros.

A segunda era estabelecer uma política tributária que significasse, ao longo do tempo, reduzir a carga. E isso não acontece com facilidade, porque cada segmento da sociedade tem uma política tributária na cabeça, ou seja, até chegar a um consenso... e aí eu quero, mais uma vez, dizer que sou grato ao comportamento dos governadores, a começar pelo governador Luiz Henrique, que em nenhum momento se recusou a ir a Brasília, a discutir, e a se preocupar com a necessidade de fazermos uma reforma tributária que ainda estamos longe de aperfeiçoá-la mas, certamente, já demos um passo extremamente importante. Mandamos para o Congresso Nacional todas as leis que entendíamos que era preciso mandar para tornar o Brasil mais ágil e para que pudéssemos atrair tanto investimento do capital interno como investimento do capital externo. E, agora, começamos a colher os frutos. Ainda falta aprovamos a PPP, a Parceria Público Privada, que está no Senado, mas já aprovamos muitas coisas. E eu acho que isso agora está aparecendo para a opinião pública, está aparecendo para o povo brasileiro como o saldo do trabalho de um Poder Executivo e de um Poder Legislativo que trabalharam



com nunca se trabalhou no nosso país.

Qual é o resultado disso? O resultado disso é que nós estamos batendo, mensalmente, recordes de exportações, não apenas de exportações de produtos in natura, de soja ou de minério de ferro, mas exportando manufaturados, numa demonstração de que o Brasil está se preparando rapidamente para disputar o seu espaço numa nova geografia comercial que haveremos de consolidar logo, logo.

Ao mesmo tempo começamos a sentir, por todos os indicadores, que a economia volta a crescer, surpreendendo até alguns analistas mais pessimistas que entendiam que a economia não ia crescer. E qual é o grande salto disso? O grande salto é que nós temos setores da nossa indústria crescendo acima de 30%, crescendo acima de 25%. Um dos setores que mais marcam o crescimento é a indústria de cimento, que ontem me comunicou que teve um crescimento, no mês de junho, de 5%. Isso demonstra que a construção civil, onde tínhamos perdido 50 mil postos de trabalho no ano passado, já gerou 60 mil novos postos de trabalho este ano. Ou seja, já recuperamos o que tínhamos perdido e já temos 10 mil a mais, numa demonstração de que a construção civil começa a ser recuperar de forma vertiginosa. E por que isso é importante? É importante, Governador, porque nós, entre 11 de dezembro do ano passado e 20 de maio deste ano, assinamos contratos para saneamento básico que significam 14 vezes mais do que foi feito de 1999 a 2002; significa praticamente quatro vezes mais do que foi feito de 1995 a 2002. E nós entendemos que o investimento em saneamento básico começa a gerar empregos não no dia que a gente anuncia o contrato, mas cinco ou seis meses depois do contrato, da licitação e do começo das obras, melhorando a qualidade de vida das pessoas.

Nunca, na história deste país, a agricultura familiar teve a oportunidade de conseguir sacar 83% do dinheiro que nós disponibilizamos. O máximo a que tinha chegado era 53%. Na safra 2003/2004, já foram praticamente 83%. Nós



pulamos de 5,4 bilhões, este ano, para 7 bilhões na safra 2004/2005.

Por que estamos fazendo isso? Porque não adianta continuar assentando um trabalhador no campo e, do outro lado, quem tem a terra está saindo do campo porque não tem crédito. Nós queremos garantir que aqueles que estão no campo, produzindo para si e para sua família, tenha o direito de ter um tratamento bancário, no Banco do Brasil, no BESC e em tantos bancos, como tem um grande empresário quando vai tomar dinheiro emprestado. Porque o respeito não tem classe, o respeito não tem origem social, o respeito é um comportamento ético do ser humano e nós queremos que o pequeno seja tratado com o mesmo carinho com que é tratada qualquer outra pessoa neste país.

Pela primeira vez, o Nordeste e o Norte deste país tiveram acesso ao dinheiro do Pronaf. Criamos uma coisa que é garantir à mulher do trabalhador rural um crédito diferenciado do dele. O marido pode pegar dinheiro para financiar a sua agricultura, mas a mulher não precisa ficar dependendo do marido. Ela vai ao banco, faz o seu projeto e retira o seu dinheiro. Criamos também para o menino de 18 anos que pertença a uma família e queira produzir alguma coisa, independentemente do pai ou da mãe. Ele também vai poder chegar no Banco do Brasil e nos bancos públicos e retirar o dinheiro do seu projeto.

Tudo isso está gerando uma coisa importante, Governador, do dia 1º de janeiro ao dia 1º de julho deste ano, nós geramos neste país 1 milhão, 34 mil e 260 novos empregos, todos empregos com carteira profissional assinada. Sem contar a empregada doméstica, sem contar o funcionalismo público municipal, estadual ou federal, mas apenas aqueles que são contratados pela CLT, e sem contar aqueles que entraram na economia informal.

Nós achamos que vamos continuar crescendo, crescendo muito e crescendo bem nos mais diferentes setores da economia brasileira. Por isso



estamos aqui inaugurando este aeroporto. Em 18 meses de governo já participei de inaugurações de aeroporto em vários estados do país e eu duvido que isso tenha ocorrido em algum momento da história do Brasil.

A Infraero nunca se dedicou tanto, como está se dedicando neste governo, a reformular todos os aeroportos brasileiros, dando a eles condições não apenas de tráfego humano, mas também de criarmos possibilidades para termos terminais para exportar os produtos que o brasileiro sabe produzir muito bem. E este aeroporto, aqui, é uma demonstração, e ainda vai fazer uma fachada bonita para ficar bonito como a cidade, ou seja, não basta ter uma pista boa. Nós vamos fazer, ainda, o aeroporto de Florianópolis, é uma certeza que eu disse ao Carlos Wilson: nós temos que inaugurar, no mais tardar em agosto de 2006, porque senão nós fazemos e depois vem alguém querer inaugurar a obra que fizemos. Nós mesmos vamos inaugurar, não podemos deixar o prato feito para alguém comer depois.

Isso faz parte de uma política de infra-estrutura. Nenhum país do mundo conseguirá dar um salto de qualidade na sua relação comercial se ele não tiver obras de infra-estrutura que possam desobstruir todos os gargalos que estão criados hoje no nosso país.

Vocês sabem, meus companheiros e minhas companheiras, que sem infra-estrutura, sem energia elétrica, sem estradas, sem ferrovias, sem portos e sem aeroportos, fica difícil termos competitividade com o chamado mundo desenvolvido. É por isso que nós, do governo, trabalhamos com a certeza de que o ano de 2004 está ganho, do ponto de vista do crescimento econômico. E estamos preparando o ano de 2005 para enfrentarmos, para fazermos licitação, quem sabe ainda no final deste ano ou, quem sabe, no começo do ano que vem, das principais obras de infra-estrutura que o Brasil precisa, a começar da dragagem dos nossos portos, a grande maioria está precisando de um bom tratamento.

Este ano, ainda, a questão da 101, a nossa querida estrada, rodovia da



integração, ligando Santa Catarina a todo o Mercosul. Essa estrada que já está autorizada a sair há tanto tempo - depois os deputados vão me entregar um documento aqui - não saiu até agora porque embora tivesse dinheiro do governo federal, tinha um problema no contrato com o dinheiro do Banco Interamericano, que não liberaria o dinheiro. Foi necessário fazer um contrato e essa obra vai começar. E essa obra é tão importante que, certamente, será construída através da PPP, porque é uma estrada que, economicamente, será muito rentável para o Brasil, para a Argentina e para todo o Mercosul. E obviamente que Santa Catarina ganhará muito com isso, o Rio Grande do Sul ganhará muito com isso, São Paulo ganhará muito com isso, o Paraná ganhará muito com isso.

Mas, ao mesmo tempo, nós estamos trabalhando, pensando a questão da energia elétrica. Nós não podemos permitir e não vamos aceitar que um país que precisa crescer a 5% ou 6% ao ano venha a ter um apagão, como o que tivemos em 2001. E sabemos, todos nós, que para fazer obra de energia elétrica, você não anuncia hoje para produzir energia amanhã. Você anuncia hoje para produzir energia daqui a 3, 4, 5 anos ou até mais anos, dependendo o tamanho da hidrelétrica que você for construir.

Ao mesmo tempo, meu caro Fritsch, e meus companheiros aqui da região, sobretudo Itajaí, é com muito orgulho que eu posso dizer para vocês: recuperamos a indústria naval brasileira, não apenas para construir as plataformas marítimas da Petrobrás, mas para construir navios e, se Deus quiser, construir muitos barcos pequenos para os pescadores brasileiros, financiados pelo BNDES.

Ontem, Luiz Henrique, eu tive uma grata surpresa: nós vamos construir no Brasil um dos estaleiros mais modernos do mundo para produzir plataformas e competir com qualquer país do mundo e, se Deus quiser, ele será feito no estado do Carlos Wilson, uma homenagem a ele, no estado de Pernambuco.



Eu tenho recebido informações de investimentos em ferrovias. Nós precisamos recuperar vários trechos de ferrovias que estão paralisados. Por isso a minha vinda aqui tem esse significado. Nós sabemos que o crescimento econômico de um país não se dá pelos belos olhos do Presidente ou pela vontade apenas do Presidente. O crescimento de um país se dá pelas políticas coerentes que o governo coloca em prática, pela confiança despertada junto aos empresários brasileiros, pela confiança despertada junto aos empresários estrangeiros e, sobretudo, pela confiança despertada na consciência de cada homem e de cada mulher no nosso país.

Todo mundo sabe que se nós não tivermos confiança, se nós não acreditarmos em nós mesmos, porque outros haveriam de acreditar em nós? Por que o empresário brasileiro vai investir se o governo não investe? Por que o empresário estrangeiro vai investir se o brasileiro não investe? Então, nós precisamos criar uma espécie de corrente, não de ufanismo, mas uma corrente de otimismo, uma corrente positiva, uma corrente de energia sadia que demonstre que não tem porque o Brasil não recuperar o tempo perdido. Se nós passamos 20 anos sem crescer... Nós, agora, temos a obrigação de crescer 20 anos seguidos, para ver se a gente dá ao povo brasileiro aquilo que o povo brasileiro merece, que é a dignidade, o respeito e a cidadania às mulheres e homens do nosso país.

Eu queria terminar dizendo aos pescadores que o Fritsch vai falar depois com a imprensa, aqui, sobre a questão dos pescadores e sobre uma decisão do Ibama, o Fritsch vai explicar o que aconteceu e o que vai acontecer.

E quero chamar agora os deputados para me entregarem uma carta da construção da BR 101.

No mais, para terminar, eu queria dizer para vocês o seguinte sobre este Estado aqui: eu penso que quando Deus veio ao mundo e passou pelo Brasil, ele deu a Santa Catarina uma das mais extraordinárias belezas que nós temos no planeta Terra. Eu conheço muito o mundo, graças a Deus, por conta do PT,



por conta da CUT, por conta de vocês que me deram apoio, eu viajei muito. E já tive a oportunidade de passar várias férias aqui, em Santa Catarina. E eu acho que o governador Luiz Henrique tem razão, os argentinos já descobriram Santa Catarina há muito tempo. Mas, muitas vezes, é até difícil vir aqui porque as estradas não são das melhores, porque muitas vezes não há facilidade. Nós precisamos criar essa facilidade porque nos interessa trazer os turistas para cá e também interessa que brasileiros visitem a Argentina, afinal de contas nós somos pela integração da América do Sul e queremos que o povo transite com mais liberdade.

Nós, pela primeira vez, criamos o Ministério do Turismo no Brasil. Antigamente era Ministério do Turismo e Esportes, ou seja, nem cuidava de esporte, nem cuidava de turismo, porque são duas coisas totalmente distintas. Nós criamos um Ministério do Turismo, que tem no ministro Mares Guia um dos companheiros mais extraordinários e mais otimistas.

E nós achamos que o turismo é propaganda. Ninguém vai num lugar se não conhece o lugar. Muitas vezes, a imagem que se tem do Brasil, lá fora, é a imagem da criança de rua, a imagem da violência ou de que o Brasil só tem carnaval e futebol. É verdade que o Brasil tem criança de rua, é verdade que o Brasil tem violência, é verdade que o Brasil tem futebol e é penta campeão, é verdade que o Brasil tem carnaval e é o melhor do Brasil, mas o Brasil não tem só isso. O Brasil tem, possivelmente, um dos povos mais cordatos do mundo. Quem sabe, não tenha no Planeta nenhum povo mais receptivo que o povo brasileiro. O povo brasileiro é tão receptivo que, quem conhece um brasileiro, com três horas já pensa que conhece há 30 anos, tal é o carinho com que nós tratamos as pessoas.

Nós temos a beleza da natureza como nenhum outro país do mundo tem. Eu, quando vejo muitos turistas indo para o Niágara, nos Estados Unidos, e vejo o que é a nossa Foz do Iguaçu, eu fico imaginando quantos turistas poderíamos ter. Agora, para o turista vir para cá não depende de nenhum



estrangeiro, depende de nós, depende da qualidade dos serviços que nós oferecemos, depende da qualidade do tratamento que nós dermos para eles e das facilidades que oferecermos para eles, se nós temos o interesse. Então, você fez muito bem, meu caro, nós temos que viajar o mundo mostrando as coisas boas do Brasil, mostrando a competência do Brasil, mostrando aquilo que o Brasil tem de bom, porque as coisas ruins os nossos inimigos mostrarão. Nós temos que mostrar é aquilo que pode. Até porque nós temos competidores, nós temos gente que disputa turistas conosco. Então, nós temos que oferecer coisas cada vez melhores. As pessoas têm que se preparar e se qualificar para atender os nossos turistas, os hotéis precisam dar tratamento, e nós temos isso.

E este Estado aqui tem uma das costas marítimas mais fantásticas que o mundo produziu. Então, se Deus foi tão bom conosco, nos dando um Estado como este, sejamos apenas honestos com Deus, que nos deu isto. Vamos tratar isto aqui com o carinho com que nós tratamos a nossa família.

Muito obrigado, meus parabéns e boa sorte ao povo de Santa Catarina.

</cms/rss/vpm/>



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinaturas da MP de correção de aposentadorias e pensões concedidas entre fevereiro de 94 e março de 97; da MP de concessão de abono de R\$ 100,00 no I.R. de pessoas físicas; e sanção do PL que reduz alíquotas do PIS e da COFINS

Brasília-DF, 23 de julho de 2004

Meu querido companheiro Palocci,
Meu querido companheiro Amir Lando, e sua esposa Maria de Lourdes,
Minha querida companheira Marisa,
Meu caro companheiro Eunício Oliveira, ministro das Comunicações,
Meu caro companheiro Luiz Gushiken, ministro-chefe da Secretaria de Comunicação do Governo,
Meu caro senador Valdir Raupp,
Deputados presentes,
Dirigentes sindicais,
Meu caro Neto,
Meu caro Juruna,
Companheiro Campos,
Companheiro Arnaldo,
Companheiro Afonso,
Luizão, e todos que estão aqui,
Meus companheiros representantes dos aposentados, João Batista,
Antonio Carlos Domingos, Wilson Roberto Ribeiro,
Meus companheiros e companheiras,

Eu, na verdade, não ia falar. No meu *script*, aqui, era para falar apenas a Previdência, a Fazenda e os aposentados. Mas eu penso que não poderia



deixar que alguns sindicalistas aposentados que estão aqui fossem embora sem que notassem o meu otimismo. Eu sou daquele otimismo que o Palocci prega. Eu continuo sendo o brasileiro mais otimista e acho que nós vamos colher tudo que nós plantamos ao longo desses meses que estamos no governo.

Os aposentados, sobretudo, sabem que não foi pouca coisa aprovarmos o Estatuto do Idoso, projeto que estava há muitos anos no Congresso Nacional, estava até com cheiro de mofo, e nós não só limpamos o processo como o aprovamos, trazendo um benefício enorme para as pessoas, muitas até que não têm nenhum direito previdenciário.

Todos vocês sabem o benefício que foi antecipar a data do recebimento dos aposentados para 1º de maio, que era uma reivindicação histórica; não era uma reivindicação que custava muita coisa e eu nunca tinha conseguido entender porque os governos não queriam fazer.

Eu tinha pedido para o companheiro Amir Lando falar de uma outra coisa para vocês, que era um projeto de lei que nós mandamos; eu não mandei como medida provisória porque era preciso mandar como projeto de lei, porque a medida provisória, hoje, se não for votada, trava a votação no Congresso Nacional. Mas é um projeto de lei que abre – para os aposentados brasileiros e pensionistas – empréstimos bancários a juros mais ou menos no mesmo acordo com que foi feito para os trabalhadores da ativa. Juros que variam de 1,75 a 2,8%, para que os trabalhadores possam, o aposentado sobretudo, não se desfazer dos seus bens, às vezes por causa de 100, 200, 300 reais que ele precisa. Ele vai poder ir ao banco e contrair empréstimo por 12, 24, 36 meses. Eu não tenho dúvida que na reabertura do Congresso Nacional eles votarão logo esse projeto para beneficiar os milhões de aposentados que, muitas vezes, são obrigados a ir na Caixa Econômica Federal penhorar o seu relógio, penhorar o seu cordão de ouro, às vezes por causa de dinheiro para comprar remédio.



E pensando no idoso também, nós estamos instituindo no Brasil, este ano, e possivelmente a gente inaugure 130 farmácias populares, vendendo 92 tipos de remédios, principalmente os remédios que são próprios para quem tem a nossa idade, ou seja, remédios para diabetes, remédios para hipertensão a um preço que chegará, em alguns casos, até 80% mais baixos do que o preço que nós encontramos na farmácia. Essas farmácias serão normalmente abertas nos grandes centros metropolitanos do país, onde tem uma maior concentração e onde as pessoas estão, por causa da própria qualidade de vida, mais aptas a ter hipertensão, a ter determinado tipo de doença causada pelo nervosismo da nossa sociedade.

Uma outra coisa que me deixa muito otimista é que nós estamos apenas com 18 meses de governo e já podemos dar uma demonstração do que é possível fazer, e pode ser feito muito mais. Podem ter certeza de que é possível fazer muito mais.

Nós tivemos momentos de arrumação de casa, somos agradecidos eternamente pela compreensão que vocês tiveram, sobretudo, os trabalhadores, porque todos vocês também tiveram uma experiência de entrar no sindicato e ter que arrumar a casa para poder começar a fazer as coisas acontecerem. E hoje, há razão de sobra para o Palocci estar feliz, para mim, para o Gushiken, para o Eunício, para o Berger, para o Amir Lando, para a D. Marisa e para vocês.

Minha mãe dizia sempre assim: “notícia ruim, corre, notícia boa engatinha”. Eu fico vendo as notícias de hoje e de ontem dos jornais sobre crescimento da economia, crescimento da renda, crescimento da geração de empregos, e o Palocci não foi tão preciso quanto eu vou ser: 1 milhão, 34 mil, 270 empregos novos criados até o dia 1º de julho. É recorde histórico desde que foi criado o Caged, em 1992, sem contar a empregada doméstica, sem contar o funcionalismo público, porque eu só conto os que são contratados pela CLT, que são muito poucos, e sem contar as coisas que acontecem na



economia informal, que nós não temos controle.

Mais ainda, Palocci, um dado que eu não sei se eu já te falei. A demonstração do crescimento evidente, companheiro Gushiken... É que nós tivemos, neste semestre agora, um superávit de 400 milhões de dólares na nossa balança de turismo ou seja, entraram no Brasil 1 bilhão, 625 milhões de reais. Só para ter idéia do volume foram 47% a mais do que tudo que entrou no ano passado, só para ter idéia do crescimento.

Mais importante ainda é que o gasto dos turistas brasileiros cresceu 20%, Palocci. Demonstra que o turista brasileiro já gastou, este ano, 20% a mais do que gastou no ano passado. É esta a demonstração de que a economia está se recuperando fortemente.

É lógico que vocês sabem, alguns de vocês aqui já ficaram desempregados muito tempo, e sabem que muitas vezes a economia não começa a crescer hoje e gerar todo o seu resultado amanhã. O que nós estamos colhendo, hoje, não foi plantado este ano não, foi plantado desde julho do ano passado, quando o Palocci falava: a economia já começou a voltar a crescer.

Acontece que os resultados começam a aparecer seis meses, um ano depois. Qual é o nosso compromisso e o compromisso gostoso de cumprirmos? É que nós temos a convicção de que este ano já está ganho, ou seja, eu acho que este ano a economia vai crescer, neste segundo semestre, talvez até melhor do que cresceu no primeiro, e nós já estamos nos preparando para 2005. Nós precisamos começar janeiro de 2005 mais ou menos como o Brasil começou o segundo tempo com o Uruguai: temos que começar a marcar os gols logo no primeiro minuto, porque não podemos deixar a peteca cair, porque o que não falta neste país é gente torcendo para as coisas não darem certo. O que tem de gente fazendo figa para que a gente não consiga ter sucesso é uma coisa maluca, mas como eu sou um cristão e tenho muita fé, “urucubaca” não vai pegar em cima de nós.



Podem ficar certos que o otimismo que nós estamos sentindo, a alegria de ver o Brasil retomar o crescimento, a alegria de ver a confiança voltar no sorriso dos trabalhadores, no sorriso daqueles que estão desempregados; a confiança que a gente vê, tanto dos empresários internos quanto dos empresários externos, depositada na economia brasileira, é a solidez de um trabalho que vem sendo feito e pensado de forma meticulosa, sem permitir que a euforia, em nenhum momento tome conta de nós.

Outra coisa que vocês sabem, quem já esteve dentro da fábrica, aqui, e vocês estiveram, é que muitas vezes a gente recebe uma notícia do chefe, que no mês de julho fala assim: “Olha, acho que em novembro vai vir um aumento para a tua seção.” Você já começa a gastar por conta do aumento. Aí o chefe é mandado embora e não vem o aumento. Você fica com o prejuízo. Qual é o nosso desafio? É não permitir que a euforia faça com que a gente desencadeie um processo de acreditar que já está tudo resolvido e começar a gastar mais do que a gente pode arrecadar.

Aqui, eu quero que vocês saibam o seguinte: nós tratamos o dinheiro público como nós tratávamos o nosso salário quando estávamos na fábrica. E quem tem essa experiência sabe: gastou 5 reais a mais, fora do que estava previsto, vai ter que trabalhar a pé, porque não tem dinheiro para a condução, ou vai ter que pedir emprestado. E isso nós não vamos fazer. Portanto, vamos ser duros no controle dos gastos públicos mas, ao mesmo tempo, ser justos na elaboração das nossas políticas sociais.

E eu não tenho dúvida que nós vamos ter muitos encontros ainda e vocês vão poder medir o avanço que os trabalhadores brasileiros conquistarão nesses 4 anos de governo.

Eu quero, aqui, parabenizar o ministro Amir Lando, o ministro Berzoini, sobretudo os dois que foram da Previdência, agora do Trabalho, pela dedicação. O Amir Lando, desde que assumiu, não pensou em outra coisa a não ser em tentar encontrar um jeito de fazer um acordo. O Palocci, como



vocês sabem, é sensível, porque todo ministro da Fazenda tem uma sensibilidade ímpar. Eu, toda vez que quero ficar bravo com o Palocci eu penso na minha mãe, porque ela, quando a gente ia pedir dinheiro, era dura, não dava nunca o que eu queria, dava o que podia dar. E, aqui, eu acho que todo mundo tem essa experiência.

Eu quero agradecer a vocês pela dedicação, pelo tempo que dedicaram para fazer esse acordo e quero agradecer aos aposentados e aos sindicalistas pela fineza e pela compreensão de que o montante do esqueleto que herdamos é muito alto e nós estamos pagando da forma que é possível pagar, porque nós não temos como inventar recursos.

Muito obrigado a vocês pela expectativa positiva que depositaram nesse acordo. E muito obrigado Amir, muito obrigado companheiro Palocci, Berzoini, que já foi embora, e quero dizer que outros acordos serão feitos. Fazer acordo, tem gente, aqui, com experiência de fazer acordo e sabe que é difícil. Neto, você, e quem é do setor público sabe que desde que o Brasil foi proclamado República, o Brasil nunca conseguiu fazer um acordo entre o sindicato dos servidores públicos e o governo. Este ano nós fizemos acordo com 99% dos sindicatos. Para isso nós envolvemos dez ministros, envolvemos quase um ano de negociação, envolvemos tudo que a gente tem de experiência no meio sindical e, graças a Deus, conseguimos um bom resultado, porque dentre todas as conquistas que nós queremos obter quando deixarmos o governo, é deixar selada a marca de que foi criado um outro padrão de relacionamento entre o Estado brasileiro e a sociedade, entre o governo e os trabalhadores. E vamos conseguir, podem estar certos.

Obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão de trabalho da 5ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo, para apresentação do balanço da Presidência brasileira da CPLP, no período de julho 2002 a julho 2004

São Tomé, 26 de julho de 2004

Excelentíssimo senhor Fradique Bandeira Melo de Menezes, presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe,

Excelentíssimo senhor Henrique Rosa, presidente da República da Guiné-Bissau,

Excelentíssimo senhor Joaquim Alberto Chissano, presidente da República de Moçambique,

Excelentíssimo senhor Jorge Sampaio, presidente da República portuguesa,

Excelentíssimo senhor Kay Rala Gusmão, presidente da República de Timor Leste,

Excelentíssimo senhor Fernando da Piedade Dias dos Santos, primeiro-ministro da República de Angola,

Excelentíssimo senhor José Maria Neves, primeiro-ministro da República de Cabo Verde,

Excelentíssimo senhor Teodoro Obiang Nguema, presidente da Guiné Equatorial,

Meus amigos,

Minhas amigas,

Senhores e senhoras,

Delegados deste encontro,

Estamos, hoje, celebrando a maioria da CPLP. A cerimônia de hoje



reafirma nossa confiança de que a Comunidade continuará a ser um instrumento da solidariedade democrática entre nossos povos.

Registro a grande contribuição dos pioneiros dessa CPLP, o presidente Itamar Franco e o embaixador José Aparecido de Oliveira, que estiveram na origem deste sonho.

Faço aqui uma homenagem ao saudoso embaixador João Augusto de Médicis. Sob sua chefia, o Secretariado Executivo ajudou a Comunidade a tornar-se uma força cada vez mais ouvida e respeitada.

Senhores Chefes de Estado e de Governo,

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é mais do que um espaço de confraternização entre povos irmãos. É uma iniciativa de alto valor estratégico, cujo raio de ação abrange quatro continentes. Somos oito países, com uma população de 230 milhões de habitantes comprometidos com a democracia e a justiça social.

Durante a Presidência brasileira, tive a alegria de verificar o quanto realizamos inspirados por essa convicção.

Com a mesma determinação que defendemos o Estado de Direito em São Tomé, atendemos aos apelos por ajuda na pacificação de Guiné-Bissau.

O doutor José Ramos-Horta é merecedor de nosso especial reconhecimento. Com a autoridade de um Prêmio Nobel da Paz, soube fazer prevalecer a serenidade e o diálogo entre os guineenses em momento de grave tensão.

A marca da Comunidade tem sido a defesa dos valores democráticos que pregamos. Por essa razão, apoiamos ativamente o processo eleitoral em São Tomé e em Moçambique.

Sabemos que a democracia política é frágil se o povo não a ver associada à democracia econômica e social. Como presidente da Comunidade, busquei o apoio internacional para a recuperação econômica e política de Guiné-Bissau. Em parceria com a Índia e a África do Sul, o Brasil deu um



primeiro passo ao criar um Fundo especial que ajudará a financiar projeto de desenvolvimento em Guiné-Bissau. Meu governo tem dado forte impulso ao diálogo Sul-Sul.

Nos aproximamos do continente africano, revigorando as ações de cooperação dentro da CPLP.

Meus queridos amigos,

Senhores chefes de Estado e de Governo,

A CPLP vai ganhando voz e personalidade internacionais. É, hoje, uma organização madura, capaz de reagir prontamente a situações de crise. Desfruta do prestígio de uma instituição vocacionada para a prevenção dos conflitos e tensões.

A doutora Maria das Neves, primeira-ministra de São Tomé e Príncipe, bem lembrou que: “Quando muitos estavam incrédulos com a situação, já a CPLP se erguia numa só voz em defesa do regime democrático santomense.”

Foi a CPLP que propôs a extensão do mandato da Força de Paz do Conselho de Segurança em Timor Leste. Abriu, assim, caminho para que o povo timorense possa, hoje, avançar soberanamente na construção de seu país.

Com o empenho da CPLP, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas vem buscando encontrar respostas para os desafios econômicos e sociais em Guiné Bissau.

A CPLP integrou a missão especial da Comunidade Econômica dos Estados da África Central para pacificar São Tomé. E apoiou com êxito as candidaturas de Angola e do Brasil ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Sou especialmente reconhecido pelo endosso dos países da Comunidade para que o Brasil ocupe um assento permanente no Conselho.

Senhoras e senhores,

Não há paz sem desenvolvimento, e não há desenvolvimento sem paz.



Sob a Presidência brasileira, a CPLP deu prioridade a projetos concretos de cooperação voltados para as aspirações de nossos concidadãos à prosperidade econômica, ao bem-estar social e à estabilidade política.

Temos especial urgência em ajudar a África na luta contra o dramático ciclo de pobreza, violência e fatalismo. Estamos modernizando os sistemas de informação e comunicação e transferindo tecnologias e capitais, para que o Continente possa competir num mundo crescentemente globalizado. Entre as iniciativas merecem registros: o Portal de Livro, um banco de dados com mais de 30 mil publicações científicas, implantado pelo Brasil e a Unesco, bem como o fornecimento de bolsas de estudos de pós-graduação a estudantes da CPLP nas áreas de interesses estratégicos e prioritários.

Estamos incentivando a diversidade cultural e implementando programas educacionais para capacitar sua população a tomar o seu destino em suas próprias mãos. Estamos, sobretudo, buscando prevenir e controlar a AIDS e a malária, para que o próprio futuro do Continente não corra risco. O Brasil coloca sua experiência a serviço dos países atingidos por esses flagelos.

Quero saudar o presidente de Portugal, doutor Jorge Sampaio, por sua proposta de iniciar campanha de conscientização sobre o HIV/AIDS.

Foi com essa convicção que o Brasil, juntamente com outros cinco países, anunciou durante a Cúpula Mundial sobre a AIDS, em Bangcoc, um acordo para a produção de genéricos antirretrovirais a baixo custo. Vamos tratar 10 milhões de pessoas e salvar incontáveis vidas.

É com o mesmo espírito que reitero o convite para que os Chefes de Estado e de Governo da CPLP participem do Encontro de Líderes Mundiais sobre o Combate à Fome e à Pobreza, em 20 de setembro próximo, em Nova Iorque. Vamos mostrar ao mundo que temos respostas concretas e soluções realistas para que todos os seres humanos tenham o direito de sonhar com uma vida melhor.

A luta pelo desenvolvimento necessita também da parceria com a



iniciativa privada. O estabelecimento dos Centros Regionais de Excelência em Desenvolvimento Empresarial, em Luanda, e em Administração Pública, em Maputo, estimulará o espírito empreendedor dos jovens africanos que querem contribuir para o futuro do Continente.

Demos um passo gigantesco para realizar esse potencial ao assinarmos, mês passado, o ato constitutivo do Conselho Empresarial da CPLP. Durante o período em que o Brasil ocupar a Presidência *Pró-tempore* do Mercosul, iremos propor a nossos parceiros dessa Associação uma substancial redução das tarifas de importação dos países da CPLP, com o objetivo de dinamizar nossas trocas comerciais.

Meus senhores e minhas senhoras,

Nossa Comunidade é unida por valores e princípios nascidos de uma vivência lingüística comum que queremos preservar e difundir. O fortalecimento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, germe da CPLP, foi uma prioridade durante a Presidência brasileira.

Saúdo a entrada em vigor do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que tornará ainda mais ágil e franco o nosso diálogo. Queremos que as novas tecnologias de comunicação multipliquem o potencial do português como instrumento de inclusão de nossos concidadãos, especialmente os mais carentes, no mundo do conhecimento.

Estamos desenhando uma nova geografia econômica em parceria com o G-90 e desejamos contribuir para o êxito da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano – NEPAD.

Este é o desafio que deixo com Vossas Excelências e com nossa Organização ao desejar-lhes toda felicidade e, quem sabe a gente possa, no próximo encontro, concluir que a CPLP estará mais forte, mais organizada e cada vez mais unida em torno dos princípios dos países que compõem a CPLP.

Muito obrigado.



Presidência da República
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Entrevista do Presidente da República



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de entrega da chave simbólica da cidade de Libreville**

Libreville-Gabão, 27 de julho de 2004

Receber a chave da cidade de Libreville tem um significado muito especial para mim e para todos nós, brasileiros.

Esta cidade foi fundada por escravos resgatados de um navio negreiro. Seu nome evoca a liberdade.

Durante o vôo que me trouxe até aqui, pude evocar as palavras de um brilhante diplomata e africanista brasileiro, o embaixador Alberto da Costa e Silva.

Ao descrever o mar que separa o Brasil da África, Costa e Silva criou a imagem de um rio chamado Atlântico.

Um caudaloso rio margeado por areias brancas, por onde navegaram os homens e as mulheres que fizeram a irmandade do Brasil com este Continente.

O Atlântico não é um oceano que nos separa, mas um rio que une nossos povos e nossos destinos.

Estar aqui é, assim, ter o privilégio de visitar um dos berços do meu país.

No tempo infamante da escravidão, milhares de indivíduos desta região bantu, que é hoje o Gabão, foram embarcados para o Brasil.

Apesar do sofrimento que experimentaram no exílio forçado, eles tiveram a generosidade de doar o tesouro cultural que traziam dentro de si.

Para lá levaram a alegria de seus ritmos, a beleza de suas danças, a habilidade artística de suas mãos que são, hoje, a marca do estado brasileiro onde nasci: Pernambuco.

Por isso, senhor Prefeito, agradeço emocionado a honra que me é concedida de entrar, com minha própria chave, nesta cidade de homens livres, irmãos dos brasileiros que estão do outro lado deste rio chamado Atlântico.



Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no debate geral da 5ª Conferência da CPLP – “A Sociedade da Informação como Contribuição para a Boa Governança e a Transparência”

São Tomé e Príncipe, 27 de julho de 2004

Considero de grande importância o debate que a CPLP promove sobre as potencialidades e desafios das novas tecnologias de informação e comunicações.

Elas oferecem oportunidades para aprofundarmos a comunicação, o diálogo e o progresso entre nossos países.

Permitem democratizar o acesso à informação e participar no mundo moderno do conhecimento.

O potencial dessas tecnologias é amplo.

Os benefícios nos campos da saúde, educação e trabalho são enormes.

Tudo depende de nossa solidariedade e vontade coletiva.

Todos os povos têm o direito aos avanços da inteligência e da criatividade humanas para promover seu progresso e bem-estar.

É essa a mensagem que nossos países levaram à Cúpula das Nações Unidas sobre a Sociedade da Informação, em Genebra.

Em Genebra, fizemos valer o direito de cada povo expressar-se em seu próprio idioma, ao assegurar que a CPLP falasse em português na Conferência.

Conseguimos incluir nossa língua no debate sobre a Sociedade da Informação.

O desafio agora é incluir todos nossos cidadãos nessa discussão.

Vamos fazer da inclusão digital uma poderosa arma de inclusão social.

O diálogo do Estado com a sociedade civil é decisivo.

Os recursos da moderna tecnologia de comunicações contribuem para a



transparência na administração pública.

Estamos discutindo maneiras de fortalecer a cidadania e aperfeiçoar as instituições democráticas.

Temos de saciar a fome de conhecimento.

O acesso aos avanços tecnológicos deve ser o direito de todos – e não o privilégio de poucos.

Temos urgência em promover a inclusão digital.

A velocidade das transformações tecnológicas pode nos fazer perder oportunidades.

Por isso, tomei a iniciativa de transformar a inclusão digital em política pública.

O Brasil vem investindo em inovador Programa de Governo Eletrônico para aprimorar a qualidade dos serviços públicos, em especial aqueles voltados aos setores marginalizados.

Todo cidadão deve ter pleno acesso ao Governo e poder fiscalizar suas ações.

Por meio da Internet, nosso governo fica mais participativo, mais capaz de atender às demandas de uma cidadania consciente e exigente.

O sistema de saúde pública ganha em eficiência e confiabilidade.

As declarações de Imposto de Renda são hoje transmitidas com segurança e comodidade por via eletrônica.

O mesmo vale para o sistema eleitoral.

A votação e a apuração informatizadas são vitais. Reduzimos a fraude.

Ganha nossa democracia. Nossas instituições aumentam sua credibilidade.

Para que a inclusão digital seja completa, devemos estender as redes e as novas tecnologias da informação também às regiões rurais e as remotas de nossos países.

Desejamos cooperar com a CPLP nessa tarefa.



O Telecentro com acesso público e gratuito que estamos instalando em São Tomé inaugurará o governo eletrônico nesse país.

Repetiremos essa experiência em Cabo Verde, onde estarei nos próximos dias.

Por meio do Telecentro, estamos compartilhando nossa experiência em campos de especial impacto para áreas críticas da administração pública, como arrecadação de impostos e programas educacionais.

Mas a sociedade civil como um todo deve beneficiar-se desse poderoso instrumento.

Com a iniciativa do e-livro, facilitamos o acesso, via Internet, a informações e publicações acadêmicas de interesse de nossa Comunidade.

Vamos realizar o sonho de fazer da tecnologia da informação uma ferramenta de progresso científico de nossos países.

São esses alguns dos desafios que devemos explorar na reunião, em setembro, em Brasília, para dar novo impulso ao projeto de cooperação em Governo Eletrônico da CPLP.

Senhores e senhoras,

Queremos transparência e boa governança em todas as esferas - inclusive a internacional.

Para que a Internet possa promover políticas públicas de alto impacto social, precisamos garantir o mais amplo domínio dessa linguagem universal.

Sobretudo, precisamos capacitar as pessoas, em especial as comunidades carentes, para utilizar as novas tecnologias de informação.

O *software* livre responde a esses imperativos.

Seu grande mérito está em favorecer a transferência de tecnologia entre indivíduos e nações, contribuindo para que todos possam ingressar na Sociedade da Informação.

Por essa razão, na próxima Cúpula, na Tunísia, voltaremos a defender um novo modelo internacional de “Governança da Internet”, que seja



multilateral, transparente e democrático.

E, sobretudo que contemple a necessidade de recursos para financiar o acesso dos países em desenvolvimento às novas tecnologias.

Trabalhando juntos, poderemos criar uma Sociedade da Informação onde todos os países e seus cidadãos sejam convidados a participar.

Temos confiança em nossa capacidade e a firme convicção de que nossos povos desejam viver essa grande aventura tecnológica de nossos tempos.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do jantar de gala oferecido pelo presidente Omar Bongo

Libreville-Gabão, 27 de julho de 2004

Foi com grande prazer que aceitei o convite de Vossa Excelência para vir a este país irmão, em retribuição à sua visita ao Brasil em 2002.

Desde que assumi o cargo de Presidente do Brasil, decidi que as relações com a África estariam dentre as prioridades de meu governo.

A África influenciou decisivamente a formação da identidade nacional brasileira.

Na visita que faço a este belo país, retorno às origens de nosso povo. Ressalto a contribuição bantu na cultura brasileira.

O maculelê, a capoeira, o próprio samba brasileiro nasceram nesta região, onde está situado o Gabão, e foram levados para o Brasil pelos cerca de 700 mil bantus que chegaram às terras brasileiras entre 1680 e 1830.

Quando menino, no meu estado natal, Pernambuco, assisti o maracatu, dança popular trazida pela gente bantu.

Senhor Presidente,

Brasil e Gabão compartilham opiniões sobre temas importantes da agenda internacional.

Acreditamos no multilateralismo.

Ele é o caminho para chegarmos a um mundo mais democrático e justo.

O Brasil defende a reforma das Nações Unidas, em particular do Conselho de Segurança.



Vossa Excelência foi o primeiro presidente africano a defender, ainda em 1977, um assento permanente para a África.

Aproveito para agradecer o apoio do Gabão à aspiração brasileira de um lugar permanente nesse Conselho.

Também gostaria de cumprimentá-lo pela eleição do ministro Jean Ping, à Presidência da Assembléia Geral das Nações Unidas em 2004.

Trata-se de justo reconhecimento ao dinamismo da política externa de Vossa Excelência e às qualidades pessoais de seu Chanceler.

Caro amigo Presidente,

O desenvolvimento dos povos é condição prioritária para a paz e para a preservação da democracia.

É necessário que a comunidade internacional se comprometa em erradicar a fome e a pobreza.

Não é possível permanecer indiferente e impassível diante do espetáculo de populações famintas perambulando por um mundo rico em recursos.

Conto com a presença de Vossa Excelência no Encontro de Líderes Mundiais sobre o Combate à Fome e à Pobreza, em 20 de setembro próximo, em Nova York. Vamos lá discutir soluções concretas e realistas para combater esses flagelos.

Senhoras e Senhores,

Desejo expressar meu reconhecimento à Comunidade Econômica dos Estados da África Central, e a meu anfitrião, em particular, por seus esforços na mediação de conflitos no Continente.

O Brasil entende que a paz é condição necessária para o desenvolvimento dos povos da África.



Este Continente conta com vasto patrimônio de recursos naturais.

Mais do que isso, conta com valiosos recursos humanos e com a capacidade e a maturidade de seus povos para idealizar e implementar seu futuro.

Verifico, com satisfação, os progressos da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD), corajoso compromisso da sociedade africana com seu próprio destino.

Senhor Presidente,

O aprofundamento de nossas relações com a África, além de um dever moral, é necessidade estratégica.

A ordem econômica mundial apresenta dificuldades e desafios que só poderão ser superados por meio da aproximação solidária dos países em desenvolvimento.

Quando articulamos nossas posições, nossa capacidade de influir sobre as decisões internacionais é enorme.

Provamos isso em Cancún, na Conferência da OMC.

Unidos, pudemos dar novo rumo a essas negociações, de acordo com nossos interesses nacionais e regionais.

Devemos continuar a agir assim.

Presidente Omar Bongo,

São muitos os campos em que podemos estabelecer parcerias, no melhor espírito da cooperação Sul-Sul.

A experiência brasileira em mineração, construção de estradas em meio tropical e geração de energia elétrica pode ser útil para o Gabão.

Vejo com agrado a presença da Companhia Vale do Rio Doce na exploração de manganês em seu país.



Estou seguro de que essa empresa tem condições de levar a cabo a tarefa que lhe foi confiada.

A conclusão do acordo de renegociação da dívida gabonesa com o Brasil estimulará empresas brasileiras a participarem em obras públicas do Gabão.

Acabamos de estabelecer um primeiro projeto de cooperação para o combate à malária. Ele tem significado especial. Representa um passo na estratégia maior do combate à pobreza.

Sou portador de uma doação de medicamentos produzidos no Brasil contra o vírus HIV/SIDA, este inimigo implacável que ameaça o continente africano.

O Protocolo de Intenções sobre Pequenas e Médias Empresas, entre nossos países, permitirá a formação, no Brasil, de técnicos gaboneses nos setores que seu país considere prioritários.

Finalmente, é motivo de grande satisfação para mim a cooperação agrícola que o Brasil pode desenvolver com o Gabão, sobretudo no cultivo da mandioca.

Os instrumentos internacionais que assinaremos reforçarão uma cooperação que desejo ver ampliada sempre mais.

Meu caro amigo Presidente,

Disse ao Chanceler Jean Ping, em nosso recente encontro em Brasília, que desejava que minha visita ao Gabão pudesse representar uma nova fase nas relações entre os nossos países.

Vamos ampliar nosso diálogo, intensificar nossos contatos econômicos, reforçar a cooperação bilateral, revitalizar os vínculos culturais forjados pela história.



Agradeço a Vossa Excelência a calorosa acolhida com que fui recebido em minha chegada a Libreville.

Desejo saudar esta nova etapa da amizade brasileiro-gabonesa. Convido os presentes a brindarem - em meu nome e no nome do povo brasileiro - à felicidade pessoal de Vossa Excelência e à prosperidade do povo gabonês.

Muito obrigado



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de condecoração da ordem Amílcar Cabral**

Cidade de Praia – Cabo Verde, 28 de julho de 2004

É simbólico que as primeiras palavras que pronuncio em território cabo-verdiano sejam para expressar a grande honra que sinto ao receber as insígnias da Ordem Amílcar Cabral.

No Brasil, ele inspirou mais de uma geração de militantes políticos. Sua mensagem de luta ecoou entre nós em um momento em que lutávamos contra a tirania.

Amílcar foi o “engenheiro das consciências”, que soube mobilizar e sensibilizar a muitos, não apenas em Cabo Verde e na antiga Guiné Portuguesa, mas no mundo inteiro.

A todos fascinava a figura desse cabo-verdiano nascido na Guiné-Bissau. Liderou o movimento que forjaria o Partido Africano da Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Foi um patriota que uniu duas nações na luta pela liberdade e pela autodeterminação.

Com raro talento, Cabral transformou Cabo Verde e Guiné-Bissau em trincheira da resistência africana à dominação estrangeira. Possuía trajetória, tinha carisma e idéias e uma extraordinária capacidade de comunicação. Todas essas qualidades o transformaram num dos mais eminentes africanos.

Hoje, a África busca resgatar sua identidade.

É momento de lembrar o homem que levou às últimas conseqüências seu ideal de promover a “reafricanização dos espíritos”.

Quando os povos africanos buscam assumir a responsabilidade por encontrar respostas próprias para os desafios do Continente, recordamo-nos, com admiração, desse herói da autodeterminação.

Ele foi a consciência da África.



Foi capaz de atar laços étnicos, históricos e culturais que uniram comunidades na luta por um destino independente e soberano.

Senhor Presidente,

Vossa Excelência é testemunha e participe desses eventos que ajudaram a fazer a história do século 20 e moldar o futuro da África. Deixou Portugal, onde vivia, para juntar-se à luta dos seus.

O processo de descolonização deve muito a seu esforço, primeiro na Guiné Bissau, depois em Cabo Verde.

Esta medalha evoca um tempo heróico. Lembra os valores aos quais dediquei minha vida: a liberdade e a democracia.

Agradeço ao governo e ao povo de Cabo Verde o privilégio de poder, de agora em diante, ostentar esta condecoração.

Muito obrigado.



Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o Presidente do Gabão, Omar Bongo

Libreville - Gabão, 28 de julho de 2004

Eu queria dizer ao presidente Omar Bongo da alegria e da satisfação que a minha delegação pelo carinho com que fomos recebidos ontem neste país.

Nossa relação com a África, Presidente, é muito mais do que relações diplomáticas, muito mais do que relações comerciais, eu diria muito mais do que um acordo científico e tecnológico. A nossa relação com a África é uma relação de irmandade, é a relação de um país que reconhece a importância que os africanos tiveram na construção da nossa gente, na construção da nossa cor, da nossa beleza, da nossa riqueza e da nossa cultura. Foram muitos anos em que homens e mulheres africanos construíram riquezas no meu país em muitos anos, sem conhecer a palavra liberdade.

Nós, hoje, estamos numa cidade, na capital do Gabão, que significa liberdade, num palácio que significa liberdade. Estamos num país que dá passos para um desenvolvimento mais equânime e para que possa, o povo do Gabão, desfrutar da riqueza produzida pelo próprio povo.

Possivelmente, eu seja o presidente da República do Brasil que mais tenha visitado os países africanos, por conta de uma relação histórica que queremos reconstruir, a começar por ensinar as nossas crianças no Brasil que os negros não nasceram escravos, eram homens e mulheres livres que viraram escravos no nosso país. Sem aprender essa lição mínima, nós não acabaremos com o preconceito do planeta Terra.

O Brasil não é um país rico, tem potencial para ser rico. De 1950 a 1980, embora o Brasil tenha sido o país que mais cresceu no mundo, essa riqueza não foi distribuída de forma justa. Entre 1970 e 2004, o Brasil praticamente



dobrou a sua população, saindo de 90 milhões para 190 milhões, entretanto, nesses 34 anos de crescimento, em mais de 20 anos, a população cresceu, mas a economia não cresceu. Significa que cresceu o número de pobres.

Mas o fato do Brasil ter pobres não significa que o Brasil não possa ajudar outros irmãos, de países em condições similares a do Brasil ou em condições até de maior pobreza que o Brasil.

Nós poderemos ajudar com conhecimento científico e tecnológico, nós poderemos ajudar na formação de universitários do Gabão e de outros países africanos, nós poderemos ajudar na formação de empreendedores para vários países africanos e poderemos ajudar fazendo parcerias como a que está sendo feita, aqui, pela Companhia Vale do Rio Doce. Poderemos ajudar fazendo parcerias na construção de laboratórios para a produção de remédios para combater a AIDS; poderemos ajudar, financiando obras de infra-estrutura.

Nós fazemos isso, Presidente, porque eu fui um cidadão muito pobre, de uma região brasileira que, de 1680 a 1830, recebeu parte dos 700 mil escravos que o Gabão mandou para o Brasil. A minha mãe sempre dizia: “na mesa que come um, comem dois, e na mesa que comem quatro, comem oito”. Portanto, mesmo o Brasil não sendo um país rico, nós temos, por dever moral, político, ético, histórico e humanitário, muito para ajudar países mais pobres que nós, e vamos fazê-lo. Vamos fazê-lo e, por isso, estamos aqui para afirmar, mais uma vez, que o governo brasileiro, vai tentar, definitivamente, no menor tempo possível, recuperar o tempo perdido, quando os governantes brasileiros só olhavam para o mundo desenvolvido. É importante que olhemos o mundo desenvolvido, é importante que tenhamos negócios e muitos negócios com o mundo desenvolvido, mas é importante que não nos esqueçamos daqueles que historicamente estão ligados ao povo brasileiro.

Por isso, muito obrigado pelo carinho. Podem ficar certos de estamos dando um passo importante e eu torço para que o povo do Gabão e o povo brasileiro, através dos seus ministros, através dos seus presidentes, possam se



reunir muitas vezes quando, certamente, produzirão efeitos econômicos que poderão trazer benefícios para os dois povos.

Muito obrigado.

[/rss/cms/](#)



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em
banquete oferecido pelo Presidente de Cabo Verde**

Cidade de Praia – Cabo Verde, 28 de julho de 2004

Na chegada a Cabo Verde, tive a perfeita noção da alegria dos navegantes que aportam neste oásis de terra firme, em meio a um vasto oceano.

Aqui, em maio, Marisa e eu fomos recebidos de braços e corações abertos, dentro da melhor tradição de hospitalidade cabo-verdiana, de “*morabéza*”.

Tenho muito prazer em retribuir a visita do presidente Pedro Pires ao Brasil, ano passado.

Guardo as melhores recordações dos encontros que mantive com Vossa Excelência e com o primeiro-ministro José Maria Neves, em São Paulo.

Essa sucessão de contatos deve continuar, pois temos muito trabalho pela frente.

Vim a Cabo Verde relançar uma parceria que selamos há quase 30 anos, quando o Brasil teve o privilégio de ser o primeiro país a reconhecer a independência de Cabo Verde.

O Brasil orgulha-se de ter participado da realização do sonho de toda uma geração *de cabo-verdianos* que, sob a inspirada liderança de Amílcar Cabral, conquistou no campo de batalha a sua liberdade. Uma geração que dedicou toda sua vida a uma causa que une todos as nações do mundo, a autodeterminação.

Foi essa a trajetória do presidente Pires, cuja militância confunde-se com a própria história da luta do povo de Cabo Verde. Nele aprendemos a admirar o guerreiro incansável pela independência nacional, o digno sucessor de Amílcar



Cabral. Nele também vemos o estadista, que, com igual determinação e perseverança, bateu-se para implantar a democracia em seu país e consolidar o pluralismo político.

Como há 30 anos, Brasil hoje deseja participar da luta de Cabo Verde, agora pelo desenvolvimento e o bem-estar de seu povo. Queremos ajudar Cabo Verde a transformar a liberdade conquistada em autodeterminação econômica e social.

Senhor Presidente,

O colonialismo acabou, mas deixou uma pesada herança para nossos países. Talvez seu pior legado seja a tendência de culparmos exclusivamente nosso passado colonial pelos problemas e dilemas do presente.

Como no passado, o Brasil acredita na vontade do povo de Cabo Verde de escolher e trilhar seu próprio destino.

Temos motivos para confiança. São reconhecidos internacionalmente os notáveis avanços de Cabo Verde para superar as marcas do passado e suas carências de recursos naturais.

Cabo Verde foi o único país africano de língua portuguesa a apresentar aumento significativo no Índice de Desenvolvimento Humano, no ano passado.

Esse é um eloqüente testemunho da determinação e vontade de um povo em encontrar o caminho do desenvolvimento.

É sobretudo, um antídoto para o fatalismo daqueles – africanos e estrangeiros - que preferem considerar a África o “Continente perdido”, e não ter de perguntar-se o que realmente pode ser feito.

O Brasil quer participar também da marcha de Cabo Verde em direção ao futuro.

Estamos assinando, durante esta visita, um conjunto de compromissos que atestam o quanto podemos realizar juntos em favor de Cabo Verde e em favor de nossos irmãos africanos.



O acordo em matéria de capacitação profissional vem aprimorar uma parceria de que o Brasil tem muito orgulho. Queremos continuar a formar quadros que ajudarão Cabo Verde a galgar novos degraus na qualidade de vida de sua população.

Queremos que indivíduos que tanto têm a contribuir para seu país, como o primeiro ministro José Maria Neves, continuem a vir estudar no Brasil.

Temos confiança de que as novas gerações seguirão os passos de seus ilustres antecessores e farão sua parte para que Cabo Verde tome definitivamente seu destino nas próprias mãos.

Esse destino passa pela nossa participação na Sociedade da Informação. Somente com o domínio das novas tecnologias do conhecimento poderemos nos apropriar dos avanços em matéria de saúde, educação e trabalho que a Internet oferece.

O Telecentro que inauguraremos amanhã é uma clara demonstração de que o futuro está próximo.

Os meios virtuais de comunicação são cada vez mais importantes, mas o diálogo e intercâmbio direto continuam indispensáveis. Não podemos esperar que turistas e empresários viajem entre nossos países quando a pequena distância que nos separa é multiplicada várias vezes pela falta de ligações rápidas e eficientes.

O acordo de serviços aéreos que estamos assinando vai melhorar a conexão aérea que estabelecemos entre Fortaleza e a Ilha do Sal.

Ganhamos também com a abertura de uma nova rota marítima, a partir de Fortaleza.

O próximo passo será consolidar a ligação marítima, comprovando, cada vez mais, que o Atlântico pode ser uma ponte a unir o Brasil e a África.

Àqueles que questionam a utilidade dessa proposta, respondemos com o aumento do fluxo de comércio bilateral.



O Brasil acredita que tem o que oferecer e que nossa parceria pode servir de exemplo e modelo para ações em outras partes do Continente.

Conforme disse durante a Cúpula em São Tomé, estou convencido de que a CPLP deve ter um papel central nesse esforço.

Por essa razão, felicito o Governo cabo-verdiano pela escolha do embaixador Luís de Matos Monteiro Fonseca como novo secretário-executivo da CPLP. Sua experiência diplomática representa um ganho.

O embaixador Fonseca contará com o mesmo apoio entusiasta que o Brasil mereceu de Cabo Verde nos dois anos em que estive na Presidência de nossa Comunidade.

Senhor Presidente,

Esse entusiasmo marca a intensa afinidade que sempre nos uniu. No Brasil, quando ouvimos Cesária Évora cantar, é sempre motivo de emoção; é uma sensação de reencontro com familiares.

É esse o sentimento que tenho neste momento – o de estar na companhia de queridos irmãos.

Em nome da amizade e confiança entre nossos países, convido-os todos a um brinde pela felicidade pessoal do presidente Pedro Pires e pela prosperidade do povo irmão de Cabo Verde.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de abertura do Seminário Empresarial Brasil-Cabo Verde:
Comércio e Investimentos**

Praia-Cabo Verde, 29 de julho de 2004

Senhoras e senhores,

Jornalistas aqui presentes,

Vejo com grande satisfação, reunidos aqui em Praia, vários empresários do Brasil e de Cabo Verde.

Esse encontro mostra que está aberto o caminho para uma nova etapa na parceria econômica e comercial entre nossos países.

Fico feliz em ver que a distância e o oceano que nos separam não mais impedem os bons negócios.

Estamos hoje nos conhecendo melhor.

Esse fato reforça minha convicção da importância de restabelecermos as ligações aéreas entre o Brasil e a África.

Foi a existência da conexão direta entre Fortaleza e Praia que tornou possível a multiplicação das visitas de turistas e de empresários entre nossos dois países.

Mas há outros fatores que também ajudam a explicar o aumento significativo do comércio entre Brasil e Cabo Verde nos últimos anos.

Nossos países estão empreendendo profundas reformas estruturais que estão modernizando nossas economias.

Estamos nos equipando para os desafios de uma globalização cada vez mais competitiva.

Senhoras e Senhores,

Estamos na rota de um crescimento sustentável e duradouro.

O comércio internacional é uma de nossas ferramentas mais



importantes.

Mas podemos fazer melhor.

Tenho grandes expectativas em relação ao Terceiro Fórum Empresarial da CPLP, que terá lugar aqui em Cabo Verde, nos próximos dias 6 e 7 de outubro.

O Fórum contará com uma importante participação do estado do Ceará, parceiro natural e próximo de Cabo Verde.

Será uma oportunidade para retomarmos o debate sobre como realizar o potencial de trocas entre nossos países.

Será, sobretudo, ocasião para avaliarmos como fazer da CPLP um mecanismo mais dinâmico para canalizar investimentos e ajuda internacional para o desenvolvimento de países africanos de língua portuguesa.

Sabemos que o comércio tem que ser uma via de duas mãos.

Ao Brasil, não interessa apenas aumentar as nossas exportações para Cabo Verde.

Precisamos criar mais oportunidades para exportações cabo-verdianas para o Brasil.

Começamos a enfrentar esse desafio com o anúncio que fiz na Quinta Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

Comuniquei que o Brasil, na qualidade de Presidente *pro tempore* do Mercosul, defenderá uma substancial diminuição de tarifas nas exportações dos países em desenvolvimento da CPLP para o Mercosul.

Estaremos abrindo para o empresário empreendedor de Cabo Verde um mercado que se expande cada dia mais.

A convergência com a Comunidade Andina fará da América do Sul um mercado integrado de 350 milhões de habitantes, com um PIB da ordem de US\$ 1 trilhão de dólares.

Estamos também interessados em promover investimentos brasileiros na economia de Cabo Verde.



Convocamos os empresários brasileiros a aproveitar as vantagens naturais deste país, como centro de processamento e distribuição de bens e serviços para os mercados do continente africano.

Senhoras e Senhores,

Esta é a mensagem de confiança e estímulo que desejo deixar com os empresários aqui presentes.

Juntos - agentes públicos e privados - podemos realizar o grande potencial de comércio e cooperação entre nossos países.

Eu faço votos de muito êxito em seus contatos e bons negócios.

Quero terminar dizendo ao Primeiro Ministro e dizendo aos empresários de Cabo Verde, que o meu governo está determinado a estabelecer com o continente africano, uma política, eu diria, de recuperação do tempo perdido. Durante muitos e muitos anos, nós estivemos com os olhos voltados para a Europa e para os Estados Unidos e vamos continuar olhando, porque são os dois principais parceiros comerciais do nosso país. Ainda temos muito que conquistar do ponto de vista do espaço econômico, cultural, científico e tecnológico.

Entretanto, isso não impede que não olhemos para outros lugares, que olhemos para a África e saibamos que a África está precisando neste momento da ajuda dos países que têm potencial de desenvolvimento maior. Muitas vezes a ajuda não é apenas a ajuda econômica, não é o dinheiro apenas.

O Brasil tem conhecimento científico e tecnológico para ajudar. O Brasil tem condições de continuar formando quadros intelectuais, profissionais de vários países africanos, sobretudo de Cabo Verde, para que a gente possa repetir aos milhares, pessoas como o nosso Primeiro-Ministro, formado no Brasil.

O Brasil tem conhecimento na agricultura, sobretudo em regiões do semi-árido, para ajudar países como Cabo Verde. A Embrapa é uma das empresas que detém maior conhecimento na área da agricultura e poderemos



ter participação efetiva na elaboração conjunta de projetos para executarmos aqui em Cabo Verde.

Temos condições de ajudar Cabo Verde na formação de pequenos empreendedores. No Brasil nós temos o Sebrae, que tem experiência suficiente. Existem muitas federações de indústrias que têm acúmulo na formação de pequenos empresários e nós, certamente, poderemos dar uma contribuição excepcional para ajudarmos a formar novos empreendedores em Cabo Verde.

Essas condições virão fortificar de forma muito mais forte se nós modernizarmos e agilizarmos os meios de transporte entre Brasil e Cabo Verde. Nós sabemos da precariedade, mas há um avanço excepcional, já tem mais gente do Ceará vindo para Cabo Verde e, certamente, terá mais gente de Cabo Verde indo ao Nordeste brasileiro, sobretudo pela porta de entrada principal, muito próxima daqui, que é o Ceará. E nós pretendemos trabalhar com muita força para que a gente possa, também através do transporte marítimo, fazer com que haja uma evolução e os empresários brasileiros saibam que Cabo Verde pode ser uma porta de entrada importante de produtos brasileiros para outros mercados no continente africano.

O que é importante ter claro é que precisamos começar a criar, Primeiro-Ministro, os instrumentos que podem fortalecer e reabilitar com mais eficácia essa relação. Eu penso que é importante, que no encontro empresarial entre Cabo Verde e o Brasil, que daqui vocês criem uma associação, uma câmara de comércio – o nome vocês saberão criar –, para que a gente possa estabelecer possibilidades de mais encontros, descobrir as aptidões de cada um dos países, descobrir similaridades, descobrir onde podemos nos ajudar mutuamente e, certamente, isso será de extrema valia para a futura relação entre Cabo Verde e Brasil.

Eu termino as minhas palavras dizendo a vocês que o comércio exterior depende, sobretudo, de ousadia, coragem. E coragem, eu diria, com muita



eficácia. Nós, quando assumimos o governo, resolvemos transformar a nossa política externa numa ação prioritária. Nesses 18 meses de governo já visitamos mais de 30 países. O resultado que estamos colhendo são visíveis e todos vocês, brasileiros, sabem que nós estamos batendo recorde todo mês no nosso superávit comercial.

Países com os quais o Brasil não tinha nenhuma relação, e eu vou dar um exemplo, a Síria. A gente tinha apenas 8 milhões de dólares de comércio exterior. Depois da nossa visita, nós pulamos de 8 para 78 milhões de comércio exterior, ou seja, crescemos quase 800% a nossa relação.

E isso valeu para todos os países que nós visitamos. Por que para nós é importante diversificar os nossos parceiros? É porque sabemos que em relação de comércio, os empresários que vendem sabem perfeitamente bem que sempre tem um limite, ou seja, quando você atinge um determinado padrão de comércio com uma região ou com um país, cada vez mais você vai poder lhe vender menos, porque já está vendendo o máximo possível.

Então, nós precisamos procurar novos parceiros. Nós, por exemplo, temos uma briga na Organização Mundial do Comércio muito séria para que a gente possa abolir, definitivamente, o subsídio agrícola que a União Européia e os Estados Unidos colocam aos seus produtos, dificultando as exportações naquilo em que nós somos muito mais competitivos.

Nós já ganhamos a briga do algodão. Ainda estamos numa etapa importante da briga, mas os sinais são excepcionais e nós estamos procurando outros parceiros. Por quê? Porque nós achamos que em política de comércio, e vocês, como empresários, sabem melhor do que qualquer governo, que você não pode ficar dependendo apenas de um cliente. Quanto mais clientes você tiver, menos vulnerável a crises você estará. Então, nós precisamos ter uma diversificação muito grande. Por quê? Porque quando os países ricos notarem que nós não estamos tão dependentes deles como eles imaginam, nós



teremos muito mais facilidade de fazer negociação nos preços dos produtos que nós queremos comercializar.

Essa política tem colocado o Brasil numa situação importante. Este ano, certamente, teremos um superávit comercial de 30 bilhões de dólares. Será o recorde dos recordes da relação comercial brasileira. A nossa indústria já está, hoje, com 87% da sua capacidade produtiva sendo utilizada. É o maior recorde desde 1995. Quanto aos níveis de emprego no Brasil, de janeiro de 2004 a 1º de junho de 2004, nós geramos 1 milhão, 34 mil e 270 novos empregos. É o maior número desde 1992, portanto, eu acho que a economia brasileira entrou num padrão de crescimento que pode facilitar a nossa relação; que possa facilitar o comércio exterior brasileiro com outros países, sobretudo com os países que estamos descobrindo agora, que, por mais pobres que sejam têm potencial comercial importante para o Brasil.

Vocês estão lembrados que eu disse aqui no meu discurso: comércio exterior é uma mão de duas vias, ou seja, cada país quer vender o máximo possível e comprar o mínimo possível, mas todos querem vender o máximo.

A boa política comercial é aquela em que a gente compra um pouco e vende um pouco, porque a gente percebe que haverá um crescimento das duas economias e não apenas de uma. A nós não interessa ter somente superávit, a nós interessa ter uma boa relação comercial que possa ajudar o país-irmão também a crescer.

É com essa convicção que eu faço um chamamento aos empresários cabo-verdianos e aos empresários brasileiros. Possivelmente vocês ainda não descobriram 10% do potencial que têm para incrementar as suas relações de negócios. Não haverá computador, não haverá Internet que substitua uma boa conversa. Vocês são de negócios e sabem disso muito mais do que eu.

Muito obrigado e boa sorte.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene da Assembléia Nacional, por ocasião da visita oficial a Cabo Verde Praia-Cabo Verde, 29 de julho de 2004

É uma honra poder dirigir-me aos membros desta Assembléia Nacional, a Casa do Povo.

Aqui, os cidadãos de Cabo Verde exercem as prerrogativas e direitos que tão duramente conquistaram: as liberdades democráticas e o exercício da vontade soberana.

Quero prestar uma homenagem aos homens e mulheres, muitos membros dessa Assembléia, que deram seus melhores esforços – ou sua própria vida – para fazer deste país uma democracia pluralista e pujante.

Esta é uma Nação fundada no consenso.

A luta vitoriosa da Nação cabo-verdiana por seus direitos inspirou toda uma geração de brasileiros que padecia sob o peso da opressão e da intolerância em sua própria pátria.

Foi, portanto, com forte emoção que recebi ontem a insígnia em memória do grande líder Amílcar Cabral.

Senhoras e senhores Parlamentares,
Cabo Verde e o Brasil são parceiros naturais.

Partilhamos, além da língua, o ritmo inconfundível de nossa música e a alegria de nossos povos.

A geografia ilustra essa proximidade.

Estamos unidos na determinação de dar aos nossos conterrâneos o direito de sonhar com uma vida melhor.

Como homem que veio do nordeste brasileiro, vivi a seca e a fome.

Conheço a batalha diária de homens e mulheres corajosos e aguerridos, que deixaram sua terra querida em busca de nova vida e de nova esperança.



Como brasileiro, conheço também a solidariedade daqueles emigrantes que sustentam seus familiares com o fruto de seu trabalho na grande cidade ou no país distante.

Quando assumi a Presidência do Brasil, fixei como meta de meu governo a busca de um modelo de desenvolvimento capaz de conciliar crescimento econômico sustentável e inclusão social.

Todos os brasileiros devem viver com dignidade.

A idéia de que o desenvolvimento econômico da Nação e o bem-estar do povo podem caminhar juntos está vingando no Brasil.

Assim como Cabo Verde, fizemos reformas estruturais inadiáveis para devolver a competitividade e o dinamismo à economia brasileira.

Fizemos sacrifícios para afastar ameaças à estabilidade fiscal e financeira.

Já estamos colhendo os resultados.

No último mês, a produção industrial aumentou mais do que em todo o ano de 2002.

O comércio está em franca expansão.

O Brasil encontrou a rota de crescimento.

Crescimento sustentável e duradouro, centrado na geração de empregos e na distribuição de renda.

Nosso objetivo não é apenas fazer o PIB crescer, mas resgatar a imensa dívida social no Brasil.

Os resultados econômicos atuais só fazem sentido se servirem para restituir a milhões de homens e mulheres os elementos básicos da cidadania.

Caros Parlamentares,

Tenho levado essa mensagem a todos os países e povos que visito.

Não podemos relegar ao segundo plano o flagelo da escassez e da pobreza, que aflige mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo.

Não haverá estabilidade econômica internacional, nem proteção contra o



terrorismo enquanto não atribuirmos prioridade à construção de uma ordem mundial mais justa e democrática.

Com o Programa Fome Zero, conseguimos a maior mobilização de solidariedade nacional da história do Brasil.

Mostramos ao país que a fome e a extrema pobreza têm rosto – mas também solução.

Queremos levar à comunidade internacional essas palavras de alerta, mas também de esperança.

A fome é hoje a principal arma de destruição em massa que ameaça a humanidade.

Por isso, convoquei reunião de líderes mundiais comprometidos com a erradicação da pobreza e da fome no mundo.

Muitos chefes de Estado e de Governo já confirmaram sua presença, no próximo dia 20 de setembro, em Nova York.

A mobilização já começou.

Brasil, Índia e África do Sul criaram um fundo para demonstrar que a obrigação moral, política e econômica de colaborar é de todos.

Aprovamos um primeiro projeto, voltado para o desenvolvimento sustentável da agricultura e da pecuária em Guiné-Bissau.

Senhoras e senhores Parlamentares,

Confiamos no pequeno agricultor de Guiné Bissau.

Nele está a resposta aos desafios sociais e econômicos de seu país.

Milhões, como ele, merecem a oportunidade de demonstrar sua capacidade e vontade de trabalho.

O Brasil vem lutando, em todas as negociações comerciais de que participa, para que os benefícios do livre-comércio cheguem a todos.

Sobretudo aos pequenos produtores agrícolas competitivos dos países mais pobres, prejudicados por práticas comerciais injustas e, muitas vezes, hipócritas.



Não podemos permitir que populações inteiras paguem o preço dos subsídios concedidos a uma minoria rica.

É inadmissível que multidões permaneçam em extrema pobreza devido às barreiras impostas pelos países desenvolvidos.

Por isso, o Brasil saudou o resultado do painel estabelecido na OMC, por iniciativa nossa, para examinar os subsídios norte-americanos ao algodão.

A decisão pioneira da OMC abre caminho para que países da África Ocidental tenham assegurada sua competitividade na produção do algodão, assim como na do café e do cacau.

Estamos confiantes.

Demos um grande passo na direção de um sistema internacional de comércio mais aberto, justo e eqüitativo.

Não queremos depender de arranjos privilegiados com países desenvolvidos que distorcem o sistema internacional e nos condenam à eterna dependência de concessões desiguais e incertas.

Apoiamos o ingresso de Cabo Verde na OMC com a convicção de que interessa aos países em desenvolvimento um sistema multilateral de comércio forte e atuante.

Esse sistema deve basear-se no diálogo equilibrado entre iguais.

Estabelecemos o G-20 e estamos nos coordenando com o G-90 porque acreditamos que a união dos países em desenvolvimento é a chave para o sucesso da Rodada de Doha.

Não queremos esperar décadas para ter outra chance de liberalizar o comércio mundial naqueles bens e serviços onde somos competitivos.

A coordenação de esforços entre países em desenvolvimento deve ser ainda mais ambiciosa.

Durante a 11ª UNCTAD lançamos a terceira Rodada de Negociações do Sistema Global de Preferências Comerciais, na certeza do enorme potencial do comércio entre os países do Sul.



O Sistema Global de Preferências Comerciais oferece a moldura ideal para multiplicarmos os ganhos dos processos de integração econômica e comercial entre países em desenvolvimento.

Queremos que o Mercosul seja um pilar da nova geografia econômica que estamos construindo.

A convergência com a Comunidade Andina está transformando o continente sul-americano em um só bloco, com uma população de 350 milhões de habitantes e um PIB de mais de 1 trilhão de dólares.

Já estamos em negociações comerciais com a Índia e com a União Aduaneira da África Austral.

Esperamos que os países em desenvolvimento da CPLP possam, em breve, juntar-se nesse empreendimento.

Senhoras e senhores,

Nossa parceria deve voltar-se para a construção de um mundo mais pacífico e seguro.

É esse o sentido da decisão brasileira de chefiar a Missão da ONU no Haiti, com a participação de tropas de vários países em desenvolvimento.

Nosso objetivo é convocar a comunidade internacional a engajar-se na reconstrução das instituições políticas e na promoção do desenvolvimento econômico e social daquele país.

Lá, como em todo o mundo, o nome da paz é justiça social.

A democracia jamais poderá florescer em meio à desesperança de um povo condenado à pobreza e à violência.

Precisamos trocar o medo pela alegria, a violência pela arte de viver.

É isso que vamos fazer ao promover um jogo da Seleção Brasileira de Futebol, no dia 18 próximo, em Porto Príncipe, no Haiti.

É esse também o sentido dos esforços da África para encontrar soluções próprias para seus problemas.

Tenho orgulho da contribuição da CPLP, durante a Presidência



brasileira, em apoiar os processos de paz na África Central.

A participação decisiva de Cabo Verde nesses esforços regionais merece nosso reconhecimento e apoio.

Mas persistem ameaças no Sudão, na República Democrática do Congo e na Costa do Marfim.

Assim como no Haiti, é preciso um esforço coletivo e sustentado das instituições multilaterais para responder a crises complexas e aparentemente insolúveis.

Saudamos o empenho das Nações Unidas, da União Africana e de outras organizações regionais.

Apoiamos o Secretário-Geral da ONU quando ele defende um “novo pacto” nas Nações Unidas, que recoloca a Organização no centro dos debates sobre a paz e a segurança internacionais.

A ordem internacional que almejamos - justa e eqüitativa - tem que ser baseada no multilateralismo.

Essa é a face externa de nosso compromisso com a democracia.

O Conselho de Segurança deve ser democratizado.

Suas decisões têm de refletir a vontade da maioria dos países membros da ONU.

Só assim serão legítimas e respeitadas.

Precisamos da participação efetiva dos países em desenvolvimento para assegurar a paz e a segurança.

Agradeço novamente o apoio de Cabo Verde à aspiração brasileira de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança.

O Brasil está preparado para assumir mais essa parcela de responsabilidade.

Senhoras e senhores Parlamentares,

Devemos à África muito de nossa história, de nossa cultura e de nossa identidade.



Em novembro passado, visitei cinco países da região.

Voltei agora a cruzar o Atlântico para reencontrar um continente que oferece um potencial ímpar para o aprofundamento das nossas relações

Cabo Verde – localizado a meio caminho entre o Brasil e a África - é sócio indispensável nessa jornada.

Queremos que nos ajude a construir uma ponte de cooperação e solidariedade entre os dois lados do Atlântico.

Os acordos que assinaremos durante minha estada atestam o quanto podemos realizar juntos.

Que minha visita a este belo país, a primeira de um Chefe de Estado brasileiro em 18 anos, seja um pilar dessa parceria transatlântica que estamos forjando.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura do Decreto que regulamenta a Lei nº 10.848, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica

Brasília-DF, 30 de julho de 2004

Eu penso que se esse decreto conseguir produzir energia, a energia que a Dilma produziu na fala dela, eu penso que todos nós estaremos muito felizes, e a economia brasileira certamente agradecerá.

Na verdade, não tem pronunciamento. Na verdade eu vim aqui para dizer a todos vocês, nossos companheiros da Aneel, das nossas empresas públicas de geração de energia, dos empresários, dos técnicos, dos ministros, que eu, nesses 18 meses de convivência com a Dilma, nunca a vi tão realizada como eu vi hoje. Porque eu penso que vocês fizeram mais do que produzir um Decreto, vocês fizeram mais do que produzir um marco regulatório de um instrumento jurídico. Eu acredito que vocês fizeram, quem sabe, um novo padrão de convivência entre os setores da sociedade que produzem neste país.

Eu digo sempre que, muitas vezes, um governante, ele não será medido pela sua passagem pelo governo, pelas grandes obras estruturantes que ele fez, porque muitos não fizeram nenhuma, ou seja, muitas vezes o padrão de relacionamento que se estabelece entre estado e sociedade, governo e sociedade, pode ser muito mais importante do que o resultado da obra.

Eu lembro que quando nós começamos o governo, e começamos a discutir o marco regulatório, muita gente dizia da complexidade, das dificuldades e que o mercado não iria entender, que o mercado poderia não gostar, que não sei quem poderia não gostar. E o que nós colhemos depois de mais de um ano de árduo trabalho? Nós colhemos o resultado de uma coisa produzida não pelo governo, mas com a participação do governo; não pelos



empresários, mas com a participação dos empresários; não pela burocracia técnica do Estado, mas também com a participação dele, com a participação de gente ligada aos consumidores, aos geradores, aos distribuidores, aos especialistas, numa demonstração de que pode ser mais demorado, pode ser mais difícil, mas é a forma mais eficaz de produzirmos o resultado de uma Lei que regula um setor tão importante, um setor que o Brasil tanto precisa e tanto depende. Um setor que, sem ele, não haverá o crescimento econômico que todos nós passamos a vida inteira querendo que tenha o Brasil.

Você pode viajar para a Europa e dizer que os olhos do presidente são verdes, da ministra são azuis, que dos empresários são todos castanhos, mas se você não disser que tem energia, pouca gente viria investir no Brasil. Pouca gente se motivaria a investir no Brasil.

E a Dilma acreditou e construiu, junto com vocês, uma proposta que, certamente, daqui a alguns anos, poderá ter alguém que faça alguma crítica, mas certamente a crítica não será feita à Ministra ou ao governo. A crítica será feita ao grau de conhecimento e de maturidade política que teve o conjunto da sociedade brasileira na hora da elaboração da proposta.

Esse é o resultado do grau de consciência, de amadurecimento e da compreensão de todos vocês que estão aqui, e de outros, como a Dilma disse, que não estão aqui. Mas, certamente, se não tivéssemos uma ministra aguerrida como a Dilma, disposta a brigar pelas coisas que acredita, como ela, certamente nós não estaríamos assinando um Decreto destes agora.

Estamos assinando este Decreto num momento, eu diria, muito importante para o nosso país. Vocês já começaram a perceber que aqueles que teimavam em duvidar de que o nosso país iria crescer e que iria gerar os empregos que nós tanto precisamos, já não falam mais. Alguns não querem nem discutir mais a economia pelos meios de comunicação, preferem falar de outras coisas, porque o estado do crescimento econômico é inegável e as perspectivas de crescimento econômico para o futuro são mais inegáveis



ainda. Ou seja, o Brasil reencontrou, sem nenhuma mágica de qualquer membro do governo ou da sociedade, mas com determinação, com seriedade, conquistando uma coisa que em acordos, um ser humano não pode perder, que é a credibilidade, o Brasil encontrou um caminho do crescimento.

E por que é importante este decreto? Porque vocês vão ter que produzir muita energia nesses próximos anos. E vocês sabem que para produzir energia a gente não começa hoje para inaugurar amanhã. Muitas vezes se começa hoje uma obra para inaugurar daqui a 4 ou 5 anos. Por isso nós temos que acreditar no que estamos fazendo, nós que temos que acreditar que o Brasil não pode parar de crescer e não pode ter um crescimento eventual; que o crescimento deste país tem que ser a longo prazo, um ciclo de crescimento que, quem sabe, chegue a 10, 15 ou 20 anos, para que a gente possa recuperar o tempo perdido.

Se vocês imaginarem o que aconteceu no nosso país nos últimos anos e imaginarem que, de 1970 para 2004, a nossa população dobrou em 34 anos – todo mundo aqui está lembrado da musiquinha da Copa do Mundo de 70, “90 milhões em ação” – nós crescemos o dobro da população. Hoje estamos com 180 milhões de habitantes e todos nós sabemos que, nesses 34 anos, o Brasil ficou um longo tempo sem crescer, apesar de também não ter crescido muito a população. Mas a verdade é que, se a população cresce e a economia não acompanha, vai ficando um hiato de pessoas que não conseguem conquistar a sua cidadania. E essa dívida, nós estamos começando a acreditar que podemos pagá-la de forma sólida se a economia brasileira não parar de crescer. E para não parar de crescer, volta a necessidade de energia; para não parar de crescer, é preciso que as pessoas acreditem um pouco mais neste país; é preciso que as pessoas acreditem que o crescimento não depende do Palocci, não depende do Lula, não depende da Dilma; depende de uma vontade coletiva de acreditar que é possível as coisas acontecerem. E por que eu falo isso? Falo isso por causa de todos os números, todos, sem distinção, e



todos os jornais, muitas vezes contra a vontade, são obrigados a colocar os resultados de todos os institutos que fazem pesquisas sobre o crescimento econômico do país.

Nós estamos gerando os empregos, a economia está crescendo, o PIB vai crescer, vários setores da economia que estavam paralisados há anos voltaram a crescer; as empresas estão praticamente ocupando a totalidade da capacidade produtiva que estava ociosa durante muito tempo. Significa que vão precisar acreditar ainda mais para fazermos mais investimentos. E por isso este ato de hoje é, para mim, simbólico, e eu compreendo as razões da alegria e da felicidade da Dilma. Ou seja, ela conseguiu fazer com que a sociedade e o governo produzissem uma coisa boa para o país. Uma coisa boa que nos permite, com muito orgulho, discutir o nosso modelo em qualquer parte do mundo, sem vergonha de dizer que temos um modelo que não é desse ou daquele governo, mas é um modelo construído pela sociedade brasileira a partir das pessoas ligadas ao setor.

Por isso, Dilma, eu acho que qualquer elogio que fizemos à sua teimosia de acreditar sistematicamente que era possível ... Eu participei de muitas reuniões em que as pessoas, muitas vezes, teimavam em dizer para a Dilma que era difícil. É difícil. Pois bem, você conseguiu fazer com que aquilo que parecia impossível para os incrédulos, acontecesse, ou seja, está assinado o Decreto, este país vai produzir energia, a energia vai produzir novos investimentos, os novos investimentos vão produzir crescimento econômico, que vai gerar renda, que vai gerar empregos e que vai colocar este país no lugar em que ele jamais deveria ter deixado de estar, que é participar do mundo dos chamados países desenvolvidos.

Todos nós, aqui, já estamos de cabelos brancos e a gente não pode mais passar uma década ouvindo dizer que nós somos um país em vias de desenvolvimento. Não é possível que, durante a nossa vida toda, a gente não tenha se desenvolvido definitivamente. Eu acho que o Brasil criou as condições



para isso. Acho que a sociedade brasileira, mais do que em qualquer outro momento, ela está dizendo: “agora é a nossa vez e não vamos jogar fora esta oportunidade, porque já perdemos muitas oportunidades neste país.” Muitas. E nós não temos o direito de fazer a sociedade brasileira perder outra oportunidade.

Por isso, meus parabéns a vocês pelo trabalho que fizeram.

Querida Dilma, meus parabéns. Eu sei que você concretizou um sonho que acalentou durante muitos e muitos anos, brigando, lutando, acreditando e mostrando para todo mundo que a única coisa impossível é Deus pecar, o resto, tudo é possível.

Muito obrigado.